



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

**Dissertação de Mestrado**

**Representações da Sociedade Colonial  
de Moçambique em Escritas de  
Mulheres**

***A partir de A Árvore das Palavras de Teolinda Gersão***

Viviana Clara Carvalho Freitas de Azevedo

Mestrado Estudos Literários, Culturais e Interartes

Ramo Literatura Portuguesa

Setembro de 2010

## **Agradecimentos**

Agradeço às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria de Fátima da Costa Outeirinho e Professora Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte, e aos meus pais por todo o apoio prestado.

## **Resumo:**

Este trabalho é baseado na convicção de que a Literatura pode complementar a História, dado que, apesar de ser uma escrita ficcional, se for baseada em factos históricos, fornece uma aproximação emocional aos acontecimentos que é negada ao discurso histórico, e de que a literatura pós-colonial, principalmente quando escrita por mulheres, tem as suas próprias características, sendo uma delas a de prestar mais atenção ao ponto de vista do dominado, contrariamente ao que sucedia anteriormente em que a acção era contada sob o ponto de vista do dominador.

Assim, a literatura portuguesa sobre a época colonial de Moçambique, escrita por mulheres, fornece uma versão diferente sobre o colonialismo português em África pois os protagonistas são os dominados e os submissos: os nativos negros e as mulheres; para além disso, presta uma atenção particular ao ambiente doméstico, ignorado pela maioria dos escritores masculinos, como sendo espaços simbólicos da sociedade colonial como um todo.

## **Abstract:**

This work is based on the conviction that literature can complement History since, in spite of being fictional, if it is based on historical events, it provides the emotional approach to facts that historical discourse lacks, and that post-colonial literature, mainly women's writing, has its own characteristics, one of them is paying much more attention to the dominated instead of telling the story by the side of the dominator, like it used to.

So, Portuguese literature about colonialism in Mozambique, written by women, gives a different version about Portuguese colonialism in Africa since the protagonists are the dominated and the subdued: native black people and women; it also pays attention to domestic environment, ignored by most men writers, as symbolic places of the colonial society as a whole.

## Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>2. Escritas de Mulheres e Sociedade Colonial de Moçambique .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Teolinda Gersão, <i>A Árvore das Palavras</i> .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.1. Pontos de Vista: Narrador / Espaço Físico e Social.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2. Pontos de Vista: As Personagens Femininas, Amélia / Gita / Lóia .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.3. O Espaço Doméstico Simbólico: Casa Branca / Casa Preta .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1.4. Representações do Mundo Político e Social de Portugal .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2. Lídia Jorge, <i>A Costa dos Murmúrios</i> .....</b>	<b>56</b>
<b>2.3. Isabela Figueiredo, <i>Caderno de Memórias Coloniais</i> .....</b>	<b>68</b>
<b>3. Cruzamentos História / Ficção .....</b>	<b>79</b>
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>97</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>103</b>

## 1. Introdução

A partir da análise de *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão que, em nosso entender, concede grande importância à questão social em Lourenço Marques durante a colonização portuguesa, pretendemos demonstrar que as narrativas de ficção sobre a época colonial de Moçambique, escritas por mulheres, onde se inclui também *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge, têm alguns factores em comum ao retratar a sociedade colonial moçambicana, salientando-se dois aspectos fundamentais: centram-se sobretudo no ponto de vista do dominado e não do dominador e atribuem grande relevo aos ambientes domésticos onde as personagens se movimentam, retratando-os como espaços simbólicos da sociedade global em que as mesmas estão inseridas. Pretendemos ainda estabelecer a ligação entre as narrativas ficcionais aqui trabalhadas com um discurso não ficcional também de responsabilidade feminina, *Cadernos de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo, e com o discurso histórico e sociológico sobre uma época que faz parte do passado histórico recente de Portugal, com o objectivo de sustentar a nossa convicção de que, neste caso, a ficção baseada em factos históricos fornece informações complementares ao discurso histórico pois cria personagens cujas vivências podem ser sustentadas por condicionantes sociais que se sabe hoje em dia realmente terem acontecido em Moçambique enquanto colónia portuguesa. Desta forma, analisando algumas investigações feitas sobre a sociedade moçambicana na época colonial, pretendemos demonstrar que Ficção e História fornecem abordagens distintas mas igualmente válidas sobre a mesma realidade, permitindo uma visão mais abrangente sobre a mesma época; a abordagem ficcional é mais aproximada ao leitor e de cariz mais emocional, mas pode permitir um aprofundamento maior dos factos que resulta da transmissão dos acontecimentos sob a perspectiva dos que os viveram, algo que está vedado a um discurso objectivo como é o histórico.

Fátima Marinho em “O Discurso da História e da Ficção” refere que a explicação que do passado for dada “estará sempre condicionada pela construção ficcional da cultura de uma determinada época, tornando-se a história interpretação, com toda a carga subjectiva que o termo indicia.” (Marinho, 2004: 351). Refere ainda que esta constatação conduz à ideia de que a realidade é social e culturalmente construída, pressuposto teórico relativista da nova história. Com efeito, a historiografia moderna insiste na leitura de que é impossível recuperar exactamente o passado, uma vez que também a História é discurso, linguagem e, portanto, por mais que seja baseada em documentos, sempre é filtrada pelo ponto de vista do historiador que selecciona os factos narrados e escolhe a forma de contar. Da mesma forma que o passado guarda os fundamentos do presente, é o olhar do presente que reconstrói o passado, reinventando-o.

Manuel Gusmão confirma esta ideia ao afirmar que “A história não é simplesmente o (estudo do) passado. (...) Também o presente é histórico. E a operação historiográfica, a escrita da história, realiza-se sempre num determinado presente, contingência ou conjuntura histórica: numa dada estruturalidade discursiva e epistémica; e num dado quadro de relações de força, sociais ou simbólicas (nomeadamente ideológicas).” (Gusmão, 2001: 184)

Desta forma, as fronteiras entre ficção e história tornam-se cada vez mais ténues, visto que, nas palavras de Linda Hutcheon,

What the postmodern writing of both history and literature has taught us is that both history and fiction are discourses, that both constitute systems of signification by which we make sense of the past (“exertions of the shaping, ordering the imagination”). In other words, the meaning and shape are not in the events, but in the systems which make those past “events” into present historical “facts”. (Hutcheon, 1988: 89)

A escrita pós-moderna da história e da literatura ensinou-nos que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. Assim, o que Hutcheon designa de “metaficção historiográfica” refutará os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre facto histórico e ficção, recusando a visão de que apenas a história tem pretensão à verdade, e colocando-se como um discurso outro que retorna à história para recontá-la. A literatura terá assim um papel importante para o discurso histórico, tal como afirma Manuel Gusmão sobre a especificidade dos textos, referindo-se aos estudos de Gumbrecht:

Gumbrecht, numa secção do seu ensaio ‘History of Literature – Fragment of a Vanished Totality?’ (1985), e no quadro de uma valorização da ‘história das mentalidades’, como órgão de integração de todas as subciências históricas, procurou pensar a especificidade dos textos (e por aí, os textos literários) enquanto uma das muitas *objectivações* da acção e do comportamento humanos do passado – tais como ‘edifícios, utensílios e ossadas’. Tal especificidade adviria de que edifícios, utensílios e ossadas seriam *sinomas* (vestígios) de reservas de conhecimento social e *partes* (em sentido material) de situações de interacção’ mas, ao contrário dos textos, não seriam signos (*signs*), não seriam capazes de fornecer *representações miméticas* da acção e do comportamento passados. (Gusmão, 2001: 213-214)

No que toca ao romance, este mantém relações ambíguas com a realidade; por um lado, submete-se a ela, transformando-se num seu espelho, no seu reflexo, recriando ambientes históricos onde se desenrola a acção; por outro lado, subverte essa mesma realidade que, por vezes, é apenas um mero suporte para a criação de um mundo de metáforas. Hoje em dia constata-se que também o discurso histórico não está isento de erros e falhas e, a este propósito, citamos mais uma vez Michele Matter que se refere já ao caso específico da literatura portuguesa:

Walter Benjamin percebia também que nem sempre a História é capaz de narrar a verdade, até porque a realidade é essencialmente movente e a sua percepção depende da visão de quem a lê:

‘Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de facto ele foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo’. Mas nem por isso abandona o projecto de despertar no passado as vozes silenciadas e fazer eco de sentido às lacunas deixadas pela História Oficial. Esse é também o papel que a ficção contemporânea portuguesa tem reservado para si, especialmente no caso de alguns escritores que (...) têm procurado suprir através do discurso romanesco as falências ideológicas do discurso histórico.” (Matter, s.d.: 2-3)

Manuel Gusmão adapta a formulação de Gumbrecht, acima mencionada, às noções de “jogos de linguagem” (sendo literatura um jogo de linguagem) e de “forma de vida” (conceber uma linguagem é conceber uma forma de vida) de Wittgenstein (Gusmão, 2001: 216) e adianta a seguinte formulação:

Os textos literários são fragmentos de situações específicas de comunicação e (são, nesse sentido, tal como no sentido de jogos de linguagem) partes de uma actividade ou de uma forma de vida. Ou seja, os textos literários, como outros, são partes do viver histórico, passado e presente. (...) A literatura é não apenas representação e sintoma do viver histórico, mas é histórica; experiência na escrita e na leitura, da alteridade histórica dos jogos de linguagem, das actividades e formas de vida dos humanos. (*ibidem*).

Indicia, assim, que “a literatura, enquanto processo de interacção verbal, não é histórica apenas por constituir um reportório de experiências passadas, mas no sentido em que o processo de re-enunciação de obras do passado, em momentos históricos posteriores, é uma componente indissociável da sua historicidade.” (*ibidem*)

Michele Matter adianta ainda como a noção do que é “histórico” também mudou, reflectindo-se esta mudança na literatura contemporânea:

Como mostrou Hutcheon, a forma como a história é escrita tem sido submetida – também pela parte dos historiadores – a um considerável reexame a partir do segundo quartel do século XX. É o caso das investigações realizadas pela escola francesa dos *Annales*, que propõe a refocalização do objecto de estudo da história, não mais a entendendo como relato sobre reis, guerras e intrigas ministeriais, mas como estudo de objectos sociais, culturais e económicos. Essa refocalização da historiografia ‘coincidiu com a reorientação dada pelo feminismo ao método histórico, no sentido de enfatizar o passado dos ex-cêntricos, anteriormente excluídos (as mulheres – mas também a classe trabalhadora, os *gays*, as minorias étnicas e raciais, etc.)’. Esse mesmo impulso pode ser encontrado na literatura, ao procurar recontar a história que não foi contada, a história dos pequenos, dos oprimidos, daqueles vencidos sobre os quais o texto da História deixou de falar. (Matter, s.d: 3)

O movimento feminista é assim referido como contribuindo para a refocalização do objecto de estudo da História, fomentando a descentralização do discurso histórico dos seus antigos protagonistas para os que até então se quedavam na penumbra, entre os quais as próprias mulheres. Repare-se, assim, nas palavras de Linda Hutcheon:

What is always important to recall, however, is that difference operates within each of these challenging cultures, as well as against the dominant. Blacks and feminists, ethnics and gays,

native and 'Third World' cultures, do not form monolithic movements, but constitute a multiplicity of responses to a commonly perceived situation of marginality and ex-centricity. And there have been liberating effects of moving from the language of alienation (otherness) to that of decentering (difference), because the center used to function as the pivot between binary opposites which always privileged one half: white/black, male/female, self/other, intellect/body, west/east, objectivity/subjectivity – the list is now well known. (Hutcheon, 1998: 62)

Em Portugal, segundo Isabel Allegro de Magalhães, apesar de verificarmos, com excepção das *Novas Cartas Portuguesas*, a “não existência de uma escrita feminista (no sentido de uma escrita intencionalmente preocupada com as questões das mulheres e suas posturas em relação à sociedade em que vivem)” (Magalhães, 1995: 21) existem, contudo e segundo a mesma autora, textos literários com uma “preocupação feminista, ou escritos de um ponto de vista feminino”. (*idem*: 22). Refere também que, contrariamente à História da literatura inglesa ou francesa, a literatura portuguesa de responsabilidade feminina é tardia no que diz respeito a autoras de mérito unanimemente reconhecido, não existindo assim uma tradição de mulheres escritoras.

Relativamente a este tipo de literatura, de responsabilidade feminina, Catharina Edfeldt, embora reconheça que recentemente se detecta uma tendência para começar a descrever a expressão literária das autoras em termos mais amplos, considera que a expressão da autoria feminina em Portugal é, na maioria das vezes, referida pelos estudiosos como estando mais associada a uma essência da mulher do que a um imaginário literário. Para esta estudiosa, os estudos literários frequentemente utilizam a metáfora “condição feminina” para designar uma temática abordando a subordinação política da mulher na sociedade portuguesa conotada com a opressão económica, cultural e social das mulheres. Em seu entender, o discurso histórico-literário institucional tem ficado envolvido numa luta discursiva em que os seus padrões tradicionais são constantemente ameaçados pelas representações literárias de uma estética “outra”, feminina ou feminista segundo os críticos, em que, por exemplo, “uma poesia de expressão subjectiva masculina, ao contrário da feminina, transcende-se a um nível abstracto e de exemplo humano, enquanto a mesma expressão, vinda de uma autora, é percebida como experiência particular feminina. Portanto, as representações da expressão subjectiva duma autora evidenciam as dificuldades desta autoria em sair simbolicamente das fronteiras do seu corpo.” (Edfeldt, 2006: 185)

Com efeito, repare-se no seguinte excerto da *História da Literatura Portuguesa* de António José Saraiva transcrito pela autora, no que diz respeito à poesia da geração de 60:

Boa parte da poesia da década de 60 é metapoética, oscilando entre uma pressão ideológica e uma pressão estética. Na obra de Herberto Helder nota-se o comprazimento na confissão das paixões e emoções, o gosto pelas imagens surpreendentes ou insólitas, a fuga ao sentido comum ou preciso das palavras, a tendência para o mágico e o oculto. Alberto Pimenta visa a ironização das rotinas e das mecânicas dos comportamentos. É em Luíza Neto Jorge que a



mulher se define de corpo inteiro, dentro dos esquemas típicos de Poesia 61. Na segunda metade do século sobressai a figura de Ruy Belo, com um sentimento do dramático e do trágico da existência. (Saraiva *apud* Edfeldt, 2006: 185)

As expressões literárias dos escritores homens transferem-se para um nível existencial e intelectual, enquanto a de Luíza Neto Jorge se remete ao corpo feminino. Edfeldt constata o problema que pode constituir a tendência de reduzir as experiências vivenciais em textos de autoria feminina a algo limitado e muito particular do mundo feminino, confiscando-lhe o carácter de uma experiência humana, enquanto, pelo contrário, “a tendência de remeter sempre o imaginário de autoria masculina para uma experiência universal, cria o problema de tomar uma experiência masculina dominante como padrão normativo para o resto da humanidade.” (Edfeldt, 2006: 186).

São vários os exemplos dados por esta autora em que o discurso histórico-literário parece reduzir e negligenciar o conteúdo da literatura feminina, transmitindo a ideia de que se trata de textos sobre uma determinada temática, produzidos por, para e sobre mulheres, não tendo, por isso, interesse justificado para o discurso dominante, não contextualizando os textos numa visão mais ampla, ou seja, com as hierarquias do poder na sociedade em geral de estrutura patriarcal:

Igualmente, no trecho que inicia as apresentações de autoria feminina, após a de 1950, HLP de Saraiva & Lopes contém frases que remetem para esta clausura e particularidade das reivindicações emancipatórias e feministas. Porém, é evidente que uma temática tratando de ‘situações femininas típicas na sociedade portuguesa’ e de ‘dependências domésticas nas classes médias’ dificilmente poderia ter nascido fora das condições masculinas e femininas duma sociedade comum.” (*idem*: 187-188)

Considera, assim, a autora que em Portugal a autoria feminina é encaixada no discurso dominante como uma pequena história dentro da História Literária. As reivindicações feministas implicando uma completa igualdade dos direitos e oportunidades entre os sexos na sociedade foram durante muito tempo julgadas como sendo considerações sobretudo femininas associadas pejorativamente ao desequilíbrio e ao excesso, não tendo sido incorporadas na questão democrática da igualdade dos indivíduos na sociedade de forma a abranger toda a formação dessa mesma sociedade. Talvez por isso Lúcia Castello Branco, no seu estudo sobre a escrita feminina, constate que autoras como Adélia Prado ou Lya Luft embora possuam nos seus textos uma “enunciação marcadamente feminina” (Castello Branco, 1991: 15), em alguns depoimentos pessoais acabem por tentar negá-lo, considerando curiosa a tentativa que estas escritoras fazem de negar a diferença, “como se a diferença, em si, já marcasse alguma inferioridade, alguma incapacidade, algum mal.” (*idem*: 16)

Segundo Isabel Allegro de Magalhães no seu livro *O Sexo dos Textos*, embora muitos homens comunguem das características reconhecidas como predominantemente femininas pela

sua sintonia com dominantes da vida das mulheres, nos textos literários é legítimo falar de tendências predominantes na escrita de mulheres, seja no que diz respeito aos temas abordados, universos criados e meios sociais em presença, como ainda no posicionamento das narradoras/autoras e criação das suas personagens femininas ou em aspectos da linguagem e construção narrativa. Esta autora refere como exemplo as narrativas cuja temática é a guerra colonial, constatando que nos discursos de responsabilidade feminina existe uma diferença clara de ponto de vista: as mulheres não participaram nas batalhas, ficando na retaguarda, participando contudo na atmosfera de guerra, razão pela qual relatos sobre o mesmo tema apresentam pontos de vista tão distintos. Acrescenta esta autora:

Também no que aos meios sociais diz respeito, observa-se nestes romances [portugueses de autoria feminina] a cobertura de maior variedade de ambientes, numa atenção repartida por pessoas de classes sociais que não aquela a que pertencerão as narradoras, classes espezinhadadas, sofredoras, mas de uma grande riqueza humana, tendo essas personagens uma presença na narrativa que é em si mesma importante e não apenas subserviente em relação às personagens centrais. (Magalhães, 1995: 30)

Considera também que em várias autoras é possível encontrar uma percepção alargada aos diversos sentidos: “(...) o olfacto, o ouvido, o tacto, o gosto, revelam-se como antenas igualmente importantes e nítidas para uma captação plural da vida. E a linguagem é disso testemunha: substantivos aromáticos, adjectivos tácteis, verbos sensitivos, dão novos sabores aos textos.” (*idem*: 32), dando como exemplo os romances de Teolinda Gersão. A atenção do leitor para os pormenores, os factos desconhecidos, secretos, que poderiam passar despercebidos é, segundo a mesma autora, convocada por Lídia Jorge em *A Costa dos Murmúrios*, constituindo outro marco distintivo da escrita de mulheres pelo facto de estas serem obrigadas no seu dia-a-dia a estarem intensamente atentas ao que as rodeia e serem portadoras de uma sensualidade envolvente e múltipla, expressando características que estão em harmonia com a sua vida e o seu próprio corpo.

Já Luísa Castello Branco recorre a Freud para afirmar que a feminilidade é adquirida, ou seja, não é absolutamente determinada pelo corpo, não bastando possuir um corpo de mulher para se constituir psiquicamente como mulher, pelo que a escrita feminina não é exactamente a escrita das mulheres mas está sempre relacionada com a mulher, “seja pelo grande número de mulheres que escrevem nessa dicção, seja pela evidência com que esse discurso se manifesta no texto das mulheres, ou ainda pela ‘mulheridade’ que está implicada na escrita feminina, mesmo quando ela é praticada por homens” (Castello Branco, 1991: 20), sugerindo que o feminino não é a mulher mas a ela se relaciona, é o “não-masculino” (*idem*: 27) mas a ele não se opõe. Segundo esta autora, neste tipo de discurso há “uma certa voz de mulher, um certo olhar de mulher” (*idem*: 20) mesmo que seja escrito por homens.

As mulheres / autoras, de acordo com Isabel Magalhães, “mostram uma forma diferente de se relacionarem com a realidade (...) mesmo ao falarem dos mesmos temas que os homens, as mulheres expressam uma outra forma de percepção do mundo, de relacionamento com os outros, com os acontecimentos, com as coisas, uma outra forma de habitar o presente e de interpretar a História.” (Magalhães, 1995: 203).

Tanto Isabel A. Magalhães como Luísa C. Branco consideram que a casa assume a centralidade dos espaços narrados na maioria das narrativas de mulheres, como *pivot* do universo, “(...) sítio fixo de onde as mulheres constantemente partem para viagens no tempo” (*idem*: 36) enquanto, inversamente, os homens saem fisicamente de casa para “atravessarem continentes” (*idem*: 37). As personagens femininas em narrativas de mulheres são também um factor distintivo das narrativas de responsabilidade masculina na medida em que são reveladoras da complexidade do mundo feminino nas suas diversas formas de estar e de experienciar a realidade, em que o passado assume maior importância do que o presente; as personagens femininas criadas por mulheres “estão inseridas num presente que quase nunca lhes é significativo. Um presente sempre insatisfeito e sempre afectivamente habitado pelo passado ou por um porvir utópico.” (*idem*: 38-39). O tempo das narrativas, por outro lado, está em muitos casos ligado à memória do passado ou antecipação do futuro, não surgindo, por isso, de forma linear ou cronológica, mas antes ligado à subjectividade da mulher / personagem / narradora. (*idem*: 40)

A explicação da preferência das mulheres escritoras pelo género memorialístico, geralmente dada por teorias de base histórico-sociológica que associam esta tendência ao facto de as mulheres, historicamente confinadas ao lar, encontrarem nesse tipo de escrita o veículo ideal para a expressão da sua vida íntima, dos seus desejos, das suas fantasias e do seu carácter nostálgico, é contrariada por Luísa Castello Branco que a justifica por ser um discurso mais ligado à ficção do que aparenta:

(...) o facto (...) é que o passado nunca é, na medida em que está sempre sendo construído pelo presente (e pelo futuro), da mesma forma que o sujeito nunca é, mas consiste num estar sendo que jamais se completa, que jamais se permite ver inteiro, que jamais está todo onde parece estar. Por isso, não se pode pensar (mesmo no texto tradicional de memória) na existência de um sujeito pleno, onnipotente, onnisciente, sem lacunas e sem brechas, porque mesmo esse sujeito que pretende tudo saber e tudo controlar muitas vezes se depara com um texto que escapa ao seu controle e com ‘verdades’ sobre as quais ele não sabe tanto assim” (Castello Branco, 1991: 38)

Segundo a mesma autora, a escrita feminina caracteriza-se não por um discurso de memória “tradicional ou oficial” (*idem*: 36) em que o texto crê na memória enquanto fidelidade à experiência vivida, seduzindo o leitor com a promessa de resgate de um passado perdido, mas antes por o que a escritora designa de um discurso de “desmemória” (*ibidem*), ou seja, que exhibe a perda e a lacuna e faz disso matéria discursiva, texto onde se vêem com maior nitidez

os esquecimentos, os lapsos, sendo construído a partir da perda, como todos os discursos, mas que não nega a perda, antes a exhibe, fazendo dela o seu objecto, a sua matéria. O esquecimento, a invenção, a ficção seriam a verdadeira matéria-prima desta escrita de “desmemória” que, à maneira de Virginia Woolf ou de Proust, se desenrola em torno de um paradoxo: “Como sair da linguagem (alcançar o pensamento) utilizando-se da própria linguagem? (...) É em torno desse impasse (e não da sua resolução) que a escrita feminina se constrói.” (Castello Branco, 1991: 45). Ou como se afirma ainda no mesmo estudo:

Urdida no esquecimento (como toda a narrativa de memória) e admitindo ser o esquecimento sua urdidura, a narrativa de desmemória não apresentará um sujeito pleno, não acreditará no resgate do original, não procurará seduzir o leitor a propósito da veracidade de seu relato, não buscará o Sentido maiúsculo da vida e do texto, mas se perderá na multiplicação dos vários e minúsculos sentidos do corpo e da escrita (e de uma escrita do corpo). (*idem*: 40)

No seu livro *Uma História na História*, Catharina Edfeldt contrapõe à visão de Isabel Magalhães a de Santos & Amaral que consideram no seu texto *Sobre a “escrita feminina”* que a análise de Isabel Magalhães, apesar de inovadora, “apresenta pouca clareza quanto a saber se os traços sexuais detectados numa escrita “no feminino” poderiam ser ancorados numa essência estereotipada específica do sujeito poético feminino.” (Santos & Amaral *apud* Edfeldt 2006: 160)

Em Portugal, com a Revolução do 25 de Abril e o fim da censura e, conseqüentemente, uma maior liberdade de expressão, temáticas como a revolução, as perseguições políticas e ideológicas, a guerra, a descolonização, a opressão e a discriminação de minorias, entre elas a feminina, são temas recorrentes. Assiste-se a um aumento considerável de mulheres escritoras a partir desta altura devido à decorrente liberdade de expressão e à maior e progressiva libertação de estereótipos relacionados com o género autoral, que se verifica até aos dias de hoje.

Neste trabalho propomo-nos precisamente analisar as obras escritas por mulheres relativas à época colonial de Moçambique, estabelecendo os possíveis paralelismos entre as próprias obras de autoria feminina, ou seja, tentando encontrar vectores comuns à escrita sobre uma mesma realidade sob diversos pontos de vista femininos, por um lado, e, por outro, estabelecendo a ligação com o discurso oficial sobre esta época que faz parte do passado histórico recente de Portugal, de forma a sustentar a nossa convicção de que, neste caso, a ficção baseada em acontecimentos históricos fornece informações complementares ao discurso histórico sobre uma dada época, ao criar personagens cujas vivências podem ser sustentadas por factos e condicionantes sociais que se sabe hoje em dia realmente terem existido em Moçambique enquanto colónia portuguesa, o que pode ser comprovado por estudos recentes.

No que se refere à representação sociológica desta comunidade formada por colonos europeus e nativos africanos, podemos ainda afirmar que a literatura parece antecipar os dados históricos e sociológicos, dado que, durante muito tempo, não foram feitos estudos sobre o movimento migratório para as ex-colónias, tendo sido o primeiro publicado em 2007 por Cláudia Castelo, enquanto *A Árvore das Palavras* e *A Costa dos Murmúrios* foram publicados em 1997 e 1988 respectivamente. A acção do romance de Teolinda Gersão decorre em Lourenço Marques no período anterior à guerra colonial e durante a guerra e Lídia Jorge situa os acontecimentos narrados na cidade da Beira durante a guerra colonial. Em Outubro de 2009, Isabela Figueiredo publica *Caderno de Memórias Coloniais*, uma colectânea de textos autobiográficos sobre a sua vivência em Lourenço Marques durante a guerra em Moçambique e após a independência deste país, sucedendo-se a sua passagem forçada para Portugal como retornada africana.

## **2. Escritas de Mulheres e Sociedade Colonial de Moçambique**

### **2.1. Teolinda Gersão, *A Árvore das Palavras***

#### **2.1.1. Pontos de Vista: Narrador / Espaço Físico e Social**

Apesar de se tratar de uma narrativa ficcional, a leitura do romance *A Árvore das Palavras* permite ter uma noção do funcionamento da sociedade de Moçambique durante a época final da colonização portuguesa em território africano, sendo um exemplo de que o facto de ser literatura de ficção não é incompatível com o fornecimento de informações históricas ou sociológicas importantes para o discurso historiográfico.

Através de Gita, personagem principal do romance, da sua mãe Amélia e do seu pai Laureano, informações sobre as relações informais estabelecidas entre colonizadores e colonizados e respectivos papéis no funcionamento comunitário, assim como a estratificação das diferentes partes sociais envolvidas na colonização são transmitidas ao leitor de forma bastante verosímil e que pode ser sustentada por relatos que têm por base acontecimentos reais, conforme se verá a seguir.

O livro que tomamos como ponto de partida para este trabalho transmite, para além deste aspecto, o ponto de vista feminino sobre essa mesma sociedade. As personagens principais são mulheres que se movimentam em ambientes conotados com o mundo feminino, em que a casa, o funcionamento das tarefas domésticas e as relações informais nela estabelecidas tomam importância fundamental ao longo da obra, assumindo um valor metafórico que se estende para além deste espaço físico aparentemente restrito, podendo ser

considerado como representativo do funcionamento das relações sociais no espaço moçambicano como um todo.

Este romance é dos poucos (se não o único) cuja acção tem como protagonistas colonos portugueses de origem humilde residentes em Moçambique. A realidade colonial moçambicana é problematizada a partir de um diálogo da ficção com a História estabelecido através de vários planos narrativos: a narração da acção é conduzida pela personagem principal, Gita, filha de colonos brancos portugueses, nascida em Moçambique, que assume o estatuto de personagem principal do romance, sendo a condutora do fio diegético, responsável pelas narrações na primeira pessoa, da primeira e terceira partes do livro, e pelo ponto de vista dominante; a segunda parte é narrada na terceira pessoa através do ponto de vista de sua mãe, Amélia. Em ambas as narrações, Laureano, pai de Gita e marido de Amélia, assume também por vezes a responsabilidade narrativa do texto, ora através da conversa imaginária na segunda pessoa que a filha mantém com o pai, em excertos intercalados com a sua narração da primeira parte da obra, ora em passagens na terceira pessoa intercaladas com a narrativa sob o ponto de vista de Amélia da segunda parte do romance. Esta diversidade de discursos permite ao leitor a obtenção de várias subjectividades, transmitindo-se, assim, mais do que um ponto de vista da mesma realidade social espelhada, consoante o papel nela representado pela personagem responsável pelo fio narrativo nos vários momentos ao longo do livro.

A subjectividade das personagens que assumem a narrativa dos acontecimentos e respectiva tomada de posição sobre o meio social retratado revela-se um factor fulcral ao longo de toda a obra para a representação do contraste entre as diferentes formas de vivenciar a experiência colonial em Moçambique. A oposição que resulta das diferentes formas de experienciar os acontecimentos é espelhada pela forma distinta como as personagens responsáveis pela narrativa caracterizam quer as outras personagens que com elas se cruzam, quer o espaço onde se desenrola a acção: a cidade de Lourenço Marques. As personagens em destaque representam grupos sociais que permaneceram subvalorizados ao longo do discurso histórico dominante sobre a época colonial portuguesa, mas que, conforme veremos, nesta obra são postos em evidência: os negros, as mulheres e os colonos pobres, sistematicamente deixados de lado na maioria dos discursos representativos deste período, havendo outras, em posição secundária, representativas do grupo dos colonos privilegiados de Moçambique, detentores do poder económico e político que viviam totalmente alheados da realidade das restantes populações.

Nas primeira e terceira partes da obra, onde são expostos os pontos de vista de Gita criança e de Gita já adolescente, a narrativa é transmitida na primeira pessoa e trabalhada intencionalmente com o objectivo de sugerir que se trata de uma escrita memorialista. A autora

utiliza artifícios linguísticos como indícios de apelo à memória com o objectivo de levar o leitor a supor que se trata da evocação de factos verídicos do passado:

Foi talvez aí que começaram os sonhos – eu ia pelo mato com Lóia e de repente ela desaparecia por um carreiro, perdia-se no meio do capim. (Gersão, 1997: 34);

Foi dessa vez ou de outra que desatou a chover de repente e tivemos de fugir, à procura de abrigo?

Creio que foi de outra vez que isso aconteceu – separámo-nos uns dos outros, correndo, (...) (*idem*: 178)

Ficcionando a memória individual de uma personagem, a autora recorre à memória colectiva dos portugueses da sua época colonial para criar o efeito de verosimilhança. Os locais onde se desenrola a acção são verdadeiros, ainda hoje fazem parte da cidade de Maputo, e as personagens comentam uma sociedade aparentemente organizada de acordo com o que outros relatos podem sustentar. Na primeira parte, contudo, o discurso na primeira pessoa é intercalado com passagens na segunda pessoa em que Gita se dirige directamente ao pai. A memória individual de Gita da época da sua infância faz com que dedique as recordações aqui evocadas à figura do pai, com quem se identifica e com o qual vive os melhores momentos das suas recordações de criança. Apesar de nunca o chamar de pai ao longo do relato, referindo-se-lhe sempre pelo nome, Laureano, assim como faz com a mãe, Amélia, é nesta primeira parte que a narradora revela a sua aproximação à figura do pai em oposição ao afastamento que sente em relação à mãe que em nada se lhe assemelha. É com o pai que deambula pelas ruas de Lourenço Marques e convive com os outros habitantes da cidade e esses momentos são recordados num discurso a ele directamente dirigido: “Uma vez por mês vamos à barbearia. Ou antes, és tu que vais, e eu que vou contigo.” (*idem*: 40). Estes excertos, que são intercalados com o discurso na primeira pessoa, têm também a particularidade de irem expressando a subjectividade de Laureano em relação não só à sua própria vivência em Moçambique, mas também no que diz respeito à sua experiência em Portugal durante a infância e juventude, sendo reveladores dos motivos que o levaram a partir para África, em trechos em que a filha muitas vezes reproduz conversas com o pai.

O resultado deste confronto de pontos de vista e entrecruzar de discursos é uma ficção que decorre num período histórico bastante específico da História de Portugal, fins da década de 50, até ao fim dos anos 60, no início da guerra colonial, que recorre a factos e ambientes verdadeiros para retratar uma sociedade espartilhada devido a critérios raciais e económicos que se sobrepõem nesta época a quaisquer considerações humanistas características da actualidade. Este romance pode, por este facto, ser visto como o resultado de uma corrente literária típica da pós-colonialidade na medida em que, através de Gita, a narradora cujo relato mais se aproxima da subjectividade do leitor, é dado enfoque às personagens que estariam nas

margens relativamente à sociedade da altura, ou seja, que não têm o peso histórico convencional uma vez que não são responsáveis por feitos que tenham mudado o curso à humanidade, como se verifica em romances de cariz mais tradicional, mas coloca-se sobretudo a tónica em figuras que viveriam na sombra, sem poder político decisivo ou socialmente mais interventivo, cujo relevo consiste essencialmente na importância que assumem na esfera particular e não na pública. Rita Ciotta Neves afirma, referindo-se à chamada “pós-colonialidade”:

(...) os estudos pós-coloniais têm um objecto de investigação bem claro: querem estudar os confrontos entre culturas que estão numa relação de subordinação, ou seja, estudar a marginalidade colonial, considerada segundo uma perspectiva espacial, política e cultural. Deste último ponto de vista, entramos num novo conceito de cultura e em novos paradigmas da realidade. Os conceitos de classe e género deixam o lugar ao conceito de “sujeito”, com as suas identidades sociais, políticas, sexuais e ideológicas. (...) Os “esquecidos” levantam a cabeça e começam a falar, contando as suas histórias de marginalidade e de esquecimento. A cultura vira-se para “as margens” e transforma-se numa “praxe de sobrevivência”. (Neves, 2009: 235-236)

As personagens postas em destaque pela narradora principal em *A Árvore das Palavras* são representativas do grupo das mulheres, dos negros e dos colonos com poucos recursos económicos em Moçambique. Como Kate Sotelino afirma,

Although the novel has relatively few major characters, through use of multiple voices and their echoes, the author creates a social fabric approaching the intricacy of a realistic novel. In the tradition of Balzac and Stendhal, rather than writing about exceptional historical figures, Gersão has created composite characters that encompass personality traits intriguingly both born and resultant of basic societal trends and upheavals. (Sotelino, 2007: 225)

As figuras que protagonizam o romance de Teolinda Gersão são responsáveis não por grandes acontecimentos históricos, mas antes representativas do habitante comum da cidade de Lourenço Marques enquanto colónia portuguesa, sendo as personagens femininas que na obra ganham o estatuto de protagonistas, apesar de, na época a que o livro se reporta, a sua importância na sociedade ser muito relativa, dado que, no caso das mulheres casadas, o seu estatuto dependeria totalmente da posição social do marido, conforme acontece com Amélia, e ainda estariam na sua maioria impedidas de ganhar sozinhas o seu sustento; as mulheres que não casavam seriam objecto de um forte estigma social numa sociedade que direccionava, em tudo, os seus membros femininos a considerar que o papel fundamental da vida de uma mulher seria o da maternidade, juntamente com o de esposa.

Gita funciona como fio condutor principal e coloca em destaque as personagens representativas dos grupos dos desfavorecidos socialmente que têm em comum entre elas o facto de terem papéis pouco interventivos a nível económico e nenhum poder decisivo sobre a sociedade em que estão inseridas. Estão à mercê das classes dominantes de poderio económico,



pelo que foram sempre ignoradas pelo chamado discurso histórico convencional. Representam grupos sociais que funcionam na sombra, cuja verdadeira importância residiria no espaço doméstico ou como coadjuvantes passivos do sistema económico e político da época, sustentando na base uma ordem hierárquica fundamental para a manutenção dum sistema social ocidental num espaço colonial africano totalmente diferente como Moçambique. No entanto, aos olhos de Gita, e consequentemente perante o leitor, estas personagens adquirem, individualmente, um estatuto superior ao que se deduz que efectivamente teriam no que diz respeito ao todo social aqui representado. Ou seja, as personagens realçadas por esta narradora ganham uma dimensão superior à que têm quando confrontadas com o papel social que desempenhariam na sociedade retratada no livro, sociedade esta baseada em factos verídicos que pertencem à História de Portugal na época colonial aos quais a autora recorreu para ficcionar a história de uma família de colonos portugueses em Moçambique.

Quando a narrativa é da responsabilidade de Amélia, verifica-se, contudo, que é valorizado o grupo dos que constituem a classe privilegiada de colonos em Moçambique, caracterizados como um sector social à margem de todos os outros pelo seu estatuto elevado relativamente à restante população de Lourenço Marques, relegando para segundo plano, ou mesmo ignorando, as personagens postas em destaque pela filha. Isto acontece porque a importância que esta personagem atribui ou não aos que a rodeiam está directamente relacionada com o papel social que desempenham na sociedade retratada; a valorização de uns em detrimento de outros é consequência da maior ou menor importância que é atribuída a essas personagens pela sociedade em geral e não, como se verifica em Gita, o resultado de uma caracterização individual que para ela se revela singular, independentemente do peso que essa personagem possa ter na comunidade em que está inserida. Podemos, portanto, afirmar que a narrativa sob a perspectiva de Amélia é fundamental para o olhar sobre a sociedade como um todo, dado que as suas considerações não têm por base caracterizações individuais das diferentes personagens que a circundam, mas são antes sustentadas em juízos colectivos motivados por preconceitos enraizados numa mentalidade geral característica da época em que se situa a acção, enquanto a narração sob o ponto de vista de Gita é de cariz individual e personalizado, em que as personagens são realçadas como pessoas e não enquanto pertencentes a grupos sociais.

O ponto de vista de Amélia relativamente aos que a circundam contrasta com o de Gita na medida em que ignora ou despreza os grupos sociais ou as personagens salientadas pela filha porque não são detentoras de elevado estatuto social e, pelo contrário, destaca e sobrevaloriza os grupos sociais aos quais a filha não dá qualquer importância por estarem em conformidade com o que a sociedade em geral valorizava com base nos valores sociais instituídos implícita

ou explicitamente. Amélia só vê o estatuto social das personagens que a rodeiam, sendo incapaz de valorizar as personalidades dos que com ela convivem, conforme se verificará em seguida.

Gita, pelo contrário, revela-se uma personagem com um individualismo mais marcado na medida em que não se deixa conduzir pela psicologia dominante como a sua mãe. Exprime por diversas vezes ideologia contrária à que verificamos estar em vigor para a maioria dos intervenientes sociais, pelo que dedica a sua atenção a personagens que pertencem a mundos ignorados pelos grupos sociais preponderantes e detentores do poder social e económico, tecendo considerações pessoais sobre elas que divergem das de Amélia, sobrepondo, assim, a sua análise pessoal às convicções instaladas na sociedade. É assim que, desde logo na infância, considera fundamental a figura de Lóia, a ama negra e, já em adulta, comenta por várias vezes o que considera a injustiça da situação que os colonizados negros vivem em Moçambique, confrontando as condições de vida destes com as da maioria dos colonos brancos. Gita coloca-se no pólo oposto ao da sua mãe no que diz respeito à forma como valoriza os diferentes estratos sociais, não se deixando levar pela mentalidade vigente na época, mas guiando-se por crenças próprias, e que vão contra a ideologia dominante, muito em parte devidas à influência paterna. Assume o estatuto de personagem principal ao adquirir, assim, maior densidade psicológica do que a sua mãe que, pelo contrário, apenas reproduz os valores sociais em voga. Para além disso, o facto de a sua narração ser em primeira pessoa imprime uma aproximação maior com o leitor do que a de Amélia, na terceira pessoa, que sugere um distanciamento maior relativamente ao seu ponto de vista. Estão implícitos no relato na primeira pessoa de Gita não só a intenção de passar ao leitor a sua perspectiva sobre o que é narrado, mas também, conforme Kate Sherwood Sotelino afirma, se pode entrever a opinião da própria autora nesta escolha de relatos distintos consoante as personagens que assumem a sua responsabilidade. Kate Sotelino, referindo-se a *A Árvore das Palavras*, sustenta:

The chorus of distinct voices is complemented by a collage of diverse points of view. Gersão controls the narrative distance by having each of her protagonists reveal their own quality and quantity of information. She not only alternates between a first and second person narrative, but also filters what we see, first through Gita as a child, then through Amélia's adulthood, and finally through Gita as a young adult. In each instance, the narrative representation, or narrative information is divulged in degrees; this technique, along with the distinctive voices, brings the reader closer to and further from the events described. (Sotelino, 2007: 226)

Com efeito, verifica-se ao longo deste romance que o ponto de vista do narrador é característica essencial para a apreensão da mesma realidade segundo subjectividades distintas, em nosso entender consoante o responsável da narrativa se aproxima ou se distancia do mundo africano ou do europeu, sendo este facto visível desde logo na caracterização do espaço circundante. Verifica-se que as personagens principais, também responsáveis pela narração dos

acontecimentos, podem ser separadas: as que se identificam com o ambiente do nativo moçambicano e o aceitam tal como ele é, por um lado - Gita e Laureano - e, por outro, a que se limita a tentar transportar para o espaço africano os valores e comportamentos característicos do mundo ocidental, evitando a todo o custo interferências entre os dois ambientes – Amélia.

A caracterização que Amélia, Laureano e Gita fazem do espaço moçambicano é, assim, distinta e condicionada pelos diferentes juízos de valor sobre o meio social envolvente, tendo visões bastante diferentes sobre a cidade de Lourenço Marques nas sequências descritivas que podemos extrair do romance respeitantes a este meio colonial que serve de cenário à obra. Esta diferença vai interferir, ao longo de todo o livro, não apenas na caracterização do espaço envolvente, ou seja, da cidade de Lourenço Marques, mas também na caracterização das restantes personagens, como Lóia e os nativos africanos ou os colonos das classes mais elevadas, que são valorizadas ou desdenhadas segundo a perspectiva de um ou de outro narrador, como veremos mais adiante.

As descrições do espaço onde decorre a acção são, assim, condicionadas pelo ponto de vista de quem o observa e esse espaço, tal como as restantes personagens, é admirado ou rejeitado conforme se assemelha a locais que fazem parte do imaginário europeu ou, pelo contrário, se aproxima do ambiente considerado típico duma sociedade em tudo diferente da de proveniência dos colonos, como é a africana:

A cidade cerca-nos, com os seus braços, os seus muitos círculos, nenhum dos quais nos exclui. Ninguém nos pode tirar essa sensação de pertencer, de estar contido. Somos parte de um todo, uma cidade viva. (...) Nada vejo, aqui sentada diante da mesa redonda do café, e no entanto essas coisas longínquas, como os barcos passando, o movimento, dos barcos, fazem parte deste minuto, em que tudo está contido. (Gersão, 1997: 53-54)

A narração de Gita quanto ao que a rodeia, principalmente na sua infância, é sempre reveladora de grande encantamento pelo que esta cidade tem para lhe oferecer; através das suas palavras, o leitor apercebe-se da sensação de pertença àquele espaço. Para ela a cidade é um todo harmonioso em que tudo faz sentido e em que o tempo parece ganhar uma outra amplitude. O prazer sentido em observar tudo à sua volta é sistematicamente expresso através das descrições impregnadas de subjectividade, em que a narradora se inclui a ela e ao pai na paisagem envolvente, como mais dois elementos que dela fazem parte, e em que o presente da enunciação e a utilização de deícticos como “aqui” remetem para a presentificação de sensações passadas, conferindo-lhes maior força. A cidade de Lourenço Marques aparece por vezes como mais uma personagem do livro, a quem Gita atribui importância fundamental, ganhando até vida própria:

A cidade é um corpo vivo, respirando, o meu, o teu, o dos outros, o do mundo, é uma infinita intersecção de corpos, nos momentos incontáveis do tempo, repetida como as ondas do mar. (*idem*: 54)

A descrição da cidade feita por Gita é de cariz eminentemente subjectivo em que a repetição do verbo “ser” no presente do indicativo sugere a intenção de partilha com o leitor das sensações que este espaço lhe provoca. Mais do que um mero local onde a personagem se movimenta, esta cidade é, para si, como que dotada de uma existência particular que, por sua vez, abrange todas as outras que dela dependem, ou seja, as vidas dos seres humanos que nela habitam, que a sustentam e que com ela se interligam. A descrição é extremamente sensorial, a noção de uma cidade e do mundo como corpos vivos que se assemelham aos corpos humanos é reveladora da sensação anímica que a narradora pretende transmitir ao leitor sobre o espaço que a rodeia, denunciando a integração plena deste sujeito no lugar. O ambiente africano onde se insere esta cidade é como um sistema de partes que completam o todo, em que cada uma exerce a sua função, contribuindo para a vitalidade do resultado que tanto fascina a narradora. Para além de ligada ao ser humano, a cidade surge, através dos olhos de Gita, também intimamente conectada à natureza selvagem que a envolve:

Sim, é uma cidade ordenada, de linhas regulares. E no entanto não doméstica, nem domesticável – não se podem domesticar as casuarinas, nem os coqueiros, nem os jacarandás. Nem o capim, nem o mato. (*idem*: 55)

Aqui a paisagem é relacionada com os elementos característicos do meio africano, a vegetação referida é a associada aos países tropicais e irrompe irremediavelmente num espaço ao qual é intrínseca, não se podendo, por isso, domesticar, tal como Amélia a tentava domesticar no seu quintal, sem sucesso. A cidade é pintada como mais um elemento da paisagem, é mais um dos componentes selvagens que constituem o ambiente africano, não sendo nesse sentido “doméstica”; é mais do que um mero espaço, parece dotada de vontade própria, de desejo de liberdade, sem condicionalismos ou restrições, assemelhando-se nisso aos nativos africanos. Nesta cidade “o tempo é um hálito, um sopro. Não tem nenhuma pressa, demora-se, por momentos parece ficar parado para sempre.” (*idem*: 54), ou seja, espaço e tempo têm uma dimensão peculiar que parece exclusiva de Lourenço Marques. As sensações que a narradora tenta transmitir ao leitor são de tal forma intensas que a rememoração das sensações experienciadas é feita como se acontecesse no presente, embora o tom memorialista seja retomado mais à frente:

O vento varria o pensamento, ficava apenas um instante único, parado, sob o ardor do sol. Não existia passado nem futuro, nem mesmo presente, o tempo saía do seu trilho e media-se por medidas loucas, tinha a dimensão do canhoeiro ou da mangueira (...). (*idem*: 64)

O tempo da narração acompanha a medida temporal dos acontecimentos narrados em que o presente predomina, principalmente quando é expressa a vontade por parte da narradora de apropriação sensorial do ambiente que a rodeia:

Rodo a colher no gelado, levo-o devagar à boca. Creme vermelho de groselha, derretendo. Sabor do Verão. (...) O que penso não tem nitidez, é talvez só uma aproximação inexacta. A vida cabe numa colher de gelado, respira-se, devora-se com a boca. (*idem*: 54)

Isabel Allegro Magalhães considera que os temas em si mesmo não denunciam em geral a autoria feminina, mas que é antes a perspectiva por que são olhados que fazem descobrir a diferença nas matérias narradas. Segundo esta autora, nestes textos observa-se “a corporização de uma escrita feita com o próprio corpo, uma *body writing*, como lhe chamam algumas correntes críticas americanas.” (Magalhães, 1995: 31), sendo esta uma escrita em que a visão exterior do corpo é assimilada à descrição do que não é corpo, ou em que o corpo, em vez de ser olhado de fora, é expresso a partir de dentro, dando como exemplo as narrativas de Teolinda Gersão:

Esta escrita do corpo tem a ver, por outro lado, com um relacionamento próprio com o mundo: com a natureza e os objectos, com as pessoas e os acontecimentos. A nível da percepção, encontramos a novidade de uma captação, redonda, não vectorial, da realidade. (...) Os romances de Teolinda Gersão são disso um excelente exemplo: todos eles perpassados por uma semântica sensual. (*idem*: 32)

Com efeito, a este propósito, repare-se nesta passagem de *A Árvore das Palavras*:

O primeiro amante era o sol, andando em volta do corpo deitado, lambendo-o com a sua língua de lume, batendo-lhe ao de leve com a sua cauda, farejando-o com o seu focinho de luz – via-se isso através das pálpebras, sem abrir os olhos, enquanto o corpo amolecia e se sentia mais forte o cheiro do vento – e agora o sol começava a apoderar-se de todo o corpo, avançava sobre ele com pés cautelosos, como um animal bravio, e a gente entregava-se, rendida, e o sol entrava pela pele, pelos ouvidos, pelas narinas, pela boca, e havia finalmente o momento em que se abandonava de todo a resistência e se afastavam também as pernas e se recebia o sol no meio do corpo - o sol, sim, o sol era o primeiro amante. (Gersão, 1997: 169)

As descrições sensoriais em que a “*body writing*” ganha expressão são, neste romance, da responsabilidade de Gita e sugerem sempre a fusão entre o seu corpo e a natureza envolvente ou o que este espaço tem para lhe oferecer. Em certas passagens, o ambiente africano ganha mesmo uma dimensão mística: “É verdade que uma certa embriaguês nos assaltava, tomava conta de nós. África entorpecia-nos, sim, entrava dentro de nós como um bruxedo.” (*idem*: 63), juntamente com a dimensão temporal de vivência do presente, como se não houvesse passado nem futuro: “Ficava-se sentado na varanda a beber cerveja (...) como se o mundo tivesse acabado e se fosse ficar sentado para sempre.” (*ibidem*). No mundo mágico de Gita ainda criança, os momentos vividos com o pai em Moçambique ganham uma proporção que ultrapassam a vivência deste tempo e espaço tal como foram vividos, sendo ora transportados para o presente da narração e do leitor, ora relatados no passado, conforme a memória os recorda:

O mato. Mergulhava-se nele como no mar. E ele envolvia-nos com a sua presença obsessiva – havia de tudo no mato, répteis, pássaros, antílopes, insectos, manchas de

vegetação e longos troços desolados. Mas mesmo esses espaços aparentemente vazios eram densos, a vida cercava-nos, no arrulhar da rola, no grito rouco do sapo-boi, no canto enlouquecido da cigarra. Estava lá, na polpa ácida dos frutos, no coração azedo da maçala, no recorte silencioso de bocas, patas, garras invisíveis, estava lá e tocava-nos, doendo, com os dedos aguçados da micaia. (*idem*: 63-64)

As descrições da paisagem africana são sempre feitas com base no pulsar da vida animal ou vegetal considerada exótica, em que os seus elementos, nem sempre vistos mas sempre sentidos, são enumerados pormenorizadamente e em catadupa. A componente emocional tem grande relevo nestas passagens, mergulha-se no mato como se mergulha no mar, ou seja, amplifica-se a envolvência daquele espaço selvagem como sendo água que abrange todo o corpo e a ele se molda. Mais do que dar a conhecer visual e fotograficamente a cidade e o que a rodeia, a narradora dá-os a sentir ao leitor, através dos seus próprios sentimentos e sensações que estão sempre de permeio entre a realidade descrita e a linguagem utilizada para a descrever.

Descemos as ruas, chegamos ao fundo e entramos nas docas, caminhamos ao longo do cais. Esse era, foi sempre, o favorito de todos os passeios. O olhar perdia-se no meio de tudo aquilo, a floresta dos navios, o perfil muito alto dos guindastes e das gruas, os carris que corriam pelo chão, ao longo de quilómetros, o balanço dos barcos ancorados, o casco negro que ao sabor da ondulação se tornava mais ou menos visível. E havia aquele cheiro, nem sequer agradável, mas intenso e familiar, a óleo, a água e a lodo (...) (*idem*: 87)

As enumerações concorrem para a criação de um efeito de excesso, de exuberância e de vitalidade desta cidade. Além do mais, o que Gita relembra com saudade é a movimentação normal do dia-a-dia quotidiano de uma cidade à beira-mar e do cidadão comum que nela habita: “Porque esta é uma cidade-porto, uma cidade-cais e é aqui, em frente ao largo estuário, que o seu coração bate mais depressa.” (*ibidem*). Gita e o pai sentam-se juntos a observar o movimento do porto, o vaivém dos barcos e os marinheiros na sua faina diária, juntam-se a eles a tomar umas bebidas ao fim da tarde e o seu passatempo favorito é deambular por entre as ruas da cidade no meio dos seus habitantes comuns:

De novo saímos para a rua, descemos as ruas – densas, agitadas, com o seu zumbido de abelhas e o seu carrear incessante de formigas, a sua mistura de cheiros e de corpos, a sua teimosia, infatigável vida quotidiana. Povoadas de gente de muitas raças – basta caminhar assim ao acaso e reparar nos tons da pele de quem passa: Como um pingo de tinta branca, misturada em tinta preta, a abre em claridades, e um outro pingo a abre mais ainda, até um tom mate, assim entre indianos, brancos, escuros, mulatos, variavam os tons – e também o contrário, uma gota de sangue negro mesclava o claro da pele, uma segunda gota adensava mais a cor, por vezes contrariada por cabelo liso e olhos claros. (*idem*: 85)

Gita demonstra com esta descrição a intenção de transmitir as sensações visuais, olfactivas, auditivas, que os habitantes comuns da cidade lhe despertam; esta é retratada como um formigueiro constituído por uma variedade imensa de seres humanos de várias raças, os diferentes tons e cores de pele que os caracterizam são encarados por pai e filha como paisagem humana normal e um dos seus principais pontos de interesse. A mistura de raças surge como particularidade atractiva para ambos, como algo inerente a uma sociedade constituída por seres

humanos de várias “cores” que, naturalmente, se atrairiam sexualmente e gerariam outros seres resultantes dessa fusão, sendo isto visível onde quer que se circulasse, desde que o circuito eleito se cruzasse com os locais onde se situava a verdadeira actividade motora da cidade. Neste aspecto, a visão de Gita sobre o espaço é bastante coincidente com a de Laureano nos excertos em que o fio condutor da narração segue o seu ponto de vista, sendo também descritos os locais que o seduzem em Lourenço Marques caracterizados por essa mistura de pessoas e de cores, como se de pinturas coloridas se tratassem:

[Laureano] Assobiava debaixo das árvores do Xipamanine, caminhando no meio dos rapazes que descarregavam camisas, bonés, bacias de plástico e toalhas de banho, das vendedoras de feitiços sentadas em cima de sacos, de baldes deborcados, de pequenos bancos de madeira. As mulheres usavam lenços na cabeça, saias e blusas ou capulanas amarradas em volta do corpo; os lenços, as capulanas e as blusas tinham desenhos diferentes, e a regra (se tinha de haver uma regra, mas na verdade não havia) era que tudo combinava com tudo, de modo que todas as combinações de cores e desenhos eram possíveis, e o resultado era surpreendente. (*idem*: 151-152)

Num segundo momento da obra, dedicado a Amélia, a narração é feita sempre no passado e na terceira pessoa através de um narrador omnisciente, constituindo estes factores aspectos pelos quais Kate Sotelino considera que a autora do romance utiliza subterfúgios narrativos que indiciam a aproximação ou o distanciamento dos acontecimentos narrados. A narração é feita através dos olhos de Amélia que, por seu turno, nos seus passeios solitários ao domingo, elege como destino preferencial as zonas residenciais e comerciais dos colonos brancos endinheirados. As tardes da mãe de Gita são passadas a observar o estilo de vida dos que mais admira e tudo o que está associado ao elevado nível económico deste sector da sociedade:

Gostava de ver as montras das boutiques caras, que começavam mais ou menos a partir da António Enes. A cidade, verdadeiramente, era também aí que começava, pelos lados da António Enes e da Princesa Patrícia (...) E descia depois, quase a pique, até ao mar lá em baixo – via-se à distância o Clube Naval, os iates e outros barcos de recreio, atracados na pequena doca de abrigo (...) (*idem*: 103)

Em contraponto com as ruas agitadas e frenéticas devido à movimentação diária das suas populações, Amélia prefere “as avenidas, longas e largas, espriadas ao longo de quilómetros” (*idem*: 105) da parte rica da cidade, as zonas descritas por Gita na primeira parte não são minimamente interessantes para a sua mãe: “Mas o outro lado da cidade, ela não contava. Excepto, talvez, algumas ruas da baixa.” (*ibidem*). Enquanto Gita admira a movimentação quotidiana da cidade e a mistura de raças dos seus habitantes nas zonas onde se trabalha, a sua mãe cinge-se às zonas frequentadas pelos brancos ricos, observando com atenção não a paisagem natural que a rodeia, mas antes o que considera ser sinónimo de civilização, ou seja, os sinais exteriores de riqueza:

Aguçando os olhos, podia quando muito adivinhar-se que era de *chintz* o reposteiro que emoldurava a janela, e que na varanda havia uma cadeira de balanço, com almofadas de riscas amarelas.

E se, como agora acontecia, um moleque abrisse o portão e um carro entrasse, um *Alfa Romeo* cinzento metálico, com um motorista negro fardado, ver-se-ia um pedaço de jardim com placas de cimento no chão, entremeadas de relva, um caramanchão ao fundo, no caminho da garagem. (*idem*: 106)

Enquanto Gita se sente completamente integrada no ambiente que a envolve e gosta de fazer parte dele, Amélia prefere caminhar sozinha, sem se misturar com as outras pessoas da sua classe social:

É verdade que ao domingo o machimbombo da carreira 1 ia até à Costa do Sol, mas ela odiava os machimbombos, como odiava as pessoas que tomavam os machimbombos e iam fazer piqueniques na praia. Preferia olhar o mar de longe e estar sozinha. (*idem*: 108)

Esta personagem surge desinserida da paisagem física e humana que vai sendo descrita através do seu olhar, não se identifica com a zona e os habitantes onde vive e é excluída pelos habitantes das zonas das quais gostaria de fazer parte, por isso se afirma que “Ela estava na margem, olhando. Enquanto a vida, como os barcos à vela, passava ao largo.” (*idem*: 107):

Amélia’s preoccupation with the wealthy white colonists would be comical, were it not tragic in the transparency of her misguided values. (...) In her own words, by identifying herself with the wealthy and the foreign, she personifies the constitutive myth that Salazar methodically constructed, believing firmly in his dictum that the “New State” would revive the glory of the Portuguese Golden Age. (Sotelino, 2007: 228)

A cidade surge, assim, descrita através da visão deturpada de Amélia, pois onde Gita vê árvores, pessoas, animais ou navios de carga, a sua mãe vê apenas casarões, marcas, empregados e barcos de recreio. Sotelino justifica esta perspectiva pelo facto de Amélia ser exemplificativa dos que nesta altura eram instados a acreditar na superioridade inquestionável dos representantes da expansão do império português pelo mundo, que se fazia sentir no Estado Novo, como forma de revivalismo da época gloriosa do Descobrimentos.

No livro estamos, portanto, perante uma sobreposição de pontos de vista da mesma realidade conduzida essencialmente por estas duas narradoras / personagens mas não só, pois Laureano assume também em vários excertos a condução diegética dos acontecimentos. Laureano assume a narrativa em excertos mais curtos que se intercalam com o relato sob a perspectiva de Amélia e revela-se uma figura com maior peso na história do que à primeira vista pode parecer por ser possível deduzir o ascendente que tem sobre a filha que com ele se identifica na forma como olha para os outros intervenientes na acção. A narrativa sob o seu ponto de vista expressa um julgamento social aproximado ao de Gita, pelo que a sua apreciação sobre a sociedade é bastante similar à da filha e se pode inferir que constitui a fonte inspiradora dos juízos de valor por ela expressos ao longo da obra. Laureano é a figura masculina



representativa de um grupo específico de colonos portugueses de origens humildes que partiram para as colónias africanas com o objectivo de melhorar as suas condições de vida, tal como Amélia. Colonos que, devido à sua falta de instrução e dependência económica seriam vistos como mais próximos dos nativos africanos do que dos outros colonos de posição privilegiada.

A situação das mulheres brancas em África também se pode considerar representada por Amélia. Apesar de trabalhar na costura e ganhar o seu próprio dinheiro, tentando assim, também ela, melhorar um pouco o seu nível de vida, revela sempre consciência de que o seu estatuto estaria dependente do nível social do marido, facto pelo qual ao longo do romance o seu retrato está sempre relacionado com a ansiedade que revela relativamente ao comportamento dele no espaço africano, considerando-o demasiado próximo dos nativos, sendo este factor motivo de constantes discussões. A adicionar a isto há também o episódio em que Laureano não consegue uma promoção no trabalho de que estaria à espera, momento em que a mulher perde definitivamente as estribeiras, chamando-lhe “estúpida marmota africana” (Gersão, 1997: 95) em frente da filha. Amélia sabe que o seu estatuto naquela sociedade é totalmente dependente do seu marido. Ela não passa de um ser considerado passivo na colonização, o seu papel consiste apenas em ajudar o marido a constituir família, pelo que o estrato social ao qual pertence depende exclusivamente dele. Amélia não sobe socialmente se o seu marido não subir também, no entanto Laureano não demonstra qualquer ambição a nível de ascensão social porque isto significaria usar o trabalho dos negros, tal como os outros colonos. O pai de Gita não se sente compelido a explorar os negros porque não se considera diferente deles, motivo pelo qual no final da obra acaba por engravidar Rosário, sua empregada negra, contribuindo para a mestiçagem desta sociedade já tão heterogénea.

Amélia reproduz, assim, a idealização generalizada do espaço africano feita pelos colonos portugueses que para lá partiam. África era considerada um mero meio de enriquecimento pessoal, a migração para este espaço era sinónimo de prosperidade, ideia feita por muitos portugueses que, conseqüentemente, consideravam ser esta uma terra proporcionadora de uma muito ambicionada promoção social que seria impossível em Portugal. No romance é também esta personagem que contribui para essa idealização ao escrever uma carta fantasiosa a uma amiga portuguesa na metrópole, tentando fazer-lhe inveja:

(...) no Natal escreveu longamente à Celeste (criados temos três, e um cozinheiro). Mandou um postal do hotel Polana reflectido na piscina (foi aqui que passámos a lua de mel, e é onde o meu marido me leva todos os sábados, a jantar ou ao dancing). Juntou uma fotografia das casuarinas, na marginal, onde se viam dois macacos a descer de um ramo, (...) E depois nunca mais deu notícias. (*idem*: 126)

Ou seja, Amélia não reconhece que a sua situação precária a nível económico se mantém em África devido às barreiras sociais com que, também lá, se deparou. O espaço social moçambicano é uma réplica do português, as dificuldades de ascensão social são transferidas da metrópole para a colónia pelo facto de os protagonistas do colonialismo português considerarem que evolução social é sinónimo de reprodução do modelo social e económico europeu, sem terem em conta as especificidades do ambiente e da cultura em questão. Os colonos pobres sem instrução e os nativos africanos têm a obrigação de se submeter aos brancos ricos, mas os nativos africanos devem também submeter-se aos colonos pobres, estes devem estar acima dos negros. Laureano, ao contrariar esta norma implícita, pode ser considerado ao mesmo nível que o africano pelas classes dominantes, e Amélia, por depender do marido, vê-se também impedida de escalar socialmente como era sua ambição. Contudo, tem o cuidado de transmitir para Portugal a imagem correspondente ao enriquecimento pessoal idealizado como único factor que justificaria a migração para as províncias ultramarinas.

O espaço simbólico correspondente a esta idealização consiste, na obra, no hotel Polana, já referido por Gita na altura da sua construção:

[O Hotel Polana] Estava a ser construído em pleno mato. E ninguém sabia ainda que ele viria a ser, para alguns, uma espécie de resumo da cidade, ou de parte dela, quase uma palavra mágica, evocando um mundo: Polana. Porque a cidade era então paralela ao estuário, era a Cidade Velha, a Baixa, e pouco mais. (*idem*: 55)

O hotel mais luxuoso de Lourenço Marques é o símbolo da separação entre ricos e pobres sentida na cidade. Segundo Gita, este hotel é, para alguns, um “resumo da cidade ou de parte dela”, mas não para ela. Para Gita, a cidade não se resume a este hotel apenas frequentado pelos mais privilegiados, no entanto já a sua mãe também lhe atribui grande importância como sendo representativo do mundo ao qual ela tanto quer pertencer, associando-o ao tão almejado estilo de vida que não consegue alcançar:

Olhando daí, do meio da relva, ver-se-ia ainda como esse lado do hotel se abria em janelas, varandas, colunas, balaustradas, deixando entrar o sol e o mar, ver-se-ia como esse lado, mais defendido e preservado, (...) era, de algum modo, o principal. Como se a parte voltada para a rua fosse meramente fachada, atrás da qual a verdadeira realidade se escondia. Mas esse lado era só de alguns. Dos que se sentavam nas varandas em mesas e cadeiras brancas, ou deitavam em colchões azuis debaixo dos guarda-sóis, à beira da piscina (...) (*idem*: 155)

Mais uma vez, Amélia associa o bem-estar à riqueza e a bens materiais. Os ricos são invejados por viverem em mundos à parte, como acontece neste hotel. Contrariamente à filha, Amélia admira esse mundo dos ricos pela distância que lhe impõem, é uma parte da sociedade que lhe está vedada e ela sabe, mas quanto mais a afastam, mais ela os admira e inveja, não se conformando nunca com a vida que lhe coube em sorte:

Esse lado não lhe pertencia. Ela era apenas visitante, não lhe cabia mais do que um rápido olhar, quase furtivo. Bater-lhe-iam sempre em dada altura nos olhos as placas douradas dos letreiros, informando que a piscina era reservada aos hóspedes do hotel. E também o jardim, e a beleza e a tarde calma, pensou. E os salões lá dentro, e as mesas de jantar, e a música do *dancing* à noite. E a vida, meu Deus, e a vida não lhe pertencia. (*idem*: 155-156)

Amélia ignora voluntariamente toda e qualquer parte da cidade que não esteja relacionada com o aparente esplendor da vida destes colonos ricos que imagina ver a divertirem-se por detrás da fachada do hotel. Ainda na primeira parte do romance, Gita enumera as preocupações da sua mãe em território africano, reveladoras da sua inadaptação àquele espaço:

Asseguram-nos que não é verdade, diz Amélia, mas as febres antigas ainda aí estão, terços e quartãs. E epidemias, dizem que hepatite e difteria andam na Manhiça e febre aftosa em Moamba. No gado e na gente. (...) Prevenir todos os contágios era um dos seus cuidados. Para evitar o pé de atleta esfregava os pés com *Nixoderm* e nunca pisava o chão descalça, nem mesmo ao sair do banho. (...) Para prevenir o paludismo tomava de vez em quando *Paludrine*, embora lhe dissessem que tomado assim era contraproducente. E pulverizava os armários com *Cafum*, porque tinha pavor de baratas, parecia-lhe sempre sentir o seu zumbido em volta da cabeça. (*idem*: 50-51)

Amélia tem medo das doenças como se Lourenço Marques fosse essencialmente um lugar sujo e imundo e uma constante ameaça à saúde pública, “Como se a cidade pudesse armar-lhe uma cilada e mordê-la num pé – uma mordedura animal, infecta e malcheirosa.” (*idem*: 50). Amélia tem medo deste espaço que para ela é estranho e ameaçador, não aprecia nada que tenha a ver com o ambiente natural que a rodeia. Para ela, a cidade só tem defeitos, teme a fauna e a flora a que não estava habituada no seu país de origem e reage mal a este ambiente diferente do de Portugal, repelindo à partida tudo o que lhe é característico:

De noite ouvia-se o coaxar das rãs, vindo de terrenos vagos, alagadiços, de pedaços ralos de capim (...). Mas Amélia queixava-se que lhe tiravam o sono. Tinha medo de rãs e sapos, para já não falar em cobras (...).” (*idem*: 51)

Já Gita, na terceira parte do romance, descreve o chamado “caniço” quando lá foi com o pai procurar Lóia depois do seu desaparecimento súbito:

O vento levanta poeira, lagartixas correm no chão irregular, estacam de súbito, fingindo-se mortas, petrificadas de pavor, de repente correm outra vez, enlouquecidas. Um homem passa, de palito na boca, outro limpa os dentes com mulala. Roupa no peitoril de uma janela, ao lado de um pássaro que saltita, na gaiola. Meninas de vestido sujo caminham descalças, de mão dada. O pasmo dos seus olhos enormes. Outra carrega um bebé adormecido, com moscas ao redor da boca. As ruas desoladas dos negros. Como se nada valesse a pena e tudo o que se estragava fosse irremediavelmente degradar-se ainda mais. Pessoas mortas caminhando na luz. (*idem*: 196)

Eis um espaço totalmente distinto do frequentado pelos colonos, sejam eles ricos ou pobres, dado que é descrito como um local de pobreza extrema, um local triste, assim como os que lá vivem.

### 2.1.2. Pontos de Vista: As Personagens Femininas, Amélia / Gita / Lóia

O relato de Gita sobre a sua infância na primeira parte da obra é extremamente crítico em relação à sua mãe. Esta é evocada constantemente como uma mulher amarga cujas acções quotidianas espelham o ressentimento resultante da frustração da suas ambição de ascensão social ao longo da vida, sendo esta ambição uma obsessão que se sobrepõe a tudo o resto. Os seus relacionamentos familiares são condicionados por este sentimento, estando esta personagem sistematicamente a transmitir à filha a sensação de desagrado por, tanto Gita como Laureano, seu marido, não vincarem o que para ela é fundamental: o distanciamento entre eles, grupo formado por uma família de colonos brancos que para ela estão, ou deveriam estar, numa posição de superioridade em termos de estratificação social, e a população nativa negra que considera estar na base da pirâmide das relações sociais estabelecidas em terras de Moçambique. O olhar de Amélia sobre o mundo moçambicano é exposto por Gita como profundamente crítico em relação à forma de estar dos nativos e dos que agiam como eles, entre os quais se contavam a sua própria filha e o marido. Para Amélia, o importante era ganhar dinheiro como forma de subir de estatuto social:

Amélia que nos repetia a todas as horas que o importante era ganhar dinheiro, entrar na sociedade, subir na vida. Mas havia pessoas, dizia ela olhando-nos com raiva, que se tornavam iguais aos negros, como se fossem também daqui. Filhos do mato como eles. Só lhes faltava estenderem a esteira e dormirem na palhota. Na vida era assim: Havia os que subiam e se refinavam, e os que andavam sempre para trás. Nós éramos destes últimos, Laureano e eu. Segundo Amélia. (*idem*: 65)

O excerto transcrito constitui exemplo de como, ao longo do texto, está implícito, na linguagem utilizada, a aproximação ou distanciamento de pontos de vista do narrador do que é narrado. Repare-se na última frase do trecho em questão em que Gita, ao separar sintacticamente a última afirmação, sublinha também a diferença de pontos de vista: “Segundo Amélia” - isto é o que a mãe pensa e Gita distancia-se bem. A divisão Casa Branca / Casa Preta sentida por Gita na casa onde habitam, é imposta pela mãe no único espaço que pode controlar, ou seja, na sua própria casa, como reacção à exclusão de que é objecto na sua vida profissional e que transporta para a sua vida pessoal. Amélia tem, assim, importância fundamental ao longo do livro nas inferências que se podem fazer relativamente à estratificação social vivida em Moçambique na época da colonização portuguesa. Ao desprezar tudo o que provém deste espaço ou da sua população nativa, Amélia apenas tenta desesperadamente imitar as suas clientes que, por sua vez, transportam os valores e modo de estar ocidentais para o espaço africano, impõem as suas estritas regras sociais e desdenham de tudo o que delas difere:

Para Dora Flávia e os amigos, por exemplo, a comparência nas Tômbolas de Caridade e nas Exposições Caninas, nos ‘Pools’ no Centro Hípico, ou nas competições internacionais do Autódromo, dir-se-iam concessões feitas à pequena vida local. Desdenhavam das praias dali

e todos os verões partiam com os maridos e as crianças em busca das águas sul-africanas, mais frescas e cheias de brisa e de espuma. (*idem*: 135)

Amélia esforça-se sem sucesso para ser identificada com este grupo, tentando afastar-se da possibilidade de ser associada aos nativos africanos, o grupo mais próximo do seu na hierarquia social africana porque também pobre, associação esta que, segundo ela própria considera no seu relato que constitui a segunda parte da obra, está implícita no tratamento que recebe por parte das suas clientes, ou seja, na forma como igualmente a ignoram. O comportamento desta personagem no seio familiar é consequência da ambição pouco esperançada de não permanecer para sempre no grupo dos menos considerados socialmente em Moçambique que satisfaria o seu desejo de evolução na escala social relativamente àquela classe de onde provém. Ao desprezar os nativos de Moçambique, julga marcar a distinção que crê necessária para a sua ascensão na sociedade. As classes mais elevadas retratadas no livro não manifestam qualquer consideração pela população nativa, desconsiderando também os que com eles se relacionam, tornando-se imperativo para as pretensões de Amélia que a filha e o marido se afastem deste grupo.

Os nativos africanos são imediatamente associados por Amélia ao grupo dos criados, os que apenas existem para servir os outros, como resultado do que vê nas suas incursões à parte rica da cidade onde se apercebe da forma como os que a habitam vivem:

Parecia tudo tão simples a quem estivesse de fora, como se não houvesse mais nada a fazer senão sentar-se na varanda, nas cadeiras com almofadas de flores, e jogar canasta, bridge ou mah-jong, comer scones com doce e tomar chá em bules de prata, servido por mãos negras enluvadas de branco. (*idem*: 137)

Esta é a ordem considerada natural das coisas por Amélia: os brancos ricos a divertirem-se e os negros a servi-los e é aquele o estatuto que ela ambiciona alcançar.

Mas, na segunda parte, o leitor fica a conhecer as origens humildes da mãe de Gita e as dificuldades por que terá passado em Portugal antes de arriscar a sorte em terras africanas como último recurso para melhorar as suas condições de vida. Órfã e de origens pobres, Amélia já teria experienciado em terras portuguesas o que significa pertencer às chamadas classes baixas, a diferença é que em Portugal não existia uma classe considerada inferior à dos pobres e sem instrução à qual ela pertencia, como existe em Moçambique. Em África, para além destes, há ainda os negros nativos, também pobres, mas fundamentalmente desdenhados devido à cor da pele, como consequência da mentalidade racista dominante. É com estes que Amélia luta para permanecerem abaixo da sua situação, fazendo o possível para se diferenciar deles, reduzindo-os à posição de selvagens, ao verificar que corre sérios riscos de ficar, também em África, no fundo da tabela social. O marido e a filha são por ela permanentemente censurados por se

misturarem com este grupo considerado inferior pela classe mais favorecida constituída pelos colonos de maiores posses económicas.

No relato de Gita, a mãe admira o que é estrangeiro, “sobretudo se são os sul-africanos, louros, de olhos azuis, com dois metros de altura” (*idem*: 66) e despreza tudo o que é moçambicano. Segundo a sua filha, Amélia “persiste na convicção de que os loiros estão no ponto mais alto da hierarquia das raças e de que os escuros portugueses estão no fundo da escala, logo a seguir a indianos e negros.” (*idem*: 67). No entanto, Amélia pertence de facto a um mundo que está mais perto do nativo moçambicano por fazer parte do grupo formado pelos colonos brancos pobres, sendo ambos tratados de forma semelhante pelos colonos de classes sociais mais favorecidas.

Com efeito, na segunda parte do romance relatada por Amélia, o leitor apercebe-se que esta personagem, por pertencer a uma faixa específica de colonos brancos pobres que partiram para Moçambique com o objectivo de tentarem uma oportunidade de melhorar as suas condições de vida, não se sente muito diferente dos negros residentes nesta colónia portuguesa devido à forma como é, também ela, ignorada pelas personagens que, no livro, formam o grupo representativo dos colonos ricos que vivem num mundo à parte do resto da população e que estabelecem de forma clara e marcada a sua posição de superioridade em relação aos outros habitantes de Lourenço Marques: as clientes de Amélia, nomeadamente Dora Flávia residente no Sommerschild. Isto é particularmente visível quando, nesta parte do relato, é a mãe de Gita que toma o fio condutor da narrativa e assume o ponto de vista dominante, sendo referidos por várias vezes os seus contactos profissionais com o mundo dos colonos brancos ricos:

As palavras que Dora ia deixando cair, **diante dela como diante dos cozinheiros, criados e mainatos, porque nenhum deles existia**<sup>1</sup>, eram coisas, sombras, objectos que passavam pela casa e amanhã se poriam fora, estariam noutra lugar e seria como se nunca lá tivessem entrado. (*idem*: 138)

O mundo tão ambicionado por Amélia está-lhe completamente vedado pois verifica que a sociedade moçambicana está ela também hierarquizada de acordo com uma lógica intrínseca motivada por factores de origem social e económica. Amélia não se sente em Moçambique efectivamente branca, tem consciência de que está mais perto do mundo dos pretos do que dos brancos por ser pobre, daí a sua necessidade de se distanciar deles utilizando os meios que estão ao seu alcance: pinta os cabelos de loiro e rejeita tudo o que a pode identificar com os negros, despreza a cultura e tradições moçambicanas, as pessoas e locais que com elas se relacionam, o Caniço, e todas as possíveis influências que esta gente possa ter no seu mundo ou no dos seus familiares, sobrevalorizando, pelo contrário, tudo o que, no seu entender, tem a ver

---

<sup>1</sup> Sublinhado nosso.

com o meio social em que os colonos ricos se movimentam, as línguas estrangeiras e o que se relaciona com a classe social dos brancos mais favorecidos. Os estrangeiros sul-africanos que frequentemente são vistos em Lourenço Marques na posição de turistas são igualmente admirados por esta personagem por constituírem um claro contraste relativamente ao grupo dos nativos moçambicanos, do qual ela tanto se tenta destacar.

Esforça-se, por isso, por transportar para sua casa as barreiras que ela própria enfrenta no seu dia-a-dia ao lidar com as suas clientes da parte nobre da cidade:

A casa [de Dora Flávia e do engenheiro] abria-se, como se abria a mainatos, moleques e faxinas: o que parecia tão próximo que bastava estender a mão para tocar-lhe, ficava ao mesmo tempo inacessível, como se estivesse atrás dum vidro. (*idem*: 112)

Verificamos assim, através desta personagem, que a cor da pele não é o único factor de divisão na sociedade colonial moçambicana representada na obra - o factor económico também é importante como gerador de barreiras sociais que existem dentro do grupo dos colonizadores portugueses. É o olhar de Amélia que vinca a distinção entre o grupo dos colonos brancos pobres e o dos colonos brancos ricos, valorizando esta diferenciação, tal como julga que as classes mais privilegiadas o fazem.

Inara Rodrigues considera, no seu ensaio sobre o livro de Teolinda Gersão, que a situação da mãe de Gita, na segunda parte, “é problematizada de forma a serem evitados reducionismos fáceis na aproximação da personagem com o discurso colonialista. Isso porque se trata de uma mulher que, sentindo-se traída pela vida, percorreu uma trajectória contrária ao sonhado conto de fadas do seu imaginário” (Rodrigues, 2006: 62), considerando-a uma “Cinderela ao avesso” (*ibidem*). De facto, Amélia sofre uma transformação na imagem que o leitor inicialmente tem dela da primeira para a segunda parte da obra, tornando-se numa personagem mais compreensível do que inicialmente se poderia supor devido à caracterização que a filha faz dela na primeira parte do livro, e com a qual o leitor de certa forma se compadece ao ficar a par de todas as dificuldades por que passou antes de tentar a sua sorte em Moçambique - sorte que lhe é negada quando verifica que o mundo onde foi parar pouco difere do de onde provém devido às condicionantes económicas com que se depara:

Porque ela era tratada como criada, (nada mudara, nada mudara desde a casa da madrinha), era tratada como os criados negros, e um dia em que Dora lhe deu um tecido para uma blusa, um tecido feio que por qualquer razão absurda lhe tinha ido parar às mãos mas ela não queria para si, e por isso lho dava, como uma forma mais discreta de o deitar no lixo, ela sentiu-se corar, como se estivesse descalça no mato e uma patroa branca lhe levasse um saquite de pano. (Gersão, 1997: 138)

As expectativas iniciais em relação a Moçambique e a Laureano como veículos para melhorar a sua condição económica e social são frustradas, e, por isso, considera-se enganada: “A cidade enganara-a, e por isso ela a odiava tanto. Mas não fora a cidade a enganá-la, sentiu, a vida, a

vida a enganara” (*idem*: 107). A mudança de ponto de vista e de subjectividade é um factor importante na obra, pois conduz o leitor a também mudar a sua própria subjectividade em relação a Amélia e a sentir por ela uma certa piedade.

Amélia não se enquadra no espaço africano nem se tenta integrar no ambiente que a rodeia por este não servir os seus interesses e considera que o espaço africano deveria ser visto pelo marido e pela filha como um mero veículo de ascensão social, um meio de enriquecimento, tal como é visto pelos grupos sociais mais privilegiados que estão ali apenas para colherem os benefícios económicos que África lhes pode proporcionar. A sua população e modos de vida não lhe despertam qualquer interesse se não tiverem utilidade e não os puder usar em proveito próprio, tentando impor o seu ponto de vista aos outros membros da família. A estratificação entre os vários grupos que compõem a sociedade moçambicana é, à maneira do colono rico, encarada por Amélia como a ordem natural das coisas. As classes mais elevadas, e consequentemente Amélia, por imitação, consideram que os colonos brancos e os ocidentais de forma geral, devem viver naturalmente separados do mundo africano, sendo este visto como apenas um meio de aqueles atingirem melhores condições de vida.

A forma de estar em Moçambique das clientes de Amélia é retratada como constituindo um modo de vida totalmente distinto do da restante população residente nesta colónia portuguesa. Vivem separados dos outros habitantes em tudo: habitam a zona nobre da cidade, o lado dos ricos constituído por “avenidas, longas e largas, espraiadas ao longo de quilómetros” (*idem*: 105) e não o outro lado “onde a cidade se perdia bruscamente no Caniço” (*ibidem*), e não se misturam com a restante população. Segundo Amélia “o outro lado existia para servir este, levantado em frente ao mar” (*ibidem*):

Ali, as coisas eram defendidas. As casas tinham grandes portões e vedações de ferro pintado, e dissimulavam-se atrás de árvores, na sombra, camufladas com heras, buganvílias e canteiros de flores. Escondiam que tinham dois salões, cinco quartos, sala de jantar, três casas de banho, varandas, escritório, atelier, arrumos, dependências de criados, churrasco, duas garagens, um enorme jardim. (*ibidem*)

Um grupo privilegiado que vive à parte, invejado por Amélia e, pelo contrário, ignorado por Gita e Laureano. Amélia reproduz os valores dos colonos brancos de estatuto social superior: a civilização ocidental é tida como ponto de referência a não perder de vista para o nível elevado de construção social que se pretende atingir em Moçambique, enquanto a população nativa tem apenas o dever de se subjugar aos “civilizados” porque inferiores.

A separação entre estes dois grupos de colonos é também sentida por Gita que, no entanto, tem um ponto de vista totalmente oposto: enquanto a mãe desdenha os negros e os moçambicanos em geral, a filha despreza e considera ridículos os grupos de habitantes que



constituem as classes mais favorecidas. A admiração de Amélia pelos estrangeiros é contraposta pela visão que Gita e Laureano têm destes:

Laureano e eu vêmo-los também passar, às vezes a cair de bêbedos, ou encontramos-los a partir garrafas em bares e restaurantes, e não conseguimos atinar com nenhuma superioridade, têm enormes pés e um ar patético de lagosta cozida, porque não se bronzeiam como nós, ficam encarnados e sem pele (...). Não percebemos por que razão a sua pele, obviamente de tão má qualidade, haveria de suscitar admiração. (*idem*: 66-67)

A personagem principal do romance tem um posicionamento completamente oposto relativamente à estratificação social que vê existir em Lourenço Marques, vivendo à margem das preocupações da sua mãe com quem não se identifica minimamente – a sua mãe afectiva é Lóia, a ama-de-leite que vive na mesma casa, responsável por todas as tarefas domésticas. Gita, embora também acabe por tomar consciência das barreiras sociais existentes em Lourenço Marques já quando adolescente, devido ao seu relacionamento amoroso com um rapaz pertencente ao grupo dos colonos ricos, não compreende nem aceita a preocupação contínua da mãe com a classificação social das pessoas consoante a raça ou o nível económico. Mas apercebe-se da divisão de classes à sua volta, tal como Amélia:

Os da classe rica são iguais a estes [estrangeiros], a única diferença é que não fazem barulho e falam pouco, instalam-se em hotéis onde exigem que não se admitam crianças e os cabides fiquem à altura do seu braço. Mas não valem mais do que estes, que se amontoam num espaço da praia onde lhes instalaram chuveiros quentes, e nem uns nem outros valem mais do que nós ou do que os negros, por que é que alguém há-de valer mais do que o outro. (*idem*: 67)

Verifica-se no excerto transcrito que Gita separa os “da classe rica” e os “estrangeiros” de “nós” e dos “negros”, estando implícito nas suas considerações que os dois primeiros grupos se consideram superiores aos dois segundos, o que confirma a visão de Amélia sobre a estratificação da sociedade em que esta família está inserida; no entanto, para esta personagem, a valorização de uns em detrimento de outros com base em critérios externos à própria pessoa ou que tenham a ver com a cor da pele não faz qualquer sentido.

Na primeira parte do livro, o seu olhar sobre as pessoas é revelador da ingenuidade característica das crianças relativamente ao mundo à sua volta, onde não há lugar para mais distinções a não ser as que derivam da personalidade de cada um: “Porque eu tenho a certeza que tu és bom.” (*idem*: 29), diz Gita no seu diálogo interior com o pai. É com base nela que diferencia, juntamente com Lóia, as pessoas boas das pessoas más, divisão na qual se inserem a mãe e o pai. Expõe por várias vezes as considerações de Lóia sobre a sua mãe como forma indirecta de expressar o que ela própria também pensa: “Ela não me gosta, diz Lóia falando de Amélia. O coração dela é duro. Mas de Laureano ela diz: Coração grande. E sorri, com todos os dentes brilhantes, voltando para ele a cabeça.” (*idem*: 22). Gita e Lóia desconhecem a hipervalorização dos hábitos do mundo ocidental e da raça branca, que faz parte do mundo dito

civilizado, e que só se adquire por aprendizagem. Lóia, personagem caracterizada como estando mais próximo do universo das crianças do que dos adultos, partilha da visão ingénuu de Gita, guiando-se apenas pelo seu instinto relativamente ao carácter dos outros e, tal como Gita, não se impressiona com nada que não tenha a ver com o interior da pessoa, estando ambas, por este motivo, no pólo oposto ao de Amélia no que diz respeito ao julgamento sobre a sociedade em redor. A filha de Amélia mostra-se incapaz de dar qualquer valor à aparência, aos sinais exteriores da civilização ocidental, por oposição à mãe:

Amélia ralha sempre, depois, porque caiu um pingo de gelado no vestido, ou porque o enrodilhei ao sentar-me. Odeio os vestidos de tobralco, de seda, os boleros e as blusas de renda, as saias de percal, que não deixam os movimentos livres e me fazem sentir um manequim com fitas e folhos pendurados, uma boneca de celulóide, de cabelo aos caracóis e olhos de vidro, parada na vitrine e morta como ela está morta. (*idem*: 73)

Ainda na sua infância, a separação entre o mundo dos brancos e o mundo dos negros é, na casa, contrariada não só por Gita como também por Laureano. Estas duas personagens, apesar de pertencerem ao grupo dos colonizadores brancos, identificam-se mais com o mundo dos nativos colonizados e não se revêem nas regras que Amélia tenta impor no seu espaço doméstico. Pai e filha ocupam um posicionamento próprio na distinção entre os dois grupos sociais retratados, na casa e na cidade de Lourenço Marques de forma geral, não pertencendo totalmente nem a um nem a outro, mas fazendo a transição entre estes dois mundos.

Gita detém, na primeira e terceira partes, a responsabilidade narrativa do romance, por esse motivo, nestes discursos, o ponto de vista sobre a sociedade colonial moçambicana é contrário ao de Amélia. Apesar disto, no que diz respeito à estratificação social, a personagem confirma a separação sugerida pela mãe ao considerar também a existência de uma hierarquização entre os grupos que constituem a sociedade envolvente sustentada em factores raciais e económicos.

Na perspectiva desta personagem na primeira parte da obra, a casa da sua infância aparece como um local subjectivamente dividido em Casa Branca e Casa Preta, o que pode ser considerado como representativo do espaço colonial moçambicano em bloco. Moçambique aparece metonimicamente representado por esta casa e a forma como as personagens interagem explica-se por uma lógica de relacionamento social muito mais abrangente e segundo a qual a sociedade moçambicana como um todo se regia; no entanto, no mundo infantil de Gita, esta distinção diz apenas respeito à sua esfera particular e é devida essencialmente às outras duas mulheres que nela partilham o mesmo espaço, embora tudo o resto as afaste. A narrativa conduzida por Gita na primeira parte segue sobretudo a dicotomia resultante da forma como vê as outras duas personagens femininas, sendo de salientar a posição que logo no início toma como considerando-se ela própria inserida na casa preta e não, como seria de supor, na casa

branca. Ou seja, a sua visão da casa e, conseqüentemente, da sociedade que em seguida vai retratar, está já condicionada à partida por este seu julgamento inicial e o seu partido já está tomado desde o início quanto à divisão que considera haver nestes espaços, sendo o leitor de imediato alertado para isso.

Com efeito, Gita, filha de colonos portugueses e nascida em Moçambique, identifica-se com o mundo do colonizado simbolizado no espaço doméstico pela Casa Preta e pelo seu quintal que “(...) não era um jardim, era um quintal selvagem, que assim se amava ou odiava, sem meio termo, porque não se podia competir com ele.” (*idem*: 11). Amélia estaria no grupo dos que o odiavam, Gita, no pólo oposto, era dos que o amavam. Por este motivo, revela um olhar atento sobre Lóia, sua ama de leite, personagem que assume importância fundamental nas suas recordações de infância da primeira parte da narrativa. Já na segunda parte do livro, narrada por Amélia, Lóia não é referida vez alguma. Esta personagem é representativa da população negra moçambicana com a sua forma diferente de estar na vida, vivendo apenas o presente, o que a distingue dos ocidentais, na casa representados por Amélia que vive preocupada com o futuro em detrimento da vivência plena do presente: “Amélia vive no quarto da costura, curvada sobre a máquina que tem escrito no dorso Pfaff, em grandes letras separadas.” (*idem*: 22). Lóia é, por isso, vista de forma distinta pelas outras duas personagens femininas que aqui residem. Gita sente por ela verdadeira adoração, admira as suas máximas resultantes da sabedoria popular africana, a sua espontaneidade e até a ausência de conhecimento formal, a sua falta de instrução:

(...) regia-se por uma lógica própria, que desarmava, ou excluía, qualquer outra: Recusou sempre por exemplo aprender a ver as horas, media o tempo pelo lugar das sombras do quintal. Se lhe explicávamos, apontando o mostrador, olhava para nós e sorria com indulgência, como se tivéssemos enlouquecido. E se lhe perguntávamos, fazendo girar os ponteiros, depois de outra explicação paciente: Então e agora, que horas são? Ela dizia ao acaso qualquer hora e escapuliasse, sem mais, para a cozinha. (*idem*: 26)

Caracteriza Lóia como sendo mais parecida com uma criança grande a quem a sabedoria e o mundo dos adultos civilizados nada diz, por isso Gita se identifica tanto com ela. De facto, a sua ama parece estar mais perto do mundo infantil do que do adulto, guia-se apenas por conhecimentos empíricos, baseia-se em mitos e crenças populares nas suas explicações sobre os factos da vida e partilha com Gita uma perspectiva diferente do mundo que as rodeia, conferindo-lhe uma dimensão mágica que fascina a menina:

As crianças que nascem são mostradas à lua, para que ela não lhes faça mal. (...) As crianças mortas perdem-se na floresta e no mato, procuram o caminho de casa mas não o encontram, porque os mortos perderam o faro, como os sardões, e por isso não acham o caminho de volta. Essas coisas e outras ela conta ajoelhada no chão, espalhando cera Cobra no soalho. (*idem*: 31)

Contudo, verifica-se que a caracterização de Lóia muda consoante a subjectividade, o ponto de vista, da personagem que a olha; para Amélia, a ama de Gita não difere em nada da população nativa em geral, caracterizada em bloco como sendo constituída por gente ignorante a quem as normas civilizacionais dizem pouco:

Dos negros não sabemos nada, diz Amélia. Nem podemos procurá-los porque não sabemos onde moram, não têm endereço, vivem em sítios vagos, palhotas iguais umas às outras, no meio de corredores de caniço. É agulha em palheiro, se se quiser achar alguém. (*idem*: 32);

Os negros e as suas mentiras, diz Amélia. (...) E essa aí, vai-se a ver e nem sequer se chama Lóia, possivelmente chamavam-lhe saloia e ela apanhou o fim da palavra e atira-nos com ela mentindo. (*idem*: 45-46)

Amélia apenas atura Lóia, apesar de contrariada, por lhe ser útil pois é ela quem desempenha todas as tarefas domésticas, Amélia apenas se dedica à costura, não faz qualquer outra tarefa não remunerada. Quando se lhe refere é sempre em tom depreciativo, até a explicação para a origem do seu nome é feita de forma a rebaixar a outra.

No fundo Amélia também não quer perder Lóia e por isso a suporta, e a Orquídea, e à minha proximidade com ambas. Mas assim que voltam costas, queixa-se de que lhes não suporta nem o cheiro, e abre com fúria todas as janelas. (*idem*: 28)

A mãe de Gita não admite a aproximação da filha a Lóia que simboliza na casa o mundo do negro africano, estando sistematicamente a tentar diminuir os que fazem parte do seu estrato social. Amélia aceita mal a aproximação do marido e da filha aos moçambicanos negros pois a mistura entre brancos e pretos é encarada pela mãe de Gita como sendo uma forma de diminuição na escala social, um retrocesso em termos de evolução civilizacional, é vista por esta personagem como uma cedência por parte dos brancos civilizados ao universo dos negros quando permitem que os nativos influenciem a sua forma de estar na vida:

Havia pessoas a quem aquela terra amolecia e fazia perder o norte, dizia Amélia. Como se lhes lançasse um feitiço. Podia-se cair em África como num poço. África sugava as forças, sugava a gente, como areia movediça. Nunca mais se voltava, nunca mais se era igual ao que se fora antes. Uma força nos levava para o fundo, como uma doença. Mortal. Se não se lutasse o suficiente. Se não se teimasse o suficiente. Dizia Amélia, enervada, olhando-nos de soslaio (...) (*idem*: 64)

O poço sem fundo de onde não se regressa é uma metáfora da perda de ambição por melhores condições de vida, objectivo da vida de Amélia contrariamente à sua família. Laureano e Gita não partilham das mesmas preocupações que Amélia, ou seja, da obsessão desta com a ascensão social e o enriquecimento. Vivem satisfeitos com o que têm, divertem-se juntos saindo aos fins-de-semana com os amigos e vivem o presente à maneira dos negros, ou seja, tentando tirar partido do que os rodeia, no entanto, o modo de vida dos negros é visto por Amélia como impeditivo de qualquer tipo de escalada a nível social pela ausência de ambição que este revela, daí a sua oposição a ele.

Acontece que a figura de Lóia adquire maior relevo por ser apresentada em contraste com Amélia. Gita retrata de forma oposta as duas figuras maternas da sua infância; uma é magra, branca, de olhos claros e cabelos pintados de loiro, mas de “coração pesado” (*idem*: 27) como diz Lóia, “Só para bater ela tem o coração leve. No mais é pesado. E frio como uma pedra.” (*ibidem*), mulher que “está viva, mas está morta” (*ibidem*) ainda no dizer de Lóia que também não compreende a permanente ansiedade e insatisfação de Amélia com tudo e todos, a sua incapacidade de apreender o que a vida lhe oferece de bom, só vendo os aspectos negativos de tudo o que a rodeia. Amélia é uma mulher angustiada que bate na filha e faz mal aos animais, não acompanha o marido e a filha aos fins-de-semana porque “não gostava de se dar com os vizinhos” (*idem*: 44), e contrasta em tudo com Lóia, o seu oposto:

Entra, entra, diz Amélia impaciente, tão impaciente que por completo o leite lhe seca, e a língua lhe seca, e toda ela se afia de magreza e pressa, fechando logo a porta. (...) Mas Lóia não tem pressa, porque Orquídea também não tem pressa, vai sugando e suspirando muito, com ruídos de pequeno animal saciado. (*idem*: 18)

Pelo que, na segunda parte do romance, narrada através do ponto de vista de Amélia, não existe uma única referência a Lóia. Amélia não lhe atribui qualquer importância apesar de ser uma das pessoas que viveu na casa e ajudou a criar a filha. No entanto, na narração de Gita, Lóia é uma personagem fundamental, responsável pela maioria das boas recordações de infância. Lóia “Parecia divertir-se a fazer as coisas, porque ria-se sempre e nunca prendia realmente as galinhas, que tornavam a cagar na roupa, que ela regava outra vez (...)” (*idem*: 12). A alegria de Lóia contrasta com a constante irritação de Amélia e fascina a personagem principal:

Lóia também era alegre – ria muito e os seus olhos brilhavam. A sua alegria era contagiosa, junto dela eu ficava diferente (*idem*: 45)

Fisicamente Lóia também se opõe a Amélia: é uma mulher corpulenta e volumosa que “não se coadunava com a leveza dos movimentos nem com a suavidade dos seus gestos.” (*idem*: 26) e “traz sempre uma criança pendurada no peito ou nas costas” (*idem*: 18) à maneira africana. Esta negra arruma a casa com uma rapidez que “nada tinha a ver com a tolerância infinita que demonstrava em relação às coisas, como se não quisesse ofendê-las nem forçá-las” (*idem*: 26), amamenta Gita e a filha Orquídea, dando “um peito a uma e outro peito a outra, sentada na cozinha e no quintal” (*idem*: 19) e escolhe para confidentes as formigas e outros animais. Para a narradora, parece ter um poder mágico sobre a natureza e todas as coisas à volta, confirmativo do chamado “maravilhoso africano”:

(...) as flores nunca morriam muito tempo, voltavam outra vez a abrir, bastava ela passar algumas vezes para cá e para lá, balançando sobre elas a mão do regador e a água transformada em chuva. E houve um dia em que ela ressuscitou um cocorico, depois de primeiro o ter matado na mesa de pedra da cozinha (...) (*idem*: 12)

Poder mágico este confirmado por Amélia, mas de forma totalmente oposta já que lhe confere uma carga negativa: “Nos negros não se pode confiar, diz Amélia. Porque nos desejam o mal e nos odeiam. Arma feitiços contra nós e podem trazer-nos a doença ou a morte.” (*idem*: 22)

Lóia faz parte do mundo nativo, os negros africanos são por ela representados nesta casa e a sua forma de estar é totalmente distinta da de Amélia: Lóia vive apenas o presente, o futuro não faz parte das suas preocupações diárias:

Sem Lóia não temos comida, nem louça lavada, nem roupa passada a ferro, nem limpeza. E a casa rapidamente enlouquece. Isso acontece às vezes, quando Lóia desaparece, sem avisar, por alguns dias. Amélia enfurece-se, atira o pano da louça contra a parede, grita que vai arranjar um cozinheiro e um mainato. Com gente desta não temos segurança, repete, em desespero, o dia inteiro. Vêm se querem, se não querem somem. Se fizer isto outra vez não torna a passar daquela porta. Mas Laureano não deixa despedir Lóia. Porque eu não posso perdê-la, nem a Orquídea. Se Deus não quiser pra eu morrer, eu volta, diz-me ela regressando. Tem medo não. (*idem*: 27)

A transcrição em discurso indirecto livre das suas falas é reveladora de falta de instrução e do baixo estrato social a que pertence e aproxima o leitor da vida interior da personagem. Contudo, Lóia é a ordem e o asseio maternos e femininos, é a figura feminina que confere a necessária sensação de segurança à menina. De vez em quando desaparecia sem avisar, provavelmente por não antecipar as ausências, já que é uma personagem que vive apenas o presente. Estas ausências são desastrosas para a ordem doméstica pois Amélia não quer saber da casa cujas tarefas diárias não contribuem em nada para a melhoria do seu futuro, dedica-se apenas à costura por ser a única forma ao seu alcance de ganhar algum dinheiro. Sacrifica o seu dia-a-dia enfiada no seu quarto de trabalho na esperança de com isso conseguir um futuro melhor e os prazeres quotidianos não lhe dizem nada se não lhe trouxerem benefícios sociais ou financeiros futuros: “Amélia, a económica, a energética, a que poupava lutando até contra o sol (...)” (*idem*: 64)

Apesar de Amélia a considerar uma ignorante, Lóia revela, aos olhos de Gita, uma forma de estar mais inteligente do que ela no seu dia-a-dia ao conseguir ser feliz apenas com o que tem e não ambicionando mais que isso. A sua sabedoria sobre o mundo e a vida é maior do que seria de esperar numa personagem com o seu nível de instrução e é capaz de interpretar e julgar o comportamento de Amélia através de conhecimentos baseados na sua vivência pessoal, ficando, assim, a ganhar no confronto com a mãe de Gita que é sistematicamente transmitido ao leitor. A caracterização de Lóia é sempre feita em oposição a Amélia que não consegue a paz de espírito necessária para ser feliz e é, por isso, uma personagem desagradável até para a própria filha. Lóia expressa uma visão do mundo totalmente oposta à de Amélia, não entende a obsessão pela melhoria das condições de vida e a permanente amargura de Amélia. Gita tem o cuidado de ir também expressando no seu discurso a opinião de Lóia relativamente à sua mãe

por esta, apesar das suas limitações a nível cultural, conseguir explicar de forma empírica o que estaria por detrás do comportamento da mãe, o que faz com que, mais uma vez, revele maior sabedoria do que à partida se poderia pensar:

A ambição grande não é bom, diz Lóia. Ambição grande é como quizumba. Quizumba vai, quizumba vai. Por esse caminho, e por esse caminho. Ela [Amélia] é formiga a morder e feijão-macaco. Ela é piri-piri e micaia, diz Lóia falando ainda de Amélia. Ou suspira apenas, abanando a cabeça com indiferença, como se a lamentasse: Ela tem muito milando na vida dela. (*idem*: 66)

Repare-se que as explicações de Lóia se baseiam em metáforas extraídas do seu conhecimento sobre a natureza que a envolve, são inspiradas na sua vivência quotidiana em que os elementos principais são a terra, a vegetação, a flora e a fauna africanas. No entanto, Lóia ganha, perante o leitor, o estatuto de sabedora em oposição a Amélia que passa rapidamente para a posição da ignorante na obra, através do discurso da filha. Por ter um ponto de vista aproximado do seu, Gita considera Lóia a sua verdadeira mãe, apesar de pertencerem a mundos diferentes: “Avanço no quintal atrás de Lóia, pousando os pés nas suas pegadas. Onde tu fores irei também, o que tu fazes, quero fazer também.” (*idem*: 35). Há uma identificação intensa entre esta personagem e Lóia, e os nativos de forma geral que são caracterizados como estando próximos da ingenuidade e verdade características da infância, identificação que contrasta com a repulsa por eles sentida por Amélia, mais aproximada ao mundo ocidental e adulto.

No entanto, a Gita adolescente da terceira parte do livro tem já uma perspectiva diferente da criança da primeira parte. Na sua infância, Lóia surge filtrada pela visão ingénua da menina, surgindo como uma personagem idealizada, dotada de poderes que faziam com que tudo o que com ela se relacionasse adquirisse uma dimensão quase sobrenatural, tal era a influência que exercia sobre Gita:

[Lóia] senta-se no chão ao meu lado, e faz-me uma boneca de trapos, com dois gestos rápidos das mãos – farrapos soltos, sobras desconexas da costura de Amélia, botões e argolas, colchetes e missangas apanhados do soalho, de repente juntos, numa figura inteira. Sigo fascinada os seus dedos, como num passe de mágica, e olho a boneca com assombro, porque ela me parece misteriosa. Um fio une os pedaços, invisível mas tão forte que a transforma numa coisa quase viva. E isso aconteceu diante dos meus olhos, ela surgiu, quase do nada. Eu vi. (*ibidem*)

Enquanto, na terceira parte do livro, a mesma personagem já é encarada com outros olhos pela narradora que agora consegue discernir o verdadeiro mundo a que Lóia estava ligada e o que de facto ela representava na sua casa: “Lóia estava ligada ao mundo quotidiano dos negros, aos bairros pobres que por toda a parte nos cercavam – casas baixas, pintadas, feitas de pedaços de materiais avulsos, que pareciam desenhos de crianças da escola ou cenários abandonados.” (*idem*: 195). Repare-se, contudo, nas considerações de Gita quando recorda já na adolescência as suas figuras maternas:

A face branca de Lóia branqueando a face negra de Amélia. Negro e branco são conceitos variáveis, eu sempre soube disso. Lóia era branca. Luminosa. A quase piedade, vizinha da compreensão, com que falava de Amélia: “Ela está morta. Está viva, mas está morta.” (*idem*: 222)

Sendo visível, mais uma vez, que para ela a distinção entre preto e branco não é uma questão de cor de pele mas sim de personalidade e de forma de estar na vida. Segundo esta perspectiva, Amélia seria a negra e Lóia a branca, pura, sem maldade ou fingimento. O espaço doméstico e respectivas personagens femininas funcionam nesta obra como representativas do funcionamento da sociedade colonial moçambicana. Amélia, Gita e Lóia são os vectores principais de uma separação simbólica da divisão mais alargada existente na sociedade envolvente, conforme se verificará a seguir.

### **2.1.3. O Espaço Doméstico Simbólico: Casa Branca / Casa Preta**

A infância da protagonista é evocada através de um discurso fragmentado de tom memorialista em que, mais importante do que o que é propriamente narrado, se dá particular relevo à transmissão das sensações que as pessoas, objectos ou locais lembrados provocavam nela. A rememoração da infância é vivenciada como sendo o resultado de impressões causadas pelo contacto com o meio físico e social envolvente em que os sentidos prevalecem sobre o raciocínio, porque ainda mal formado, sendo desta forma transmitida ao leitor através de um discurso que valoriza sobretudo os registos sensitivos e as percepções resultantes das suas experiências de menina. São essas percepções que a fazem lembrar a casa da sua meninice como sendo um espaço dividido:

E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta. A Casa Branca era a de Amélia, a Casa Preta a de Lóia. O quintal era em redor da Casa Preta. Eu pertencia à Casa Preta e ao quintal. (*idem*: 11).

Espaço dividido apenas ao nível das sensações da personagem que capta a diferença entre as duas formas de estar e de vivenciar a realidade moçambicana nas duas “donas de casa”, de diferentes estatutos, envolvidas nesta distinção. O espaço doméstico surge, assim, como simbólico da divisão mais alargada da cidade de Lourenço Marques. A Casa Branca é o espaço que Amélia tenta desesperadamente manter ordenado por contraponto à Casa Preta, ou ao Caniço, designado pejorativamente por Amélia como símbolo dos locais habitados pelos nativos de Moçambique. Representa na casa a presença do mundo ocidental no espaço africano, com a correspondente imposição de regras restritas às quais não é atribuída qualquer importância pelos locais por serem desajustadas ao modo de vida já muito enraizado no povo moçambicano. Este mundo dos nativos moçambicanos, ao ser representado na casa por Lóia,



acaba sendo associado a uma ingenuidade e espontaneidade mais aproximada à das crianças, dotado de um profundo respeito pela natureza envolvente, que Amélia tenta disciplinar sem sucesso. Lóia e Gita não compreendem minimamente as preocupações que tanto atormentam Amélia e conseqüentes restrições que tenta impor na casa onde se movimentam, pelo facto de estas terem a sua origem em condicionalismos usuais no mundo ocidental da sua proveniência mas que, neste espaço, se revelam totalmente desajustados aos olhos de quem se identifica com o mundo e cultura africanos.

Contrasta de sobremaneira na primeira parte o fascínio experimentado pela personagem principal por tudo o que neste espaço colonial é característico do ambiente africano onde está inserida com a forma destrutiva e amarga com que a sua mãe a ele se refere, verificando-se isto desde logo no início. Gita refere-se ao quintal da casa como pertencendo à Casa Preta:

[O quintal] Estava lá e cercava-nos, e ou se era parte dele, ou não se era. Amélia não era. Ou não queria ser. Por isso não desistia de o domesticar. Quero isto varrido, dizia ela à Lóia. Nenhuma casca de fruta podia ser abandonada, nenhum caroço deitado ao chão. Isso é lá no ‘Caniço’, insistia, sempre que queria repudiar qualquer coisa. Aqui não. (*ibidem*)

O Caniço é o mundo do nativo moçambicano, zona de terra batida e de bairros pobres em Lourenço Marques, considerado como uma selva sobre a qual é necessário exercer algum controlo, de forma a não deixar que esta predomine sobre o que considera ser o mundo civilizado. Amélia tenta marcar a distinção entre os dois espaços, o do colonizador e do colonizado, em sua casa, evitando que os dois se misturem, vincando assim a diferença entre Casa Branca e Casa Preta sentida pela sua filha:

(...) o quintal crescia como uma coisa selvagem. Brotava um grão de mapira atirado ao acaso ou deitado aos pássaros, brotava um pé clandestino de feijão-manteiga ao lado dos malmequeres, brotavam silvas e urtigas e ervas sem nome no meio da chuva-de-ouro e da bauínea – qualquer semente levada pelo vento se multiplicava em folhas verdes, lambidas pelas chuvas do Verão. E Amélia diria, franzindo a testa: O jardim tornou-se um matagal. E fecharia com força a janela. (*idem*: 10-11)

A Casa Branca é o reinado de Amélia que, nunca se adaptando à realidade africana, tenta civilizar o espaço doméstico, regendo-se pelos padrões do que ela considera ser a “civilização”, mas não consegue controlar a filha que se assemelha mais a Lóia do que à sua própria mãe - “Não venho de ti, venho de Lóia” (*idem*: 73), diz Gita a certa altura à mãe, expressando o ressentimento motivado pela sua constante atitude repreensiva -, nem o seu marido que é apresentado por Gita no início do livro: “Laureano também pertence à Casa Preta. Não tem medo dos mosquitos e plantou ele mesmo um rícino, ao fundo do quintal.” (*idem*: 13).

A Casa Preta é o espaço de Lóia, a ama negra, é o Caniço transportado para o ambiente doméstico desta família de origens portuguesa por esta negra africana, personagem de posição subalterna relativamente à família de colonos brancos, cujo espaço na casa é representado por

Gita como sensitivamente separado do de Amélia. O mundo de Lóia nesta casa surge ligado à cultura e tradições moçambicanas com as quais Gita se identifica pela associação que delas faz à liberdade e ausência de convencionalismos do mundo ocidental que lhe são impostos por Amélia. Gita considera-se pertencente ao mundo do negro apesar de ser uma menina descendente de portugueses brancos. A mãe, pelo contrário, tenta manter o mundo branco separado do mundo preto, não admitindo qualquer interferência do ambiente moçambicano no seu espaço.

A filha de Amélia, apesar de se identificar com o mundo do colonizado moçambicano, não faz verdadeiramente parte dele porque é filha de colonos: pertence a um mundo com o qual não se identifica e identifica-se com o mundo ao qual não pertence. O mundo da Casa Preta é associado por Gita à liberdade e espontaneidade das coisas naturais e a sua rainha é Lóia: “Lóia estava no quintal e as coisas andavam em volta. É assim que a vejo: ela imóvel, fixa num ponto, e as coisas girando à sua volta.” (*idem*: 18). A narradora parece preferir os sons, os cheiros e a desordem da Casa Preta e do quintal à ordem apenas aparente da Casa Branca que Amélia tanto se esforçava por manter diferente do espaço de Lóia, ama negra da Casa Preta. A casa preta de Lóia simboliza para Gita a grandeza e magia do mundo moçambicano pela liberdade que nela se vive, contrariamente à casa branca; a natureza, as coisas e as pessoas vivem no seu ritmo natural, sem imposições externas forçadas por convenções artificiais:

Na Casa Preta não havia medo dos mosquitos, nem se receava, a bem dizer, coisa nenhuma. Na Casa Preta as coisas cantavam e dançavam. (*idem*: 12);

Todas as coisas, no quintal, dançavam, as folhas, a terra, as manchas de sol, os ramos, as árvores, as sombras. Dançavam e não tinham limite, nada tinha limite, nem mesmo o corpo, que crescia em todas as direcções e era grande como o mundo. O corpo era a árvore e o corpo era o vento. (*idem*: 16)

A alegria e espontaneidade são as características fundamentais da Casa Preta, é o espaço da liberdade do corpo e da mente, da fusão do corpo com a natureza, contrariamente à Casa Branca onde tudo tem regras. A menina transporta esta divisão para a sua família: para Gita a sua mãe é Lóia, a negra em tudo distinta de Amélia, vendo em Orquídea, sua filha da mesma idade, a irmã que nunca teve. A posição inferior de Lóia na casa não existe para a menina pois para ela a sua ama é superior à própria mãe com quem não se identifica. Nos seus sonhos, Gita e Laureano vivem na Casa Preta e Amélia não faz parte da sua família, a figura materna de referência é Lóia, retratada pela menina como mais meiga, mais feminina e mais condizente com o que se espera de uma mãe do que Amélia. Gita não distingue as duas mulheres pela cor da pele, apenas as distingue como pessoas, e no seu mundo ideal não existem diferenças entre brancos e negros: “De noite, pensava ainda outras vezes, de noite não havia diferenças. Eu reencontrava a minha cara escura, e vivia com Laureano e Lóia na Casa Preta.” (*idem*: 47). Ao

longo de toda a primeira parte é notório o fascínio que a negra exerce sobre a menina, por oposição à contrariedade que lhe provocam as constantes censuras de Amélia. Gita prefere, sem dúvida, o mundo da sua ama à Casa Branca da mãe:

Quando Lóia não vinha ia eu em pensamento até ao lugar onde ela morava, que não sabia exactamente onde era, seguia até ao fim da cidade de cimento e entrava no ‘Caniço’, andava pelos caminhos de areia, nas sombras ralas de árvores dispersas, atravessava o emaranhado das construções muito pequenas, barracas, casa cobertas de zinco, palhotas maticadas. (*idem*: 46)

Na terceira parte, verifica-se que a divisão da casa é correspondente à que se faz sentir em Lourenço Marques; na sua infância Gita ainda não sabe que a cidade se encontra ela também separada em “cidade branca” e “cidade preta” e que na sua casa apenas se reproduz essa divisão. No entanto, quando, na terceira parte, relata as suas memórias de adolescente, tem já consciência da existência mais abrangente destes dois universos para além do ambiente doméstico de Amélia e Lóia :

Chegou entretanto a época das chuvas e como sempre a cidade ficou partida ao meio, foi bênção de um lado e maldição do outro; a chuva lavava os prédios e as ruas, regava os jardins e fazia nascer flores na cidade dos brancos, e abria feridas profundas na cidade dos negros, convertida em pântano. As areias tinham-se tornado em lama, as fossas transbordavam de dejectos, água suja invadia as casas, água putrefacta, juncada de detritos. (*idem*: 197)

A cidade preta não tem, contudo, a mesma dimensão mágica que a casa preta de Lóia, é um mundo de sujidade, miséria e maus odores, é o espaço dos pobres em contraste com o espaço dos ricos; da mesma forma que a casa preta é o espaço de Lóia, a cidade preta é o espaço dos pobres que se encontram implicitamente isolados dos ricos da cidade branca. Este afastamento entre os dois mundos é retratado na descrição de Gita da missa de domingo em Lourenço Marques, onde se constata que a separação não é meramente física mas algo de raízes mais profundas, do qual a divisão espacial da cidade é um mero espelho. A narradora, nesta parte já com outra consciência sobre o que a rodeia, é agora capaz de exercer um julgamento crítico sobre a sociedade em que está inserida, que já não se confina ao espaço doméstico como na primeira parte, e tece considerações mais abrangentes e apreciativas sobre a organização social de Moçambique:

As pessoas gostavam de pisar os outros, constato.  
Até na missa de domingo esse modo de estar era visível. (...) os que podiam e mandavam iam lá para serem vistos, para cumprimentar e serem cumprimentados à saída, e era bem vestirem-se com toilettes caras, embora conviesse terem ao mesmo tempo um ar simples, por vezes quase desportivo, e se não fosse tudo hipocrisia seria até bonito de ver, as famílias alinhadas nos bancos (...). Cá fora automóveis esplêndidos à espera, chauffeurs negros abrindo e fechando as portas com botões brilhantes na farda. (*idem*: 205)

O ambiente social retratado por Gita é a extensão da divisão que sentia em sua casa quando pequena. Agora já quase adulta constata que a separação é mais lata - o que dividia Lóia e

Amélia não era motivado apenas por uma questão de personalidade, de carácter ou exclusivamente de raça, mas sim por algo de raízes mais profundas e entranhadas numa lógica social mais vasta que só agora é evidente para Gita. O predomínio dos valores ocidentais em Moçambique tem como consequência a valorização do grupo com mais recursos económicos formado pelos colonos endinheirados, o que faria que pertencessem a uma elite privilegiada, por oposição aos negros que apenas detêm a posição de serventes, exercendo cargos de baixo estatuto, e aos colonos pobres.

O símbolo máximo da Cidade Branca consiste, na obra, na figura de Rodrigo, namorado de Gita na adolescência. Através do seu relacionamento falhado por motivos económicos e sociais, Gita vai também ela deparar-se com os obstáculos que, apesar de invisíveis, são intransponíveis e impedem a aproximação entre colonos ricos e pobres. A casa de Rodrigo é reveladora do mundo dos colonos de mais posses, apesar de ser algo que a princípio passa despercebido à narradora:

Passarão semanas, depois meses, antes que eu comece a notar os pormenores, com surpresa: a sala de jantar, enorme e vazia, o escritório severo, forrado a madeira de umbila, o retrato da mãe na escrivania, emoldurado a prata, o retrato do pai, pintado a óleo, na parede atrás da secretária. (...)

O ar condicionado sibilando. Criados fardados em bicos de pés. O silêncio assustador da casa, onde as coisas parecem mortas, catalogadas, arrumadas como em museus. Ou em jazigos. (*idem*: 220)

A relação de ambos termina quando, em tom de brincadeira, Gita insinua que estaria grávida, tendo sido levada a sério. É aqui que Rodrigo revela a separação entre o seu mundo e o de Gita, ao colocá-la automaticamente de lado, separação que estaria implícita no medo já demonstrado de que o pai descobrisse o seu relacionamento. Gita é forçada a reconhecer as barreiras até então ignoradas: “Não me ocorre, na altura, que aquela é uma casa rica, apenas a acho escura e asfíxiante.” (*idem*: 221) e “ Por que não haveria António Juliano ou Joaquim de estar do nosso lado – admitindo que havia realmente dois lados? E por que estaria o pai de Rodrigo necessariamente contra nós?” (*idem*: 227). Mas havia realmente dois lados, ela havia entrado no mundo da Casa / Cidade Branca que lhe estava vedado sem saber, e Gita toma disto conhecimento da pior maneira.

A postura de Gita na terceira parte do livro, contudo, continua a ser a de alguém que se coloca do lado dos nativos, da mesma forma que na infância se considerava inserida na Casa Preta, algo que implicitamente se pode tomar como pouco comum à maioria dos colonos brancos, dado que nem a igreja questionava a ordem social instalada apesar de ser a sua obrigação moral, como é claramente denunciado pela narradora:

Mas era tudo impostura e fingimento, iam lá [igreja] não para se sentirem iguais aos outros, mas para afirmarem a sua posição de privilégio, e saíam de lá para continuarem a viver da

mesma forma, para que haviam de mudar alguma coisa se tudo estava tão bem organizado assim, eles reinando e os outros servindo, agora e para sempre amén.  
No entanto o padre voltava-se para todos e dizia abrindo os braços: Caríssimos irmãos.  
Mas não era verdade. E os padres bem viam que era tudo hipocrisia, mas fingiam não ver, e não saber. (*idem*: 205-206)

A separação entre os dois grupos é universalmente aceite no seio dos membros desta sociedade colonial com o acordo subentendido da igreja, apesar de ser uma prática contrária à ideologia pregada. Gita, contudo, expressa posição que se revela contrária à ideologia social dominante, denotando um olhar compassivo sobre os que na altura constituíam o grupo dos invisíveis, ignorados pelas classes dominantes. Na última parte do livro, Gita continua a revelar-se sempre solidária com a situação dos negros colonizados, tentando contrariar o afastamento entre os dois grupos e respectiva hierarquização. Nas suas considerações sobre o mundo em Lourenço Marques, Gita tem sempre uma posição contrária à ordem instalada e é extremamente crítica em relação ao grupo dos colonos brancos a que apenas teoricamente pertence, dado que, de facto, não se considera integrada num sector da sociedade que se crê superior à população negra: “E no entanto nenhuma pessoa, e nenhuma cultura, é melhor que a outra, e também os brancos têm muito a aprender com os negros, digo [a Roberto].” (*idem*: 206). Da mesma forma que na primeira parte se opõe à mãe, na sua adolescência mantém a posição contrária aos que insistem em repudiar a população negra considerando-a inferior e promovendo o seu afastamento do grupo dos brancos. A amizade que mantém com Roberto, colega de escola desde a infância, é também reveladora da visão indiscriminada da narradora em relação a negros e brancos. No entanto, já em relação a Rosário, empregada na sua casa depois da partida de Amélia, não sente qualquer identificação. Esta mulher nativa negra é caracterizada não só como ignorante, mas até como desprovida de qualquer inteligência. Engravidada de Laureano, aproveitando-se da solidão e fragilidade causadas pelo abandono da mulher e Gita sente por ela bastante antipatia. O seu desleixo e preguiça nas tarefas domésticas irritam a narradora, o que confirma o facto de esta ver acima de tudo as personalidades dos que a rodeiam, sendo apenas com base nelas que faz os seus juízos de valor.

Roberto é uma personagem que, juntamente com Lóia e a sua família, e Rosário, representa também na obra o grupo dos negros nativos de Lourenço Marques. Contudo, Roberto é já detentor de um grau de escolaridade que lhe permite ser uma personagem mais interventiva ideologicamente, contrariamente a Lóia e Rosário que são personagens passivas a esse nível, devido à sua falta de instrução. Roberto é já representativo de um novo mas reduzido grupo de nativos que emerge nesta altura, ou seja, nos anos finais da colonização portuguesa, que frequentou a escola e a quem foi dada oportunidade de escolarização, a par dos brancos filhos de colonos. É, por esse motivo, uma personagem reveladora de uma consciencialização apurada em relação aos problemas políticos e sociais existentes na sua terra,

e é ele quem, em vários momentos, chama a atenção da narradora para as injustiças sociais de que os negros são vítimas no seu próprio país, estando ao mesmo nível intelectual de Gita, sendo o seu confidente. Ainda sobre as considerações da narradora sobre a missa dominical, repare-se na reprodução que esta faz dos comentários do seu amigo:

Porque logo a seguir eles [ricos] comem com talher de prata o caril dominical de camarão ou de lagosta, servidos por criados negros de luva branca, diz Roberto. Enquanto nas palhotas os negros comem caril de gafanhotos e ratazanas gordas assadas no espeto, e de noite os ratos roem as crianças adormecidas. (*ibidem*)

A diferença de condições de vida é referida por Roberto como sendo um factor de discriminação social em Moçambique. Os colonos brancos ricos são, mais uma vez, acusados de viver completamente alheados dos restantes habitantes, sem qualquer preocupação em melhorar as vidas de quem vive à sua custa. A separação entre brancos e negros é feita de forma considerada natural por parte de todos, nativos incluídos, mas o alvo principal das críticas de Roberto são as classes privilegiadas porque em posição superior. Esta personagem, contrariamente aos outros negros representados na obra, denota uma preocupação de cariz ideológico e social mais abrangente da sociedade como um todo, resultante do seu nível educacional. É também Roberto que faz a afirmação premonitória do livro sobre a situação política que em breve se irá viver em Moçambique: “Um dia a cidade de caniço vai engolir a de cimento. Esse menino ainda não sabe. Mas espera.” (*idem*: 180), podendo ser considerado representativo das vozes que se insurgem contra o domínio português nos territórios africanos, expressando os motivos conducentes às rebeliões por parte das populações locais.

Laureano por sua vez também é uma figura mais aproximada ao modo de estar dos nativos, também pertencente à “casa preta”, segundo a narradora da primeira parte. É com ele que Gita vai mantendo ao longo de toda a obra uma conversa interior, em excertos que se diferenciam da restante narração pelo uso da segunda pessoa e que se iniciam logo na primeira parte do livro, intercalando a narração de Gita: “Em troca deste gato e da sua música jogarei um jogo contigo. Assim, quando chegas à tarde, e chamas, entrando a porta: Giiii-iitaaaa...” (*idem*: 14). Laureano funciona na obra como exemplo do colono de poucos recursos que, pela sua situação de dependência económica, se identifica mais com os negros oprimidos pelas classes privilegiadas do que com a maioria dos colonos brancos que enriquecem à custa da mão-de-obra nativa. Esta personagem é também vista sob diferentes pontos de vista, consoante a narrativa é da responsabilidade da mulher ou da filha.

A Gita criança admira no pai o seu carácter e estilo de vida:

Algo na tua cara me faz lembrar um coelho, penso enquanto falas – talvez um certo ar tímido, que poderia parecer esquivo se eu não te conhecesse tanto, a tua forma lépida, quase furtiva, de andar pela casa, o modo como algumas vezes não acabas as frases (...)

Mas o que te aproxima mesmo, é que os coelhos são sempre os mais espertos, nas histórias. O coelho leva sempre a melhor ao leão, ao javali, ao elefante, ao leopardo e a todos os animais da selva. E porque é o mais forte, é ele o rei. (*idem*: 30-31)

Amélia, contudo, expressa uma visão do seu marido totalmente contrária em excertos onde Gita reproduz a sua fala em discurso directo ou indirecto livre que ganham, por isso, mais expressividade e violência quando contrapostos à subjectividade de Gita já bem conhecida do leitor:

Um coelho, julgas tu, disse na minha direcção, apontando-o com o dedo. Os coelhos são espertos. Mas ele não. Uma marmota, digo eu. Uma marmota é o que ele é, uma estúpida marmota africana sem unhas nem fel. Bom para ser comida e mais nada. (*idem*: 94-95);

Laureano não tinha ambição, grita Amélia chorando de raiva, sufocada. Mas ela sim, oh, ela sim. Porque a vida não era só isso – fazer amor e ficar depois de mãos dadas no cinema. (*idem*: 65)

Através do retrato da personagem de Laureano, o leitor apercebe-se que o factor económico funciona na obra não só como factor de separação entre os que pertencem ao universo dos colonos, entre os brancos pobres e os brancos ricos, mas também, pelo contrário, como factor de identificação entre grupos que, à partida, fariam parte de mundos opostos segundo a mentalidade da época: os pretos colonizados e os brancos colonizadores.

A perspectiva de Laureano sobre o ambiente que se vive em Moçambique é transmitida ao leitor na segunda parte da obra, ao mesmo tempo que é exposto o ponto de vista de Amélia. Nesta parte em que a narrativa é intercalada por fragmentos em que é o pai de Gita que assume também o fio condutor da história, ficando, desta forma, o leitor igualmente a par do ponto de vista desta personagem sobre os acontecimentos narrados e Laureano faz, juntamente com a filha, a transição entre os dois universos retratados na obra, desempenhando nessa transição um papel importante, dado que é a figura inspiradora da filha e a quem ela dedica a narrativa da primeira parte do livro, deduzindo-se que é em grande parte devido à sua influência que Gita manifesta o olhar compassivo sobre os negros de forma tão oposta à da mãe. O casamento por procuração com Amélia resultou na junção de duas figuras muito distintas, tanto na ambição por melhores condições de vida, como na forma de encarar a experiência em terras africanas. O leitor sabe na primeira parte que Laureano é um colono pobre, trabalhador numa empresa em Lourenço Marques, que passou a sua infância e juventude em Portugal no seio de uma família de poucos recursos. Na segunda parte do livro, é transmitida ao leitor, por fragmentos, a sua perspectiva sobre o meio social em que se movimenta em Moçambique ainda antes da chegada de Amélia, revelando-se desde logo uma personagem solidária com a situação dos negros em Lourenço Marques:

Conhecia o sofrimento dos negros, conhecia-o a partir de dentro, podia pôr-se no lugar deles, porque não sentia, nunca sentira a distância. Ele não era diferente. (*idem*: 145)

Laureano é uma personagem que se identifica mais com os negros de Moçambique do que com os que parecem estar naquelas terras apenas para retirar benefícios económicos em proveito próprio sem olhar para a situação dos nativos que são vistos como meros instrumentos para conseguirem os seus fins:

Lembrou-se do caixão do pai de Relito Matunga a ser coberto de terra, na parte de trás do cemitério, onde não havia jazigos com estátuas de anjos segurando ampulhetas, placas de mármore nem lampadários. **No lugar onde ficavam os brancos pobres e os negros.**<sup>2</sup> Ali, pensou, ficaria também ele um dia. Estaria bem, junto dos negros. Em paz. (*idem*: 145-146)

Laureano revela neste excerto que a visão de Amélia sobre a sociedade envolvente não é tão descabida quanto a filha parece sugerir na primeira parte, dado que haveria de facto tendência para as classes mais favorecidas associarem os colonos pobres ao grupo desprestigiado dos negros. Esta sociedade surge de facto dividida não só em brancos e negros, como também em colonos ricos e colonos pobres, não havendo distinção entre os últimos e os nativos africanos. Os colonos de poucos recursos económicos aparecem como sendo igualmente ignorados e ocupando posições inferiores: a divisão entre colonos e a associação do grupo dos seus membros mais pobres aos negros é evocada por Laureano como estando presente até depois da morte. A parte da frente do cemitério é reservada para os que têm posses económicas, sendo as suas campas ornamentadas por contraste às que se situam na parte de trás onde os brancos pobres são enterrados ao lado dos negros. Ou seja, esta personagem tem também consciência da divisão que é quase naturalmente feita no interior do grupo dos colonos brancos motivada por factores económicos, tal como Amélia. No entanto, verifica-se que o nível económico funciona não só como factor de distanciamento dos outros colonos, como também de aproximação entre ele, que faz parte do grupo dos pobres sem instrução que foram para África com o objectivo de tentar melhorar as suas condições de vida, e os negros nativos que são igualmente pobres, analfabetos e cuja função é apenas a de servir as classes mais elevadas. Laureano sente-se bem entre os negros, para ele não existe qualquer diferença entre si e o grupo dos que são diariamente explorados pelos brancos ricos sem escrúpulos. Considera, sim, haver diferenças acentuadas entre ele e os colonos das classes mais elevadas, metaforicamente considerados vampiros:

Enquanto os outros, os vampiros que se tinham alimentado do sangue dos negros, sairiam um dia dos seus jazigos sumptuosos, onde quer que estivessem, e errariam entre as campas, mortos-vivos sem descanso e sem sono. Mas ele não. Ficaria em paz, em campa rasa, entre os negros. (*idem*: 146-147)

Laureano verifica também haver uma separação no interior do grupo dos que partiram de Portugal para terras de Moçambique para melhorar as suas vidas; no entanto, na sua

---

<sup>2</sup> **Sublinhado nosso.**



perspectiva, esta não consiste tanto numa divisão entre colonos pobres e ricos como é exposta por Amélia, mas antes entre os que como ele têm uma atitude compassiva e solidária para com os negros e os que estão ali apenas para os explorar, vendo-os somente como seus serventes, mão-de-obra barata e acessível. No seu ensaio sobre o livro de Teolinda Gersão, Kate Sherwood Sotelino refere-se também a esta personagem masculina:

Laureano is apparently representative of those Portuguese whose sense of national ethnic boundary is not frozen in nationalistic, racist precepts; rather he looks outward, strives to blend and absorb. His modest, yet dignified, way of establishing his life in Mozambique leaves no doubt as to his cognizance of where he fits on the socio-economic scale. (Sotelino, 2007: 226)

Laureano parece, assim, fazer maioritariamente uma separação entre empregado, quer este seja branco ou negro, e patrão, este sim sempre branco dado que os negros não ocupavam nunca posições de chefia. Os seus juízos de valor sobre os outros membros da sociedade em que está inserido não têm por base preceitos raciais ou nacionalistas, mas antes preocupações humanitárias de solidariedade para com os que, como ele, ocupam uma posição socialmente mais vulnerável em relação aos grupos de maior poderio económico porque deles dependentes para o seu sustento. Verifica-se, pelo exposto, que este colono branco, pobre e de posição subalterna, sem representatividade ou influência junto das esferas do poder, está mais perto do colonizado negro do que do colono branco rico pela sua situação de dependência económica relativamente aos das classes de maior poderio económico. Estas classes economicamente privilegiadas surgem caracterizadas como detendo poder essencialmente à custa da mão-de-obra dos mais desfavorecidos, essencialmente dos negros socialmente desprotegidos até pela igreja.

Ele [Laureano] gostava de contar essas coisas. Talvez porque não tinha estudos, o que sempre considerou uma fatalidade (embora eu tenha levado tempo a perceber porquê), dava muita importância a pequenos conhecimentos, pormenores aparentemente sem importância que guardava, como preciosidades, na memória (...) (Gersão, 1997: 193)

A falta de estudos referida por Gita é também um factor a ter em linha de conta na caracterização de Laureano: esta personagem pertence a um grupo específico de colonos portugueses sem instrução, sem dinheiro e sem uma ocupação independente das classes de maior poderio económico, o que o aproxima dos negros. Laureano é apresentado até ao fim da obra solidário com a situação dos negros, é ele que cuida de Lóia quando esta adoece e morre, e toma a seu cargo as filhas dela, atribuindo-lhes uma mesada para assegurar o seu bem-estar. Da mesma forma que dá dinheiro a Gita, dá também às filhas de Lóia, sem fazer entre elas qualquer distinção, o que confirma a percepção que a filha tem dele como pertencendo à Casa Preta no espaço doméstico. Na terceira parte, depois da partida de Amélia, através das palavras

da filha é reforçada a distinção entre a forma de estar de Laureano como sendo mais característica da população africana do que do colono ocidental de forma geral:

Isso, entre outras coisas eu aprendi com África: a pequenez do ser humano, diante da vastidão do que não é humano. Não somos nada, poeira no vento, silhuetas minúsculas, na imensidão da paisagem.

Basta-nos no fundo muito pouco, porque somos também pouco: matar a fome, a sede e o desejo de sexo, a esteira para dormir e o coração em paz.

Laureano sempre viveu desse modo, e eu compreendo-o. (*idem*: 206-207)

O modo de vida de Laureano está mais de acordo com a maneira de agir dos negros, sendo neste excerto reforçadas as diferenças que, na primeira parte, o afastam de Amélia. Laureano aproxima-se aqui mais da caracterização que na obra é feita do colonizado negro, nomeadamente de Lóia quando afirmava, referindo-se a Amélia, que “ambição grande não é bom” (*idem*: 65), “o coração fica pesado” (*ibidem*). Laureano surge no excerto transcrito com o coração em paz. Gita atribui ao pai uma vivência caracterizada pela ausência de ambição, parece viver para o presente tal como Lóia, sem esperar muito do futuro. A incompatibilidade entre ele e a sua mulher reside essencialmente na forma de viver africana de um por oposição à maneira de estar ocidental da outra.

#### **2.1.4. Representações do Mundo Político e Social de Portugal**

Em *A Árvore das Palavras* as representações de Portugal continental na época colonial são fornecidas ao leitor através das recordações da infância e juventude de Laureano e Amélia, em terras portuguesas.

É Gita quem relata as memórias de Laureano dos tempos passados em Portugal antes de decidir tentar a sorte em Moçambique, aos dezanove anos, para escapar a uma vida de privações e miséria no seu meio de proveniência. Laureano surge como pertencente à classe dos mais desfavorecidos na metrópole, sendo o retrato da sua infância a representação de um modo de vida comum entre as populações residentes no Portugal rural da época do Estado Novo. A pobreza extrema em que vivia a maioria do povo português é evocada pela voz de Gita que reproduz as memórias do seu pai sobre o que teria passado na casa onde cresceu e o ambiente familiar que nela se fazia sentir. O atraso do modo de vida do povo português e as dificuldades por que passavam os portugueses pobres desde pequenos salta à vista nas descrições que este colono faz à filha da sua vivência no país colonizador, onde as crianças teriam que trabalhar para ajudar no orçamento familiar:

A mãe. Às cinco horas abanava-o para lhe sacudir o sono, arrancava-o da cama e ajudava-o a vestir-se (...)

Engolia o vinho e a sopa, enterrava o boné na cabeça, enfiava a samarra e lá ia, com uma das mãos no bolso e segurando com a outra a marmitta do almoço e o saco com o

trabalho trazido para casa, as solas que a mãe tinha cosido à noite, também ela cabeceando diante do lume, enquanto ele já dormia na cama com o irmão. Lá ia a caminho da fábrica de calçado, que ficava num barracão a quatro quilómetros dali. (*idem*: 58-59)

O fenómeno, de algum modo endémico, da emigração em Portugal como única escapatória para fugir a uma vida de dificuldades é aqui abordado não só através da representação do pai de Gita que terminou por partir para África em busca de melhores condições de vida que a sua terra natal não lhe podia proporcionar, mas também através do próprio pai de Laureano que já era, na infância deste, emigrado no Brasil, motivo pelo qual o filho “Aos dez anos era chefe de família e partia de manhã para o trabalho – quando havia trabalho, porque de vez em quando o patrão mandava dizer que agora por uns tempos não era preciso. E só ficavam as cabras a guardar.” (*idem*: 59).

As descrições do ambiente em que Laureano vivia, em pequeno, correspondem à visão de um Portugal atrasado, em que as populações pertencentes aos estratos mais pobres se encontravam nas mais precárias condições de vida, tentando subsistir fazendo face às privações com que se deparavam no seu dia-a-dia:

Era uma casa pequena, dizes, e havia muito frio de Inverno. Às vezes, para lavar a cara de manhã, era preciso partir a água do jarro, transformada em gelo. E em alguns dias entrava granizo pela chaminé, caía sobre o lume, batia no testo da panela de esmalte e sibilava (...)  
(*ibidem*)

A época do Estado Novo em Portugal é resumida nas palavras de Laureano quando se refere ao regime político da época: “Mas não gostas de falar de lá. Há um travo amargo nas frases que te ouço às vezes (‘país mal governado. Mal pensado. Lisboa não dialoga com os africanos’)” (*idem*: 57). É desta forma que o país de origem das personagens, representativas dos colonizadores na obra, figura como sendo governado por mentes fechadas e retrógradas, de costas voltadas para os verdadeiros problemas das suas colónias, parecendo que as classes privilegiadas residentes nesses territórios apenas reproduzem a atitude global de indiferença do país natal para com os africanos. No entanto, ainda através da voz de Laureano, o regime a que Portugal estava sujeito na época parece revelar-se negligente não apenas em relação às suas províncias ultramarinas, mas também no que concerne à melhoria das condições de vida das pessoas residentes no seu próprio território. As classes sociais de poucas posses seriam da mesma forma ignoradas pelos governantes portugueses que, tal como os colonos das classes mais elevadas em Moçambique, não se preocupariam com os problemas dos que passavam por dificuldades:

País mal governado, repetes. Mal pensado. O “velho” apodrece no poleiro, cercado pelos galináceos como ele, e não ouve ninguém. Nem os africanos nem os de lá – lá o povo passa fome e cala. (*idem*: 62)

As únicas referências a Salazar, no livro, são feitas por Laureano, através da narração da filha, e por Gita na terceira parte do livro, a propósito do início da guerra pela independência. Aqui, Gita refere-se-lhe outra vez quando alude ao recente rebentamento da guerra: “Portugal era um país mal governado. Mal pensado. Lisboa não dialogava com os africanos. Ele sempre dissera. E agora aí estava.” (*idem*: 208). O governo português, à época da colonização, é caracterizado por Laureano como sendo um regime fechado, centrado nele próprio e nos seus privilégios, não tendo em conta os verdadeiros problemas da nação aquém e além-mar. As populações residentes quer nos territórios ultramarinos, quer na metrópole, são referidas como igualmente ignoradas e a notícia da revolução dos cravos e da guerra que se lhe segue é recebida sem surpresa: “Só mais algum tempo, dizíamos. Só mais algum tempo e também em Portugal a ordem social cairia como um baralho de cartas mal seguras.” (*idem*: 209). A figura de Salazar é associada por Gita ao seu avô, pai de Laureano, homem violento e agressivo, que, apesar de emigrado, quando regressava à casa de Portugal por uns tempos, maltratava a mulher e o filho. Este ditador doméstico morreu quando caiu do telhado: “O Velho tinha na infância a cara do meu avô, digo a Roberto. Mas caiu do telhado e morreu (...). Os ditadores caem sempre, conluo, porque essa história me parece exemplar.” (*ibidem*).

Pelo descrito ao longo da obra como um todo, pode-se concluir que existe a intenção de revelar a ideia de que, tanto em Portugal como nas suas colónias, haveria uma minoria reduzida de classes detentoras do poder e da riqueza de costas voltadas para os restantes habitantes que sofreriam de privações várias, à custa dos quais aqueles viveriam, usufruindo do seu trabalho, o qual, por sua vez, seria mal remunerado apesar de ser o verdadeiro pilar de sustentação da sociedade da altura. Esta sociedade é retratada, por sua vez, como sendo extremamente injusta dado que os rendimentos e benefícios resultantes desse trabalho seriam repartidos apenas pelas classes detentoras do poder, sendo este facto gerador da falta de oportunidades de ascensão social sentida pelos restantes grupos sociais. Pode-se inferir, assim, que esta seria a razão principal para a elevada taxa de emigração em Portugal que se faria sentir de geração em geração, tal como na família de Laureano.

O percurso de vida da sua mulher Amélia, apesar de ter também por base um desgosto amoroso experienciado ainda em Portugal, seria consequência do mesmo factor:

As cartas iam e vinham e ela começou a entontecer. Como se andasse às voltas, no carrocel da feira. E havia frases que andavam também em roda, atrás dela:  
“Olha que ele parece tão bom rapaz e a gente aqui não passa da cepa torta.” “Vê lá se te saiu a sorte grande e se ainda a deitas fora rapariga” (*idem*: 122)

A emigração surge como vista pelas classes mais pobres portuguesas como uma oportunidade de melhoria da sua situação económica, uma forma de superar as dificuldades por que passavam no território de origem. No que diz respeito às ex-colónias em particular, é

notório, ainda através da história de Amélia, haver entre estas mesmas classes uma idealização geral das perspectivas que uma possível mudança para África poderia proporcionar, sendo encarada como uma ocasião privilegiada de progresso e elevação social:

E a maldita madrinha percebera a história das pedrinhas na janela (...) Ah, por tudo isso, ainda havia de pedir-lhe contas um dia – um dia em que havia de voltar à terra, num carro reluzente, com um casaco de peles e colares e pulseiras de ouro. (*idem*: 157)

Por sua vez, a partida de Laureano para terras africanas é também o resultado do fraco panorama no que diz respeito ao seu modo de vida em Portugal: “Deixaste meio trabalhado um campo de sementeira, puseste de lado a enxada e atiraste para o lado o saco. Chega. Agora vou. Sem dizer adeus. (*idem*: 55)

O atraso cultural de Portugal é mencionado não só em relação à situação económica dos seus habitantes, mas também no que respeita aos condicionalismos sociais de forma geral, mais particularmente à situação das mulheres. Isto é visível ainda no relato de Gita sobre a infância do pai através da referência ao pai de Laureano. Este avô português que Gita nunca conheceu foi para Laureano um pai ausente, dado que, como milhares de portugueses na época, estaria emigrado no Brasil - “O principal destino da emigração portuguesa até ao início da década de 1960 foi o Brasil.” (Castelo, 2007: 170). Laureano apenas o conhece quando já tinha sete anos, num período de tempo de dez meses em que este regressou a Portugal e esteve com a família. Repare-se na reprodução que faz Gita das palavras do pai:

(...) tiveste medo do homem, medo do que a tua mãe diria ao homem, e desejaste que ele nunca tivesse vindo, ou se fosse embora. Mas não foi. Ficou dez meses de inferno, em que nunca deixou de ser um estranho. (Gersão, 1997: 60)

A mãe de Laureano é retratada como estando sujeita aos caprichos e maus-tratos do marido, sendo obrigada a aceitá-lo sempre que ele decide voltar a Portugal. O avô de Gita é um homem violento e agressivo, que impõe a sua vontade à força e de quem Laureano se recorda sem qualquer saudade. A total subordinação da mulher ao homem na sociedade portuguesa da altura é espelhada pela situação da mãe de Laureano que, apesar de maltratada, parece não ter outra escolha senão a de acolher o marido sempre que este decide regressar. Além disto, está sujeita também às más-línguas da terra relativamente ao seu comportamento:

Narciso nasceu nove meses depois de ele se ir embora (mas ao contrário de ti nunca se pareceu com a cara dele. Na aldeia diriam à boca pequena – mas esta parte da história eu só ouvirei e entenderei muito mais tarde (...) – que ele se parecia com o Ramiro da Feitosa, e que desse modo a tua mãe se vingara das tareias que também ela levava nesses dez meses de inferno. E porventura das tareias que levava nesse tempo de que nada recordas, antes de ele partir para o Brasil). (*idem*: 61)

Na terceira parte da obra, uma amiga de Gita vai passar férias a Portugal e o relato que faz do ambiente que se vive no país colonizador é para as amigas inacreditável:

Lá viver era uma aflição, disse ela, era tudo proibido. Mesmo namorar. Não se ia ao cinema com rapazes, porque podia parecer mal, de resto vivia-se no terror de parecer mal. Nem se respirava para não parecer mal. (...) E as raparigas, nem pensar em usarem calças, porque isso era fato de rapaz e claro que também parecia mal, calção ou short muito menos, biquíni isso então, seria o fim do mundo, nas praias até andava o Cabo do Mar a tomar conta e a ver se o fato de banho das mulheres era decente ou não. (...) Mas a Joana assegurava que era tal e qual assim, tudo muito composto e arrumado, as meninas tinham ar de santinhas sonsas e andavam na rua vestidas como se fossem para festas, porque tinham de chamar a atenção de longe, já que ninguém se podia aproximar delas, porque tudo parecia mal. (*idem*: 201-202)

No confronto entre as sociedades portuguesa e a moçambicana, Moçambique surge retratado como mais evoluído em termos de ausência de preconceitos conotados hoje em dia com uma mentalidade tradicionalista e retrógrada. Gita, na terceira parte da obra, é uma adolescente que parece viver em perfeita liberdade, convivendo com os seus amigos e colegas de escola, rapazes e raparigas com os quais vai à praia e a festas e com os quais se encontra nos seus momentos de lazer, aparentemente sem quaisquer condicionantes, assemelhando-se por isso a qualquer rapariga moderna dos tempos actuais. Nas descrições que encontramos sobre os momentos passados na companhia do namorado, Rodrigo, verifica-se que o seu relacionamento é vivido sem limitações quanto ao tempo ou ao local escolhido para passarem juntos, os seus encontros acontecem quer estejam acompanhados de amigos de ambos os sexos quer estejam sozinhos, em locais públicos ou privados, sem que se sinta através da sua narração qualquer sentimento de culpa derivado da sensação de estar a fazer algo considerado errado pela sociedade envolvente:

E quando finalmente paramos e ele começa a beijar-me sinto que perdi completamente a resistência: não precisa de usar qualquer persuasão, para me segurar contra a parede bastaria a força da brisa. É o desejo de mim que o faz violento, penso, e quase sinto orgulho na pressa com que a sua boca me sufoca, na urgência da sua mão que desce até ao decote da blusa, lutando com os botões como se os arrancasse, no seu corpo que endurece, abrindo caminho entre as coxas, por cima do vestido. (*idem*: 188)

Gita vive as experiências e a sexualidade características da adolescência em plena liberdade, longe dos preconceitos que a mãe, aqui já ausente, lhe pretendia inculcar como sendo sinónimos de civilização.

Na última parte do livro, depois da partida de Amélia para a Austrália com um amante, a vivência de Gita é pautada pela mentalidade e forma de estar característica dos nativos moçambicanos, que viviam para o presente, sem grandes condicionamentos sociais, sendo por isso apelidados de selvagens. Estes eram criticados e desdenhados pela mãe pela ausência de regras estritas ou de convencionalismos sociais característicos das sociedades ocidentais, restrições cujo propósito seria o de cercear os impulsos considerados selvagens e animais característicos dos povos nativos, em oposição aos comportamentos externamente controlados

que seriam factor distintivo dos auto-intitulados povos “civilizados”. As permanentes censuras de Amélia a Gita referidas na narrativa da sua infância eram consequência da tentativa de transposição para o espaço moçambicano das imposições sociais exigidas em Portugal porque conotadas com o que seria à altura considerado “as boas maneiras”. No entanto, na ausência da mãe, o modo de estar da narradora no espaço africano é agora tutelado apenas por Laureano e consequentemente sem quaisquer restrições características do mundo dos brancos colonizadores devido à aproximação desta personagem ao mundo dos negros que é por ele mesmo admitida. Assim, Gita afirma, numa das passagens relativas aos seus encontros com Rodrigo, referindo-se ao pai: “Da vida dele é ele que cuida, como eu da minha. Livremente. Ele sempre me deixou ser livre, digo. E isso, mais do que tudo, eu lhe agradeço.” (*idem*: 201)

Repare-se, em contraste, na continuação da descrição que a amiga de Gita faz da forma de estar das mulheres portuguesas na sociedade de Portugal continental:

Tinha-se também medo de tudo, não se dava um passo sem olhar para o lado, a ver se se ia avançado de mais ou atrasado de mais em relação aos outros (...)  
Coscuilhava-se naturalmente o tempo todo, diziam por exemplo: “Já vi hoje a sua filha”, o que não era um modo de mostrar atenção ou simpatia, mas de apertar o cerco e exercer controle. (...) as raparigas não deviam passar mais que duas vezes na rua, na mesma manhã ou na mesma tarde, era uma vez para um lado e outra vez para o outro e depois deviam voltar logo para casa, porque de contrário davam ar de se andarem a mostrar para arranjar namorado, e claro também parecia mal. (*idem*: 202-203)

O retrato é o de um Portugal que cerceia a todos os níveis a liberdade dos seus cidadãos, quer esta tenha a ver com a ascensão social dos seus membros através de perspectivas de melhoria da sua situação económica, quer com a condição das mulheres que são vistas como desprovidas da maioria dos direitos reservados aos homens, quer tenha a ver também com a liberdade de expressão de todos de forma geral:

De política não se falava, porque era muito perigoso e por isso os jornais, os amigos, os parentes e os vizinhos diziam todos a mesma coisa, que era a bem dizer coisa nenhuma. (*idem*: 203)

Em suma, verifica-se que apesar de o romance de Teolinda Gersão aparentar tratar-se de uma escrita condicionada pela vivência feminina, mais próxima do espaço privado e pessoal onde circulam as personagens nele retratadas que não participam em grandes feitos históricos, existe nele também a preocupação de conceder atenção ao ambiente político e social que se viveria na altura a que se reportam os acontecimentos, a partir da perspectiva das minorias que ficaram postas de parte nos discursos oficiais sobre a época.

Ao longo de todo o livro é possível constatar uma dicotomia fundamental que resulta das posições contrárias de Gita e Amélia, principais responsáveis pelo fio condutor da narrativa, no que diz respeito à caracterização das outras personagens que coabitam no espaço

doméstico, Lóia e Laureano, que são retratados de forma oposta, consoante as perspectivas de uma ou de outra. Amélia surge também caracterizada de forma oposta, conforme é vista segundo a perspectiva da filha e de Lóia, ou de acordo com a sua própria forma de pensar. A diferença de perspectivas é consequência da aproximação ou afastamento de ambas as narradoras aos grupos dos colonos ou dos colonizados; a divisão entre brancos e negros na sociedade moçambicana resulta na apreensão distinta da mesma realidade por parte das entidades narrativas, o que é visível através da exposição de juízos de valor opostos. Assim, o julgamento sobre o colectivo da sociedade envolvente pelas personagens responsáveis pelo discurso revela-se fundamental para a caracterização individual dos outros intervenientes na acção e para a caracterização do próprio espaço onde decorrem os acontecimentos, o que decorre de um entrecruzar de pontos de vista do princípio ao fim da acção.

Laureano é, neste aspecto, um narrador isento na medida em que não produz juízos de valor sobre as outras personagens individualmente, mas funciona como elemento representativo de um grupo específico de colonos que estariam mais integrados na sociedade moçambicana do que os de nível financeiro superior que surgem como completamente desligados dos restantes habitantes de Lourenço Marques. As suas considerações referem-se aos outros membros da sociedade como grupos sociais em geral, não particularizando os seus comentários às outras personagens do livro. Laureano é representativo também de um grupo de colonos que, por estar mais próximo dos nativos africanos, era visto como uma ameaça pelos colonos das classes mais favorecidas por não vincar o distanciamento “natural” entre os dois estratos, o que poderia colocar em questão a ordem instalada. Os colonos de classes sociais mais desfavorecidas são vistos pelos ricos como pouco se distinguindo dos africanos nativos, daí o facto de Amélia se esforçar por marcar artificialmente a distinção entre eles, família de colonos brancos, e os africanos, tentando desesperadamente que os outros portugueses instalados em Moçambique a associassem aos patrões brancos, ou seja, à classe social que detinha o poder e a riqueza. A estratificação social do país de origem dos colonos reflecte-se no país colonizado, condicionando quer as relações entre os próprios colonos, ricos e pobres, quer a forma como estes por sua vez se relacionam com os povos nativos. A lógica de funcionamento social ocidental com as suas regras restritas surge como totalmente instalada de forma consciente ou inconsciente nos actores sociais representados no livro, condicionando o modo de relacionamento entre os protagonistas que são representações ficcionais de um passado colonial histórico e real. Esta divisão torna-se mais notória ainda na terceira parte da obra, quando Gita namora Rodrigo. Este episódio vem dar razão à visão de Amélia sobre a estratificação existente no interior do grupo dos colonos, sendo a partir daqui que Gita toma também consciência da sua inacessibilidade ao mundo a que o seu namorado pertencia, por motivos económicos.



Além do mais, Gita, filha destes colonos portugueses mas nascida em Moçambique, surge como já inserida na sociedade moçambicana: a protagonista e também principal narradora deste texto não julga as restantes personagens com base na raça ou no estatuto social; esta branca moçambicana, filha de colonos portugueses, vê as pessoas para além da cor da pele e não atribui qualquer importância ao nível económico dos que a rodeiam. Os convencionalismos sociais da sociedade ocidental que a sua mãe tenta impor-lhe não lhe dizem nada, prefere a liberdade e a ausência de regras próprias dos habitantes de África. Gita é, por tudo isto, representativa de um grupo social ainda mais restrito do que o dos colonos pobres: o dos filhos dos colonos portugueses nascidos em África e já completamente integrados na sociedade moçambicana. No fim do romance, Gita prepara a sua vinda para a metrópole para não ver o pai, mais uma vez, com uma mulher errada, no entanto a maioria destes filhos de colonos foi forçada a vir para Portugal após a independência das colónias portuguesas de África.

## **2.2 Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios***

Esta obra publicada em 1988, também escrita por uma autora portuguesa e cuja acção se desenrola em Moçambique, tem como narradora na primeira pessoa a sua protagonista, Eva Lopo ou Evita, e como temática central a guerra colonial. No entanto, encontramos alguns pontos de contacto com o livro de Teolinda Gersão, resultantes do que consideramos ser característico de uma visão feminina de acontecimentos protagonizados por elementos do sexo masculino. Eva Lopo, por estar à margem da guerra, vai centrar a sua atenção na sociedade em que se movimenta, mais particularmente nos ambientes restritos onde as mulheres desempenham os seus papéis considerados à altura secundários, na estratificação social de que se vai apercebendo através de pormenores resultantes do contacto doméstico diário entre as duas facções que vemos expostas na obra, a dos brancos representantes do colonizador e a dos negros representantes do povo colonizado, e no desequilíbrio dos relacionamentos entre homens e mulheres sintomáticos da transposição para este espaço africano de uma cultura machista de valores patriarcais característicos da sociedade ocidental de Portugal continental, factor que tem também como consequência a assunção implícita e explícita da superioridade do homem branco sobre a raça negra. Todos os acontecimentos relatados neste livro são resultantes de uma narrativa ficcional que também pode ser inserida no chamado “pós-colonialismo”, dado que a narradora se coloca implicitamente do lado do colonizado, demonstrando, de forma crítica, a mentalidade característica do branco proveniente da metrópole quando em Moçambique durante a guerra colonial: partia-se do princípio de que a

construção do império português em África seria um desígnio nacional para o qual seria necessária a eliminação forçada da cultura africana característica destes povos, pressupondo à partida a sua inferioridade, tentando-se, por este motivo, subjugar-los, civilizá-los, ocidentalizando-os e negando a sua diferença. Os nativos e as mulheres ganham aqui visibilidade, estando, também de forma implícita, expostos os motivos que originaram a rebelião dos moçambicanos, conforme verificaremos.

A acção do romance de Lúcia Jorge é passada em Moçambique, como o de Teolinda Gersão, mas na cidade da Beira. As personagens principais são mulheres de combatentes da guerra colonial que se movimentam nos bastidores da guerra, sem papel interventivo no conflito. A história narrada decorre já em pleno período de guerra pela independência, situando-se numa época posterior à do romance de Teolinda Gersão, recorrendo igualmente, portanto, a uma época histórica pertencente à memória colectiva dos portugueses para ser abordada num registo ficcional. Este livro de Lúcia Jorge escolhe também o tom memorialista e autobiográfico através da figura de Evita, a narradora, para fazer um relato sobre o ambiente privado e pessoal dos intervenientes na guerra colonial, nomeadamente sobre a experiência das mulheres sujeitas a viverem afastadas da acção e limitadas pelo isolamento numa sociedade totalmente diferente da sua de origem e na qual vivem um mundo à parte dos nativos. As protagonistas movimentam-se essencialmente em espaços fechados, nomeadamente no hotel-messe Stella Maris ou em casa de Helena, mulher de um oficial, o que não impede a narradora, também ela esposa de um dos combatentes, de revelar em várias partes da obra um olhar atento e crítico sobre o mundo do colonizado.

A narrativa de Evita, neste romance, expressa a consciência de uma realidade paralela ao discurso histórico dominante sobre o período da guerra colonial de Moçambique, em que se dá voz aos que vivem esta experiência nas margens do conflito, ou seja, as mulheres e respectivas crianças e os negros. A visão crítica da autora revela-se através do relato desta personagem de consciência social apurada contrariamente às outras mulheres dos combatentes residentes no Stella Maris que vivem num mundo de futilidade e alheamento da destruição que as rodeia e respectivas consequências para os seus habitantes. A ironia acutilante com que Evita comenta o ambiente que se vive naquele hotel ganha particular expressão quando contraposta ao discurso oficial masculino de heroicidade e valentia dos intervenientes na guerra das ex-colónias, porquanto parece querer sobretudo relevar as injustiças e contradições dos que dela fizeram parte directa ou indirectamente. Isto é sobretudo visível quando se confronta a segunda parte do romance com a primeira, intitulada “Os Gafanhotos”, onde é reproduzido o discurso oficial sobre os acontecimentos relatados no resto da obra, como refere Carina Santos:

Iniciando o romance com uma atitude crítica relativamente ao relato *Os Gafanhotos*, a autora manifesta desde logo a sua atitude contestatária relativamente às narrativas históricas tradicionais. Na destruição de um modo de ver e narrar o mundo da guerra, Lídia Jorge contrapõe uma escrita onde o olhar particular da escrita feminina subverte o pensar masculino, sendo dentro do próprio texto que a ironia acutilante de Eva desacredita por completo o discurso do autor de *Os Gafanhotos*. É pelo uso do riso de uma mulher que o seu mundo cai no ridículo, sendo desacreditada toda a autoridade de um discurso que buscava a pretensa verdade. (Santos, 2003: 78-79)

O autor de “Os Gafanhotos” e narratário do texto de Eva é representativo da tradição literária e o seu discurso, no resto do romance, é desmontado, desqualificado e satirizado por Evita que contrapõe o exposto neste relato com a sua versão pessoal dos acontecimentos, ridicularizando esse texto com comentários e observações pejorativas e reduzindo as suas personagens a meras caricaturas. Em *Os Gafanhotos* o relevo é dado aos portugueses que são apresentados como heróis, dotados de sentimentos patrióticos de prossecução do interesse colectivo, por oposição ao povo africano que é ignorado e cuja história é desprezada, bem como as razões da sua independência. É feita uma construção gloriosa de Portugal e dos portugueses enquanto os habitantes de Moçambique são reduzidos à posição de selvagens:

(...) ainda era muito cedo para se falar de guerra, que aliás ainda não era guerra, mas apenas uma rebelião de selvagens. Ainda era muito cedo para se falar de selvagens – eles ainda não tinham inventado a roda, nem a escrita, nem o cálculo, nem a narrativa histórica, e agora tinham-lhes dado umas armas para fazerem uma rebelião... (Jorge, 1992: 13)

Na segunda parte do romance, pelo contrário, a presença dos portugueses em Moçambique é questionada, assim como a sua postura alienada relativamente à violência exercida sobre as populações, quer sejam civis ou não. A alienação estende-se dos militares na guerra, aos que os acompanham, mais concretamente às suas famílias, que não querem saber o que se passa na sociedade que os rodeia para além dos problemas vividos no Stella Maris. Evita, contudo, enquanto o seu marido está na guerra, aproveita para aprofundar os seus conhecimentos sobre o contexto social em que está inserida, começando a revelar consciência crítica sobre a presença europeia em África e pondo em questão as justificações ideológicas e políticas que colocavam os africanos em posição servil em relação aos portugueses.

Nesta obra, as mulheres possuem visibilidade, apesar de poucas possuírem nome, pelo que são caracterizadas como um todo incógnito. Evita e Helena são as únicas mulheres de militares que têm nome no romance, o que denota maior saliência narrativa na diegese. No entanto, todas elas sem excepção são figuras que surgem como postas de parte no que respeita aos acontecimentos considerados marcantes da História, sendo o relato de Evita a transmissão do conhecimento da guerra a partir do olhar periférico e subalterno de uma mulher que não a viveu directamente, mas que tem dela ideias bem específicas, contrariamente às outras. As outras mulheres residentes no Stella Maris são designadas em relação ao mundo masculino e ao marido, existem apenas enquanto esposas de (a mulher do tenente Góis – *idem*: 110; a mulher

do Fonseca – *idem*: 109; a mulher do Zurique – *idem*: 169; a mulher do tenente-coronel – *ibidem*; etc.) e, ou são caracterizadas pela aparência, ou são designadas por uma alcunha depreciativa: “A mulher do major ficou desapontada pois constava que a *Mosca Morta* tinha a ambição de ser a mulher do piloto com o maior número de horas de voo.” (*idem*: 116). A visão crítica da narradora estende-se, assim, ao mundo das mulheres, conta-nos a vida no hotel Stella Maris, microcosmos da sociedade portuguesa em África, de forma também satírica, estando implícita a posição de superioridade intelectual e moral da narradora relativamente ao mundo que a rodeia. Ou seja, a narradora escolhe escarnecer destas personagens tornando-as ridículas, retirando-lhes a seriedade que pudesse haver nas suas personalidades, escarnecimento este que vai desde o aspecto físico até às atitudes, comportamentos ou falas das personagens. A narradora assume nitidamente uma posição de superioridade em relação às outras que são diminuídas aos olhos do leitor:

O desapontamento era enorme por parte das mulheres que invadiam o pequeno quarto que uma semana atrás fora do noivo. Sentiam-se abatidas como as frutas podres, porque não havia ninguém a quem culpar. (...) Pobres das raparigas de cabelo passado a ferro, as mais novas! Como elas desapareciam no fundo do corredor do nosso andar, taciturnas, sem conseguirem culpar nada além do engenho eléctrico incendiado e brasido de Tete! As de cabelo em forma de colmeia suportavam melhor porque muita morte inútil já tinha ficado por explicar. (...) A cara da mulher do major, que usava colmeia, pedia suplicante que dissesse que sim (...) (*idem*: 116-117)

A narradora parece recorrer à depreciação das outras personagens como recurso para a auto-glorificação, tentando sair superior na comparação entre si e os outros e transmitindo essa superioridade ao leitor. Há um constante assumir de uma posição elevada da narradora em relação às outras personagens que, a seu ver, são todas ridículas e se inserem no estereótipo social da mulher pouco inteligente e submissa ao marido. Para as satirizar, a narradora despoja-as de qualquer seriedade na sua caracterização e retrata-as como totalmente desprovidas de personalidade própria, retirando-lhes qualquer papel social em termos individuais, sendo a sua posição na sociedade apenas a resultante do matrimónio - o que é particularmente visível na sua opção por não as tratar pelo nome próprio. A narradora obtém, assim, como resultado, a sua inserção num certo carácter pré-formatado, usando um artifício que retira a credibilidade às personagens. Ao desdenhar e ridicularizar as outras mulheres, e ao desprover de seriedade a sua caracterização, a narradora está a elevar-se a si própria, colocando-se numa posição de destaque, sendo a sua palavra a única credível de entre as das outras personagens.

É assim que esta narradora da segunda parte do romance não relata, como seria de esperar pela temática principal do romance, uma experiência traumática dos pontos de vista físico e psicológico, mas antes reconfigura a História contando as experiências que se viviam paralelamente ao conflito de maneira crítica, centrando-se sobretudo no alheamento e atitudes de desinteresse dos portugueses, sendo as mulheres também elas submissas e humilhadas pelos

homens, face aos povos nativos e aos respectivos dramas que se desenrolavam mesmo à sua frente. A atitude crítica em relação às outras personagens femininas é resultante da censura a uma mentalidade vigente na época, de forma inquestionável por todos, em que as mulheres eram vistas como meras sombras dos seus maridos e cuja actividade principal seria a execução dos trabalhos domésticos: “ (...) ora, queremos casar Senhor Doutor, ter os nossos filhos, as nossas casas, esperar por que os nossos maridos voltem da guerra colonial, Senhor Doutor!” (*idem*: 195). Há uma mentalidade padrão a que todos aderem e a importância das mulheres nos acontecimentos não é reconhecida, nem por elas próprias. Elas estão automaticamente marginalizadas no que diz respeito aos feitos considerados realmente importantes, sendo o seu papel visto como secundário pela sociedade como um todo, na qual elas próprias se encaixam. A sua submissão é um dado adquirido e não questionado a não ser pela narradora, sendo aqui que reside a sua diferença em relação às restantes personagens.

Não são só as mulheres que são marginalizadas pela História. Todo o estereótipo que não correspondesse ao padrão eurocêntrico do branco, católico e dominador era desprezado. Os negros ocupariam um lugar ainda mais subalterno que as mulheres, pelo que são desprezados inclusivamente por estas. É representada no romance uma hierarquização evidente não só no que diz respeito à relação de género homem / mulher, mas também a nível racial, branco / negro. No romance os negros não são numerosos - apesar de decorrer em Moçambique, a história conta com poucos negros que aparecem sobretudo representados pelos mainatos, que, em casa de Helena, são nomeados como os vinhos e são considerados pelos patrões brancos como sendo sua propriedade.

Helena é a personagem que, ao longo de todo o romance, representa a mentalidade dominante entre o grupo das mulheres dos portugueses combatentes instalados em Moçambique. O alheamento e alienação desta personagem relativamente a tudo o que não se relacione com a sua vida amorosa e consequente centralização da sua vida ao espaço interior e fechado da sua própria casa, contrasta sobremaneira com o olhar atento da narradora aos mais diversos aspectos do que a rodeia e à forma como põe em questão os comportamentos considerados correctos pelos actores sociais representados no romance. Helena obriga a sua empregada a trajar as vestimentas ocidentais para as quais não está minimamente preparada, trata-a como a um animal desobediente que não percebe as suas ordens e não demonstra qualquer tipo de complacência para com a diferença cultural e comportamental que a mainata representa. Evita, por sua vez, procura entender o mundo à sua volta, não se confina ao espaço fechado do hotel Stella Maris como as restantes mulheres retratadas como um todo de futilidade e preocupações egocêntricas, mas deambula pela cidade da Beira e arredores,

tentando encontrar as verdadeiras razões para as injustiças e violência de que todos os dias é testemunha.

Helena situa-se no pólo oposto ao da narradora: o mundo à sua volta esgota-se nos seus relacionamentos amorosos, os seus interesses dizem apenas respeito ao seu bem-estar pessoal, vitimiza-se, enclausurando-se na sua própria casa como forma de se redimir de uma traição ao marido a quem secretamente deseja a morte, fingindo socialmente um casamento perfeito quando afinal está longe de o ser. As tragédias e o sofrimento à sua volta não a afectam, a sua obsessão é o relacionamento com o marido e tudo o que a ele diga respeito. O facto de ser ela a mostrar à narradora as fotografias da violência perpetrada pelos militares aos rebeldes locais nos combates que se desenrolam aquando das suas missões no mato, não revela da sua parte qualquer preocupação de cariz humanitário, mas consiste apenas numa vingança pessoal pelos maus tratos do marido e pela sua consequente situação de clausura. O facto de obedecer ao marido na sua exigência de não sair de casa, faz com que Helena seja seguidora da ordem patriarcal vigente e conivente com os maus tratos infligidos às mulheres pelos militares ao ser ela mesma uma vítima de violência por parte do marido sem nada fazer para se rebelar. Acaba por ser retratada como uma mulher submissa que reproduz a mentalidade social vigente, não questionando as suas premissas relativamente quer à situação das mulheres, quer dos povos nativos moçambicanos igualmente vítimas de opressão. Embora as outras mulheres dos militares sejam também descritas como partilhando da mesma mentalidade, é Helena que as representa na obra e o seu retrato é o mais aprofundado, ficando a narradora e o leitor a conhecer a anormalidade do que está por detrás de um casamento aparentemente normal, algo que apenas é indiciado em relação às outras esposas residentes no Stella Maris.

Tinha sido tão inteligente [o mainato] – dizia Helena – que havia aprendido a ligar o descapotável com o seu pé preto. Helena precisava confessar-se e dizer que era sensível a todas as pessoas da Terra em quem ela reconhecia um sopro de pensamento, como acontecia nas pessoas pretas. (*idem*: 127)

A falta de inteligência de Helena é sugerida pelo comentário da narradora às suas palavras, em que a ironia é evidente. O vazio intelectual de Helena é transmitido ao leitor através do sarcasmo com que se refere a forma como esta considera as pessoas “pretas”. Esta personagem é despida de sentido crítico e apenas repete o que lhe foi inculcado, sendo o seu comportamento condicionado por preconceitos instalados na sociedade de uma maneira geral. A submissão ao marido faz dela um exemplo da opressão a que estavam sujeitas as mulheres desta altura, sendo consideradas como apenas fazendo parte da retaguarda dos maridos. Ao menosprezar os negros, Helena apenas imita o que os militares e colonos portugueses em seu redor fazem, inclusivamente o seu próprio marido e colegas, conforme é demonstrado logo no início do romance quando tratam depreciativamente os negros por “blacks” (*idem*: 52).

Enquanto as outras mulheres vivem confinadas ao espaço protegido do hotel Stella Maris, não desempenhando qualquer papel interventivo no conflito mas tendo uma certa vida social no convívio entre elas, Helena vive enclausurada na sua própria casa a mando do marido, evitando desta forma qualquer contacto que não o dele. A superioridade de Evita em relação às mulheres dos militares de forma geral estende-se a Helena que é retratada de maneira irónica, desde logo devido à obediência cega aos caprichos do marido, ao mesmo tempo que vai dando conta ao leitor, através desta personagem, do tratamento a que estariam sujeitos os povos nativos moçambicanos.

Isabel Allegro de Magalhães, referindo-se a este romance de Lídia Jorge como expressando uma escrita de características especificamente femininas, considera:

Os actos, atitudes ou gestos observados são muitas vezes insignificantes, mas, estabelecidos os nexos entre eles, tornam-se reveladores vivos de uma verdadeira ideologia colonial. Trata-se de uma qualidade especial da atenção, uma atenção afectiva, e efectiva, a subtis ligações que o olhar geral – aqui o olhar militar, masculino – deixou passar despercebidas. (Magalhães, 1995: 35)

É assim que em vários excertos a atenção da narradora é desviada para a “mainata” de Helena, a negra responsável pelas tarefas domésticas. A caracterização desta personagem é feita através do olhar de Evita que deixa implícita a sua subjectividade perante o que muitas vezes considera ridículo:

Ao toque da sineta de prata, a mainata apareceu, calçada e de soquete, vestida de criada europeia, embora mantendo o lenço na cabeça. (...) A mainata continuava com os pés comprimidos naqueles sapatos que ela fazia deslizar como patins pesados que não descolava do chão, com a bandeja à cintura, como se fosse uma mesa ambulante, e que se deslocasse presa por um fio à cintura da dona. (Jorge, 1992: 95-96)

A ocidentalização forçada do povo africano está aqui subentendida na forma desconfortável e artificial como a mainata está trajada e é obrigada a carregar a bandeja para servir a patroa e a sua convidada. A narradora presta atenção a estes pormenores e o leitor apercebe-se que a sua visão sobre esta personagem em posição de inferioridade não é isenta pelos comentários que vai fazendo ao longo do texto:

Estou a ouvi-la a ela [Helena] e às pancadinhas da mainata no vidro da sala que se dirigem a ela. Mas a mainata pode dar pancadinhas. Para que serve uma mainata vestida, calçada, durante a tarde inteira senão para fazer alguma coisa como dar pancadinhas? Vejo Helena de Tróia virar-se por fim, ouço-a dizer – “O que é?” E a mainata iniciar um lamúrio, contorcer o seu lamúrio além da porta. Vejo Helena virar-se, perder a paciência, prever que a mainata tenha partido algum vidro. A mainata não partiu, não, (...) (*idem*: 121)

A ironia utilizada pela narradora tem como efeito o acentuar da desigualdade entre Odília, a mainata, e Helena, a patroa branca. A forma como Helena trata a sua criada negra não passa despercebida à narradora que, de forma satírica, transmite ao leitor o que no seu entender passa pela mente de Helena quando lida com a sua empregada, o que funciona como uma

forma indirecta de se posicionar do lado da personagem nativa, dado que esta estratégia acaba por funcionar como factor de ridicularização de Helena pelo exagero e paródia. Helena considera-se superior à sua empregada negra, todas as suas atitudes a exasperam como se estivesse sempre à espera de uma asneira. Sempre que lida com ela, é em tom paternalista, como se ela não passasse de uma ignorante que tem de ser ensinada, ou então em tom de reprimenda constante. Não lhe passa pela cabeça tratá-la como uma outra pessoa que está ao seu serviço porque a considera totalmente desprovida de inteligência, ao mesmo nível que os animais domésticos.

A narradora utiliza alguns subterfúgios que revelam a sua posição face aos acontecimentos, sem que esta seja objectivamente transmitida ao leitor, nomeadamente quando menciona, de forma superficialmente casual, as atitudes de Helena em relação à sua empregada; são, quase sempre, menções muito curtas e que, por isso, parecem pouco significativas. No entanto, o tipo de discurso utilizado pela narradora desmente estes factos aparentemente secundários:

A mainata apareceu enrolada no pano e Helena, sucinta, mandou-a sentar mas lá fora, encostada à porta do living que era de vidro fosco. Era aí que a mainata se deveria sentar. (*idem*: 98);

Helena disse à mainata – “Vai, vai à cozinha, vai dormir na cozinha. Odília pode sentar, encostar e dormir na cozinha”. (*idem*: 160)

O que parecem pormenores no texto efectivamente não o são, a narradora tem o cuidado de transmitir em discurso indirecto livre ou em discurso directo as ordens de Helena, fazendo com que estas ganhem mais força, jogando com o facto de sugerir que estas só por acaso aparecerem a intercalar os acontecimentos que vai relatando. Contudo, não é por acaso que estes excertos surgem desta forma no texto, é porque a narradora tem por objectivo transmitir ao leitor a forma displicente como Helena solta estas frases quando se dirige à sua “mainata”, não lhe atribuindo qualquer importância e tratando-a da mesma forma como se trataria um cão, apelando à sensibilidade do leitor, de maneira a que este fique chocado. A forma como consegue efectivamente chocar o leitor é através da simulação da ingenuidade na reprodução das suas falas, intercalando-as na acção também de forma displicente, ou seja, parecendo que as transcreve apenas porque elas efectivamente aconteceram. Todavia, o cuidado posto na sua citação literal desmente isto. A utilização dos discursos acima referidos, traz subentendida a atribuição de maior importância ao sucedido do que à primeira vista poderia parecer. Se as falas fossem em discurso indirecto, as atitudes de Helena não teriam o relevo que desta forma adquirem, nem chamariam a atenção do leitor com a mesma acutilância:



Helena grita pela mainata, os olhos dela brilham enquanto grita. Toca o sino. Quer a mainata já ali, com a bandeja, os copos, as águas, o limão e aquela garrafa que tem desenhada a cabeça dum javali.

“A Odília sabe?”

“Sabe” – diz a mainata. (*idem*: 101);

Helena abriu a porta, acordou-a, repreendeu-a. Disse-lhe que trouxesse o lanche sem tocar em nada com a mão. “Odília tem sabão, lava primeiro. Depois põe luva. Hoje serve com luva. Olhe que eu espreito a Odília!” (*idem*: 162)

Ao transcrever a fala de Helena, a narradora faz sobressair a atitude de superioridade descarada desta personagem que vive em função do marido e é por ele maltratada relativamente à empregada negra, que vive em função dela e é por ela maltratada. Dirige-se-lhe como a uma criança que nem sequer entende o que ela diz, menorizando a mainata pela reprodução de uma morfologia simplificada que seria a que os “pretos” ignorantes usariam. A transcrição é suficiente para fazer a patroa cair no ridículo perante o leitor, sendo quaisquer outros comentários desnecessários, pelo que, de facto, a narradora não os faz. Porém, a reprodução das falas da personagem quando se dirige à mainata Odília em vários excertos ao longo do texto, constitui indicador suficiente da posição implicitamente assumida pela responsável pela narrativa porque atribui importância a partes do discurso que normalmente seriam consideradas meros detalhes, pelo que se pode inferir ser realçada intencionalmente a forma como a patroa branca se dirige à sua criada.

Repare-se também que, enquanto a posição da narradora é, no que toca à situação da sua criada negra e dos outros nativos em geral, apenas implícita, a posição de Helena é, pelo contrário, muito explicitamente declarada pela responsável pela narrativa que transcreve os seus comentários em relação aos que a ela estão subordinados:

Tocou o sino, esperou, tocou de novo. A mainata não aparecia. Helena foi à porta da sala, possivelmente até à cozinha, voltou enfadada. “Você foi testemunha – eu não disse para sentar na cozinha? Você ouviu! não está! Tem alma mas é selvagem, e nem cem anos conseguem recuperar o atraso de inteligência, dela e dos que são como ela. Eu disse-lhe aí um dia que podia dormir na soleira da porta. Foi isso que ela fixou, e deve estar a dormir encostada à soleira”.

Estava. (*idem*: 162)

Ao expressar a opinião acima referida sobre a mainata como sendo apenas uma selvagem com alma, Helena dá voz ao que Evita cinicamente vai demonstrando ao longo do romance: a atitude prepotente e desrespeitosa em termos humanos e culturais dos que representam a facção colonizadora face aos colonizados africanos. Isto é verificável até nas pessoas que, por também serem objecto de opressão, deveriam ter uma atitude mais compassiva e solidária para com outros na mesma situação. Mas isso, de facto, não acontece. Apenas a narradora demonstra esta sensibilidade por se afastar deliberadamente dos comportamentos considerados normais pelos outros portugueses instalados em território africano, pelo que

assume na obra uma posição independente e autónoma relativamente a todas as outras personagens implicadas nos acontecimentos. Como refere M<sup>a</sup> Manuela L. Cabral:

(...) o ponto de vista feminino deste romance é sem dúvida uma forte condicionante para a avaliação de uma época em que a lógica da violência que a caracterizou não encontra uma legitimação profunda, já que, afastada do terreno militar, a mulher estava desde logo e por isso mesmo impedida de incorporar na sua vivência a necessidade de justificar a agressão pelo instinto de sobrevivência. (...) Por outro lado, esta mulher, pela sua formação universitária dos anos sessenta, mesmo em Portugal, adquirira já a emancipação das tutelas de interpretação que está na base da sua autónoma reflexão sobre o mundo. (Cabral, 1997: 277).

A narradora detém um ponto de vista autónomo em relação não só ao tema central da obra, a guerra colonial, mas também no que diz respeito a tudo o que a envolve, nomeadamente à situação das mulheres e dos negros colonizados porque esta é uma representante do mundo feminino que então começava a despontar: a mulher mais emancipada do marido porque já detentora de um grau de instrução elevado, mais atenta aos problemas sociais e já possuidora de opinião própria resultante dessa observação. A sua posição periférica ao conflito e a liberdade intelectual que caracteriza esta personagem faz com que a sua vivência em Moçambique se pautasse por um distanciamento do grupo em que naturalmente estaria inserida, o dos portugueses ali de passagem devido ao conflito instalado, sendo o seu percurso ao longo do romance também distinto do das outras mulheres que vivem isoladas da sociedade em redor, vivendo num mundo separado da população moçambicana com a qual não se identificam ou admitem qualquer tipo de aproximação, a não ser a decorrente do relacionamento entre patrão e empregado. É assim que demonstra atenção redobrada ao que, para as outras, consiste em meros pormenores, nomeadamente as condições de vida dos nativos, a opressão a que estão sujeitos no seu dia-a-dia por parte dos brancos e a atitude de incompreensão e desdém das classes dominantes relativamente à sua forma de estar diferente da ocidental. Tudo isto vai sendo relatado por Evita de forma marcadamente irónica, numa narrativa fragmentada própria do discurso memorialista. Citando Maria Manuela L. Cabral,

A fragmentação do discurso, própria do esforço da memória, alternando a sua fluência perante um interlocutor silencioso, o seu registo “oral”, as suas fugas e as suas recorrências obsessivas evocam, pois, uma longa anamnese catártica em que, mais do que o passado individual da narradora, ou de mistura com ele, se vai, pouco a pouco, reconstruindo a história portuguesa de um passado recente. (*idem*: 282)

O recurso à memória colectiva de um passado recente da História de Portugal é feito através da representação de uma mulher de instrução universitária que faria a diferença entre as outras na sua situação. A sua educação superior terá contribuído para a independência em relação às estruturas sociais dominantes e fornecido as capacidades críticas necessárias a um discurso em que se contrapõem os ideais da missão civilizadora e de miscigenação do colonialismo português à experiência de racismo e discriminação dos povos africanos, ao

mesmo tempo que se mostra o absurdo das convicções arreigadas na cultura ocidental do dever da subordinação das mulheres aos maridos e da completa submissão destas aos caprichos masculinos sem que houvesse, da parte delas, qualquer questionamento ou vontade de alterar o que é considerado a ordem natural das coisas.

As culturas locais africanas e as razões que estariam por detrás da rebelião dos povos colonizados em relação aos portugueses são aqui expostas e acabam por ganhar uma visibilidade que, de facto, na época, não teriam, neste romance que tem por objectivo desmontar os mitos que sustentariam uma guerra cujo objectivo seria o de manter os privilégios de um imperialismo sem sentido, no entender da narradora. Os brancos riem dos negros, o que denota uma suposta superioridade e condescendência em relação a estes; por sua vez, Eva ri dos brancos que desprezam os negros, das mulheres que se deixam dominar totalmente pelos seus maridos e dos protagonistas de uma guerra que é para ela absurda, sentindo-se superior porque marcadamente indiferente às regras sociais impostas aos que a rodeiam. A sua subjectividade é já a de uma mulher mais evoluída em termos culturais quando comparada com a maioria das outras, pelo que a mentalidade que revela se destaca porque assumidamente superior, conforme se verifica pela ironia constante ao longo de todo o texto.

Sublinhe-se ainda, como refere Maria Manuela L. Cabral:

O olhar crítico desta mulher [Eva Lopo] que, por razões da sua específica vivência, se distancia dos objectivos da guerra, representa, pois, uma completa inversão dos pontos de vista centrais da história pátria que, além de masculinos, corresponderam em geral aos da classe dominante. Tal inversão condiciona naturalmente o universo descrito e a sua valoração, já que, no romance, quem resulta detentor da razão e passível de ser admirado não são os soldados portugueses, vistos sempre através de uma óptica anti-heróica, mas o povo colonizado, cuja cruel vitimização desperta, mais que a simples compaixão, a adesão aos direitos que lhe são negados de um destino político escolhido e assumido pelos próprios meios. (*idem*: 278)

Ou seja, Lídia Jorge pode ser considerada transgressora quando dá a palavra aos marginais da História Portuguesa, cujo discurso oficial o protagonismo é conferido aos homens brancos que se inserem num determinado estereótipo do herói tradicional. Põe em causa a visão histórica oficial da guerra colonial portuguesa na obra, retratando os seus protagonistas como sendo seres risíveis porque apegados a uma visão ocidental da sociedade que nada tem a ver com a cultura africana e insistindo na transposição forçada desses valores para uma sociedade em que definitivamente não encaixavam porque totalmente deslocados em relação às mentalidades dos povos de África. Os mitos da missão civilizadora dos colonos ocidentais em relação aos outros povos e da integração desses povos nas novas sociedades resultantes da mistura de raças, de tradições e de culturas como objectivos centrais da colonização portuguesa em África são aqui postos em causa quando se retrata estes portugueses, de posição privilegiada em terras de

Moçambique, como vivendo um mundo totalmente separado e alheado dos problemas das populações locais e delas desdenhando sem qualquer consideração pela sua diferença.

As mulheres e os negros são representados como seres igualmente submissos e sujeitos aos maus tratos dos que se consideravam superiores, sem que neles houvesse, de forma geral, capacidade de alterar o que era considerada a ordem normal da sociedade, por ignorância e falta de instrução de uns e outros. As mulheres são submissas aos homens e os negros aos brancos, sejam homens ou mulheres. Os negros são vistos como seres idiotas e ignorantes por todos os que neste livro representam a facção colonizadora:

O *black* não vai nisso! Nem pense meu major. O *black* adora propalar a espécie porque sabe que é preciso fazer muitos e rápidos para ficar com uns quantos! O *black* pensa assim. O *black* pensaria que se passasse lá na floresta com um rádio dando música americana, a troco da castração, até os animais saberiam que ali estava um *black* que não colaboraria mais com a propalação da espécie. O *black* teria vergonha de passar diante dos pombos e das galinhas do mato com todos aqueles ovos. Ele não distingue objecto de sujeito e julgaria que os pombos arrulhavam daí em diante contra a sua coisa inerte.” (Jorge, 1992: 25)

Quanto à guerra, esta era simplesmente negada pela mesma facção que não punha em causa a suposta superioridade dos representantes do império e respectivo domínio sobre os africanos. A palavra “guerra” nunca é mencionada claramente a fim de relativizar a gravidade do que se estava a passar nas zonas de conflito: “Percebia também que ninguém falava em guerra com seriedade. O que havia no norte era uma revolta e a resposta que se dava era uma contra-revolta. O que havia era banditismo e a repressão do banditismo chamava-se contra-subversão. Não guerra.” (*idem*: 74) A guerra colonial não tinha para estas personagens sentido plausível, como se não passasse de um pequeno capricho de uma pequena parte dos habitantes nativos que não se conformava com a sua situação. Para estes portugueses a guerra não era minimamente justificável pelos parâmetros por que se guiavam no seu dia-a-dia, dado que poria em causa os princípios orientadores de uma missão inquestionável de defesa de um império colonial. Esta mentalidade está de tal forma arreigada nos seus protagonistas que, mesmo as personagens representantes dos colonizados, que se humilham e se sujeitam às barbáries descritas na obra, não têm consciência das injustiças de que são objecto. Os que, de facto, se revoltam é como se não existissem.

As mulheres e os negros representam os que foram desde sempre calados pelo poder dos dominantes, tendo o discurso histórico durante muito tempo esquecido que a História é vivida por homens e por mulheres, estas últimas consideradas ao longo dos tempos como tendo o dever de permanecer na retaguarda, confinadas a espaços fechados e em posição periférica face aos acontecimentos, no entanto, nem por isso menos importantes como suporte aos seus protagonistas já que também elas alinhadas nas ideologias e mentalidades comuns, apesar de por eles muitas vezes rebaixadas e ofendidas.

Por um lado, Lília Jorge mostra, assim, que podem existir várias interpretações da História em vez de apenas uma única visão tradicional dos acontecimentos, sendo aqui exemplificados os vários jogos de poder e domínio sobre os grupos que dela fazem parte e, conseqüentemente, a relativização da importância de uns em relação aos outros. Porém, não deixam de ser todos nela intervenientes. Por outro lado, a História também muda consoante o ponto de vista por que é observada e esta narradora detém o seu bem marcado e diferenciado dos outros, não podendo ser, neste aspecto, considerada como integrada em nenhum dos grupos representados na obra, vivendo um mundo à parte do suposto tendo em conta a sua posição, por não compactuar com as estruturas sociais vigentes na época. A História, sendo apenas discurso produzido por alguém, representa muitas vezes a verdade que vai ao encontro das convicções dos que a produzem, podendo, por isso, ser relativizada já que está, ela também, sujeita a um ângulo de observação.

De uma perspectiva pós-colonial, a obra de Lília Jorge contribui assim para a construção de uma contra-narrativa da nação portuguesa que já não se funda numa visão essencialista, mas antes liminar, pois como lembra Homi Bhabha, “As contra-narrativas da nação, que evocam e apagam continuamente as suas barreiras totalizantes – tanto físicas como conceptuais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais são conferidas identidades essenciais às ‘comunidades imaginadas’.” (Bhabha, 2001: 544)

### **2.3 Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais***

O livro de Isabela Figueiredo publicado no final de 2009 não é uma narrativa ficcional, dado que consiste num relato de memórias assumidamente verdadeiras, dividido em quarenta e três textos curtos publicados previamente no blogue “O Mundo Perfeito”<sup>3</sup>. A autora conta a sua experiência em Moçambique na cidade de Lourenço Marques durante a infância no início dos anos 70, durante a guerra colonial, até à sua vinda para Portugal já no final da década, depois da independência de Moçambique. A narradora assume explicitamente os seus juízos de valor, contrariamente às narrativas acima referidas em que as posições das narradoras são muitas vezes implícitas e deduzidas pelo leitor através de pormenores linguísticos já analisados em excertos transcritos. Nesta escrita de memórias, a narradora manifesta claramente a sua solidariedade para com os representantes dos negros colonizados referidos ao longo do livro, que aqui são sobretudo empregados ou os trabalhadores negros do pai, electricista. A atenção

---

<sup>3</sup> Cf. [www.omundoperfeito.blogspot.com](http://www.omundoperfeito.blogspot.com)

da autora volta-se essencialmente para as relações entre negros e brancos, sendo constantemente abordado o tratamento, no entender da autora injusto, dos colonos brancos em relação aos seus empregados negros. O discurso memorialista assume, nesta narrativa de responsabilidade feminina, um registo explicitamente confessional contrariamente aos dois livros anteriormente referidos, o que permite o confronto entre este discurso e as narrativas de ficção já abordadas, assim como com os estudos sociológicos referidos em seguida.

A narrativa de Isabela Figueiredo na primeira pessoa dá conta da sua vivência em África durante o período conturbado da guerra colonial, estendendo-se até ao pós-guerra e consequente situação difícil dos portugueses lá residentes. A cidade de Lourenço Marques serve de cenário às considerações da autora sobre os tempos vividos numa sociedade colonial em que, segundo a mesma, é notória a estratificação entre brancos e negros. Filha de colonos portugueses, um electricista e uma dona de casa, enquanto criança a narradora vive na Matola, zona suburbana que posteriormente foi integrada na cidade e onde residiam negros e brancos de posses modestas. É o olhar de criança que aparece reproduzido neste livro, dado que a autora veio para Portugal com apenas 12 anos, fazendo parte da onda de retornados que invadiram o país vindos das ex-colónias, tendo tido que abandonar as suas vidas em África após a descolonização.

A escrita é, assim, fragmentada, sendo esta uma característica dos relatos de memórias, e, supostamente, expressa a forma como a realidade de Moçambique e de Portugal nos anos 70 foi vista por uma criança. Sendo tão nova, o seu olhar sobre a sociedade em que estava inserida é o de uma mera espectadora da vida dos adultos, particularmente da vida e forma de estar do pai em Moçambique com quem se deduz que mantinha um relacionamento muito particular quando comparado com o papel da mãe nesta obra em que praticamente não é mencionada. Há, assim, um distanciamento na descrição de factos e situações observados pela narradora durante uma época que faz parte da memória colectiva do povo português, resultante da sua posição marginal face aos acontecimentos considerados importantes historicamente porque protagonizados por adultos.

Os textos que fazem parte deste *Caderno de Memórias Coloniais* foram inicialmente publicados num blogue em que a autora discorria sobre temas vários, entre os quais as suas memórias de infância e juventude seleccionados para esta obra. São textos curtos, de cariz memorialista, cuja intenção é a de relembrar episódios que de alguma forma a marcaram. Na forma de relato não-ficcional, a autora lembra a sua meninice de filha de colonos, cujo objectivo parece ser o de desfazer algumas ideias feitas sobre o colonialismo português, nomeadamente o de que teria sido muito suave, pelo menos quando comparado com o britânico. Isto é desde logo anunciado no início da narrativa, quando se afirma que “Lourenço

Marques, na década de 60 e 70 do século passado, era um largo campo de concentração com odor a caril.” (Figueiredo, 2009: 23). Mais à frente, explica-se melhor esta afirmação: “(...) aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidade, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência.” (*idem*: 27). Os negros surgem caracterizados como sendo escravos na sua própria terra, sujeitos às ordens e caprichos dos brancos aqui representados na pessoa do pai.

O pai, racista convicto, electricista com vários negros a trabalhar para ele, não contrata brancos que, muitas vezes, “seriam uma boa aquisição, pois, sim senhor, mas o ordenado dobrava ou triplicava (...)” (*idem*: 23); a autora afirma que por várias vezes assistiu às conversas entre ele a mãe em que o assunto era discutido:

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de electricidade pelas paredes e, depois, cabos eléctricos por dentro deles; um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força. (*idem*: 24)

Os negros constituem mão-de-obra mais barata e acessível, no entender do pai, e os brancos têm um estatuto diferente, servem para mandar e não para obedecer.

A certa altura, a narradora assume na narrativa a sua posição contrária à aceitação geral da situação dos negros em Moçambique: “(...) eu era uma colonazinha preta, filha de brancos, Uma negrinha loira.” (*idem*: 35). Esta narradora, filha de colonos brancos mas nascida em Lourenço Marques, não comunga das visões estereotipadas em relação ao grupo dos indígenas que com ela convivem na escola e nas ruas da cidade. A percepção e relacionamento com os africanos carecem de distinção com base na cor da pele; pelo contrário, a autora assume claramente que a sua personalidade e forma de estar estariam mais próximas do mundo dos nativos negros pela ausência de regras e convencionalismos sociais, do que do mundo dos brancos que ela interpreta como sendo prepotente, violento e injusto através do que observa na pessoa do pai. Pelos comentários que vai fazendo à actuação deste para com os nativos, verifica-se que esta autora, embora ainda criança, seria já solidária com os negros no que respeita à condenação do sofrimento a que estariam expostos e aos constantes julgamentos depreciativos por parte dos que os rodeavam. O comportamento do pai em relação aos trabalhadores negros que com ele trabalhavam na área da electrificação da construção civil é objecto de censura velada por parte da filha:

Gostava de ver ali os pretos do meu pai. Todos juntos pareciam muitos. Descansavam um pouco. Eram homens diferentes uns dos outros (...)  
A certa altura o meu pai começava a chamá-los, não sei por que ordem. (...) O procedimento era simples. Os negros iam à sala, e o meu pai entregava-lhes o dinheiro. Às vezes eles contavam e reclamavam. O meu pai gritava-lhes que nesta semana tinham estragado um cabo ou chegado tarde ou sornado ou mostrado má cara ou era só porque lhe apetecia castigá-los por qualquer coisa que tinha metido na cabeça. Não sei, tudo era possível. (...) A única hipótese de não haver milando era meterem o dinheiro recebido no bolso das calças rasgadas

e saírem, cabisbaixos. Se reclamavam, havia milando, e não eram poucas as vezes em que saíam da sala com um murro nos queixos, um encontrão dos bons. (...) O meu pai tinha o condão de transformar os finais dourados das tardes de sábado num poço escuro de medo e raiva. (*idem*: 40-41)

Ou seja, em certas passagens, o leitor apercebe-se de qual é a verdadeira forma de pensar da responsável pelo discurso no que diz respeito aos negros pois esta expressa abertamente a sua opinião em mais do que um excerto:

Fascinavam-me esses homens enormes, luzidios de negros, vergados no chão, limpando o que sujávamos, servindo-nos iguarias do mar cujas cascas talvez pudessem chupar, e lamber os dedos, enquanto lavavam a loiça. E eram tão iguais a mim. Tinham mãe, pai, primos... (...) Eu gostava de falar com os mainatos. Os mainatos tratavam-me bem, carregavam-me às cavalitas. A minha mãe tinha medo que os mainatos me fizessem mal ou me roubassem. Ou desconfiava de mim, adivinhando a minha alma de preta. (*idem*: 74)

A narradora revela um olhar solidário para com os nativos moçambicanos: no seu entender estes são seres simpáticos, iguais a qualquer outro ser humano. A raça é um aspecto secundário. Esta narradora revela que a componente humana se sobrepunha a tudo o que estivesse relacionado com o exterior dos que a rodeavam, independentemente da cor da pele. O que ela considera ser a sua “alma de preta” mais não é que a metáfora para a sua identificação com a forma de estar da população negra cujo papel parece ser o de servir o colono branco. Em certas passagens como a transcrita em cima, o leitor apercebe-se da verdadeira forma de pensar da responsável pela narrativa, sendo notória a diferença entre ela e o pai no que diz respeito à opinião sobre este grupo tão desdenhado na sua família. No entanto, ao longo de grande parte dos textos, a sua escrita expressa opinião exactamente oposta à deste excerto. Utilizando uma linguagem crua, em que os negros muitas vezes são designados de “pretalhada” (*idem*: 24), a narradora apropria-se do discurso do pai para exprimir o que via acontecer à sua volta. A sua narrativa é pensada de forma que o narrador tenha plena consciência da maneira de pensar do pai, pelo que assume a visão deste pai como sendo a dela própria, consistindo este o ponto fulcral do seu relato. A apropriação do discurso do pai resulta, deste modo, na assunção do ponto de vista da maioria da população branca no seu grau mais exagerado de racismo em relação aos negros:

Havia sempre muitos pretos, todos à partida preguiçosos, burros e incapazes a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos. De um preto dedicado, fiel, que tirasse o boné e dobrasse a espinha à nossa passagem, a quem se pudesse confiar a casa e as crianças, deixar sozinho com os nosso haveres, dizia-se que era um bom mainato. (*idem*: 25)

É assim que se verifica que, nas suas memórias e enquanto em Moçambique, é essencialmente revelada a perspectiva pela qual os negros seriam vistos pelo pai, e, conseqüentemente, pelos brancos de forma geral, como seres inferiores e incapazes, em relação aos quais não haveria um tratamento com a mínima dignidade. Os negros são descritos como



despojados da sua humanidade, tratados como animais desobedientes a quem é necessário pôr na ordem. A ironia é evidente ao longo de todo o relato, principalmente nos primeiros textos do livro em que a narradora caracteriza a sociedade envolvente através dos olhos do pai. Apesar de o leitor se aperceber que a sua opinião é contrária à forma como descreve a lógica de divisão social existente no ambiente em que se move, divisão esta de que se foi apercebendo pelas atitudes e conversas à sua volta, os seus comentários sobre a hierarquização entre brancos e negros implicitamente aceite por todos, reflectem a subjectividade do pai como sendo dela própria:

Ernesto não ia trabalhar há três dias. Era preto e os pretos eram preguiçosos, queriam era passar o dia estendidos na esteira a beber cerveja e vinho de caju, enquanto as pretas trabalhavam na terra, plantavam amendoim ao sol, suando com os filhos às costas, ao peito, e a enxada a subir e a descer para o chão. Preto era má rês. Vivia da preta. (*idem*: 51)

A ironia é aqui evidente pois o leitor consegue vislumbrar que, de facto, a opinião da narradora é contrária à que manifesta no excerto transcrito; apenas são reproduzidos os juízos de valor que o leitor assume como sendo do pai pela forma violenta como são expostos. É a própria autora, Isabela Figueiredo, quem, numa entrevista a um jornal sobre o livro, afirma que "(...) contar a história do meu pai era contar a história dos portugueses. Porque ele não era diferente." (Figueiredo, 2010)<sup>4</sup>, ou seja, segundo a escritora, a mentalidade do pai é para ser considerada como representativa da posição dos colonos portugueses em África. A apropriação que faz das frases que o pai usaria quando se referia à população negra tem por objectivo reflectir a forma como a maioria dos colonos brancos encarava a sua missão em Moçambique. O justificativo principal para a colonização tão amplamente difundido, o de melhoramento das vidas das populações dos territórios ultramarinos através da sua missão civilizacional, é também contrariado de forma satírica e irónica por esta narradora:

Era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar, para seu próprio bem. Para evoluírem através do reconhecimento do valor do trabalho. Trabalhando, poderiam ganhar dinheiro, e com o dinheiro poderiam prosperar, desde que prosperassem como negros. Poderiam deixar de ter uma palhota e construir uma casa de cimento com telhado de zinco. Poderiam calçar sapatos e mandar os filhos à escola para aprender ofícios que fossem úteis aos brancos. Havia muito a fazer pelo homem negro, cuja natureza animal deveria ser anulada – para seu bem. (Figueiredo, 2009: 51)

A autora recorre à ironia para expressar a forma como, segundo ela, os colonos deturpavam o que considera serem os verdadeiros motivos do seu comportamento para com os africanos, usar o trabalho dos outros em proveito próprio, fingindo encontrar uma explicação altruísta para a atitude geral de egoísmo e etnocentrismo por parte dos brancos, baseada na

---

<sup>4</sup>Cf. Cância, Fernanda, “Carta de Amor a um Pai Racista” in Diário de Notícias, 09 de Janeiro de 2010, <http://jugar.blogs.sapo.pt/1470747.html#cutid1>, acedido em 24 de Janeiro de 2010

premissa da primazia da civilização ocidental sobre qualquer outra. As manifestações de racismo do pai seriam conformes a uma visão mais alargada da sociedade na qual não haveria lugar para qualquer atitude de respeito ou consideração por um povo e uma cultura em tudo diferente da europeia, sendo o homem branco visto como estando no topo da hierarquia das raças humanas porque supostamente mais evoluído e em avançado grau civilizacional. Os negros, pelo contrário, estariam ainda no estado selvagem, mais perto dos animais do que do homem civilizado, pelo que não poderia haver misturas, desconstruindo a ideologia que na época legitimaria a empresa colonizadora a partir de finais do século XIX, ou seja, a “ideia de que o que distinguiu o fenómeno colonial não era a violência e a extorsão, como no passado, mas antes uma intervenção moral e benéfica de Estados já civilizados e das populações metropolitanas a favor de populações ‘atrasadas’” (Silva, 2009: 115). Está subentendido no discurso da narradora que o trabalho dos negros era utilizado em proveito próprio dos brancos, sendo aqueles encarados como apenas um meio de estes atingirem o enriquecimento e a melhoria das condições de vida pessoais. Esta seria a finalidade principal da estadia em África e não a melhoria das condições de vida das populações nativas. A justificação adiantada por muitos colonos da forma de tratamento dada aos negros consistia na inversão da lógica comportamental, o tratamento cruel observado à superfície teria como fundamento de base a melhoria da situação dos negros, o que não seria perceptível de imediato. A crueldade era, assim, apenas aparente, a bondade estaria por detrás do comportamento observável, não sendo por isso visível, denotando uma atitude de paternalismo generalizado relativamente aos negros, isto é, eram contrariados da mesma forma que se contraria uma criança para seu próprio bem - para os educar.

A atitude de desdém em relação aos negros seria generalizada, de acordo com a autora:

De forma geral, no cinema ou fora dele, o olhar dos negros nunca foi, para os colonos, isento de culpa: olhar um branco, de frente, era provocação directa; baixar os olhos, admissão de culpa. Se um negro corria, tinha acabado de roubar; se caminhava devagar, procurava o que roubar. (Figueiredo, 2009: 46)

É sugerido que os negros não teriam escapatória possível, pois eram sempre culpabilizados de algo, qualquer que fosse a sua atitude. Esta é uma visão muito crítica sobre a presença dos colonos portugueses em África, sendo notória a intenção da autora em rebater a ideia comumente aceite em Portugal de que o colonialismo português se teria distinguido dos de outras nações essencialmente pelo carácter humanitário e as boas intenções dos que o exerceram. Os comentários da narradora estendem-se aos outros colonos e não apenas ao pai que funciona apenas como protótipo do comportamento geral de exploração dos nativos africanos. O texto acima transcrito refuta também a suposta missão civilizadora dos portugueses relativamente aos indígenas, já que está implícito nas palavras da autora que a

atitude geral dos colonos para com eles era de desconfiança de todo e qualquer comportamento, denotando, portanto, a convicção enraizada da impossibilidade de modificar a essência selvagem deste grupo racial e, conseqüentemente, de o civilizar. Sustenta, assim, o que acontecia de acordo com Cláudia Castelo que afirma, no seu estudo sobre o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole, que “a aproximação dos africanos aos hábitos culturais dos europeus, por exemplo no vestuário e na utilização da língua portuguesa, tendia a ser motivo de chacota” (Castelo, 2007: 275), ou seja, se tentavam modificar os seus costumes, procurando, então, “civilizar-se” eram satirizados, se mantinham os costumes eram apelidados de “selvagens”, subsistindo, assim, um certo cepticismo perante a possibilidade de os africanos evoluírem em termos culturais e comportamentais.

A narradora revela também em alguns excertos uma atitude de censura em relação à maioria dos retornados das ex-colónias, considerando que o seu discurso sobre os tempos passados em África nada teria a ver com a realidade. No seu relato, a narradora insinua mais do que uma vez que os ex-colonos em Portugal continuariam a demonstrar a atitude de deturpação do que efectivamente se vivia em África, da mesma forma que, ainda lá, tentariam justificar os seus comportamentos como devendo-se à preocupação com o bem-estar das populações locais:

Tínhamos uns mainatos que carregavam as mercearias da loja do Lousã, em caixotes de cartão. Atravessavam Lourenço Marques a pé se preciso fosse, com eles à cabeça, às costas, não era da nossa conta. (...) Mas parece que isto era só na minha família, esses cabrões, porque, segundo vim a constatar, muitos anos mais tarde, os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colun..., o colonis..., o colonianismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os pretos, pagavam-lhes bem, tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades. (Figueiredo, 2009: 49)

A ironia do discurso continua a ser evidente; segundo a escritora, seria prática corrente entre os portugueses a contradição entre os seus actos e as suas palavras, durante e depois da colonização, já que posteriormente insistiriam na versão de que os negros eram sempre bem tratados por eles, não revelando o verdadeiro tratamento a que estes estariam sujeitos na sua própria terra. A visão idílica da sociedade moçambicana como uma situação perfeita que só geraria benefícios para todas as partes foi depois difundida pelos mesmos que, na época, desprezavam as populações nativas considerando-as como meros utensílios baratos.

Numa outra entrevista<sup>5</sup>, a autora afirma mesmo que, durante muito tempo, a sua família ao regressar a Portugal terá feito o mesmo que os outros retornados, ou seja, transmitiram a mesma versão fantasiosa dos tempos passados em Moçambique, omitindo o facto de, tal como os outros povos detentores de colónias, os portugueses também terem maltratado as populações

---

<sup>5</sup> Cf. Jornal Público, Suplemento Ípsilon, 24 de Dezembro de 2009 (<http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=247765>, acedido em 16 de Janeiro de 2010)

nativas e terem explorado o seu trabalho de forma injusta. Considera que isso não terá sido por acaso, teria uma explicação:

(...) durante muito tempo não falávamos do passado e só dizíamos aquilo que era socialmente correcto. O que é que era aceitável? Participar na guerra colonial, que toda a gente está de acordo em dizer que foi má, morreu muita gente. Ou então relatos que começaram a aparecer há dois ou três anos, sobre os "fait-divers" da vida nas colónias, como era bom, tínhamos a nossa fazenda, a nossa quinta, a vida era suave e doce, tínhamos criados mas tratávamos todos os nossos criados muito bem.

Existe uma ligação entre nós, retornados, todos vivemos as mesmas coisas. Aquilo que eu vi só eu é que vi? Os outros tinham os olhos tapados? Não pode ser. Não tratávamos os negros como nos tratávamos uns aos outros. Mas dizer isso é admitir que afinal quando cá chegámos eles [portugueses críticos dos ex-colonos] tinham razão quando diziam que andámos a tratar mal os negros e merecíamos tudo o que eles nos fizeram a seguir. Isso era verdade, mas quando chegámos cá já tínhamos pago um preço.

Tínhamos todos um acordo tácito para não falar, não revelar a verdade. Eu participava em convívios com o meu pai e a minha mãe, e a conversa sobre os negros era comum. O que é feito dos filhos dessas famílias que também estavam nessa mesa e também ouviam as conversas que eu ouvia? Têm que estar algures. Apagaram isso da memória? Muitas pessoas têm esse conhecimento mas não o revelam porque revelá-lo constitui uma traição aos pais. Para mim isto também não é fácil. Continuo a achar que de alguma forma é uma traição à memória do meu pai. (Figueiredo *in* Jornal Público, Dezembro 2009)

O seu livro tem, portanto, um objectivo central: o de revelar a verdade sobre o que se passava em Moçambique na época da colonização, contrariando o que geralmente é transmitido pelos seus protagonistas que, segundo a escritora, não dizem a verdade sobre a realidade colonial moçambicana quando se referem ao tratamento dado aos negros. A autora sai ainda em defesa da população negra que, afinal, teria motivos mais que aceitáveis e compreensíveis para quererem expulsar os brancos do território africano, ao contrário do que os portugueses vindos das ex-colónias dariam a entender. Na mesma entrevista afirma ainda:

Quando foram os massacres que se seguiram à independência compreendi que era a justa retribuição. Não era possível o meu pai ter estado lá aqueles anos todos a tratar mal os seus empregados negros e não termos devida paga. E o meu pai teve muita sorte, porque os seus amigos das machambas morreram com uma catanada no pescoço. Claro que eu achava aquilo horrível mas tinha que estar sempre a fazer aquele trabalho de contextualização. (*ibidem*)

Chega ao ponto de desculpabilizar os massacres levados a cabo pelos negros de que foram vítimas os colonos residentes como sendo a “justa retribuição” dos maus tratos perpetrados ao longo dos anos. A autora tem uma posição assumidamente a favor dos nativos, encarando-os como as vítimas da colonização portuguesa, contrariamente à versão corrente ainda nos dias de hoje, para muitos portugueses, de que o nosso colonialismo apenas terá sido benéfico para as populações dos países em questão pelo desenvolvimento que proporcionou. Neste livro, essas vozes são contrariadas através da exposição do que a autora considera serem as verdadeiras condições em que as populações viviam. O pai constitui a voz da crueldade em relação aos negros. Este é o motivo principal pelo qual, ao longo do livro, existem, em vários momentos, passagens cujo propósito é o de dar a conhecer aquilo que a narradora observava o seu pai fazer

ou dizer, apropriando-se do seu discurso de forma a produzir um efeito mais forte no leitor. De acordo com a autora, o pai limitava-se a pôr em prática o que era considerado normal na época. A sociedade moçambicana estaria estratificada e os negros seriam vistos como estando no fundo da tabela hierárquica, sem quaisquer direitos e sendo apenas detentores de obrigações para com os seus patrões brancos, deitando, assim, abaixo o mito da miscigenação na sociedade colonial, bem como o da suposta missão civilizadora que ainda sustentaria o colonialismo nos anos 60.

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. (Figueiredo, 2009: 24)

Segundo o excerto transcrito, a integração dos negros na sociedade colonial moçambicana seria, então, uma impossibilidade, estes eram desdenhados, considerados seres inferiores que apenas serviam para obedecer aos brancos. A missão civilizadora do colonialismo não passaria também de uma invenção, dado que os nativos eram sistematicamente considerados selvagens e, por isso, muito abaixo do homem civilizado. A referida “ordem natural e inquestionável” dos relacionamentos sociais parece ser assim encarada por todos os que dela fazem parte, negros incluídos, dado que os próprios se sujeitavam a esta situação sem questionamento, no caso dos “mainatos”. O relato desta narradora é bastante contundente em relação aos portugueses residentes em Moçambique, sendo estes retratados como cruéis em relação aos negros por motivos que estariam para além de diferenças meramente raciais:

Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existia entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para a aguardente-de-cana do “dia de hoje”; nós, para poder pagar a melhor urna, a melhor cerimónia no dia do nosso funeral. (*idem*: 35)

A ironia aqui é subentendida, dado que a lógica exposta pela qual os negros seriam considerados pouco inteligentes, acaba por os revelar como mais inteligentes do que os brancos, num ponto de vista mais actual das sociedades modernas. No entanto, verifica-se que, de acordo com esta autora, a distinção feita se baseava não apenas em diferenças de cor de pele, mas teria como convicção de base a diferença de essências de espécie, os negros eram vistos como estando mais próximos dos animais do que dos homens. As populações nativas sujeitavam-se também a esta ordem que lhes era inculcada pelas classes dominantes como sendo em seu benefício. A divisão social era tacitamente aceite por todos em Lourenço Marques e tinha a respectiva correspondência nos locais públicos, como por exemplo o cinema

que funciona na obra como um lugar prototípico e, por isso, metafórico da estratificação social moçambicana:

A enorme sala do cine Machava dividia-se em três zonas bem definidas: bancos corridos de pau, à frente, primeira plateia; bancos individuais estofados, até ao fundo: segunda plateia; empoleirados metro e meio acima da última fila da segunda plateia, os camarotes, todos forrados a veludo vermelho, luxo dos luxos, só ocupados quando o filme era mesmo muito popular e a afluência o exigia. (...)

Alguns negros iam ao cinema. Calçavam-se e vestiam roupa europeia remendada. Sentavam-se na primeira plateia, e, eventualmente, em dias pouco frequentados, na primeira fila da segunda plateia. (*idem*:46)

A excepção a este estado de coisas era feita pelos que, no Norte, se revoltaram provocando uma guerra da qual só muito longinquamente se ouvia falar em Lourenço Marques: “Não descrevo uma terra ignorando que nela existia uma guerra. Havia uma guerra, mas não era visível a Sul; não sabíamos como tinha começado, ou para que servia exactamente.” (*idem*: 63). A vida na zona Sul de Moçambique, e nesta família, é descrita como completamente alheada do conflito que opunha os nativos aos colonos portugueses. Os brancos preferiam tentar ignorar o que se estava a passar na zona Norte do país na esperança de que tudo não passasse de um pequeno contratempo sem consequências para a vida normal da colonização. Contudo, o conflito era uma realidade e era também explicado à maneira dos colonos:

O Norte era muito distante. Era lá em cima na terra dos macuas e dos macondes. Os turras, todos ladrões, queriam roubar a terra aos portugueses. Vinham da Tanzânia com a pele muito preta e maldosa. Era preciso defender a nossa terra, por isso é que chegavam os soldados de Portugal. Também havia soldados pretos. Esses faziam-nos comandos, para irem à frente e morrerem primeiro; assim se poupava um branco. Que os pretos morressem na guerra era mal menor. Era lá entre eles. (*idem*:64)

De acordo com Cláudia Castelo, a partir do rebentamento do conflito pela independência das colónias, as políticas em relação aos respectivos nativos sofreram modificações, dado que a preocupação do governo passou a ser a de colocar as populações das províncias ultramarinas do lado da causa portuguesa, promovendo a aproximação entre brancos colonos e nativos negros:

Se em 1945, o colono era aconselhado a sentir-se superior ao africano e a deixar bem vincada a sua superioridade no relacionamento social, agora o soldado é aconselhado a não se aproximar “do preto com modos de importância que certas pessoas usam para com as crianças ou certos patrões para com os serviços.” (Castelo, 2007: 274)

Este facto não deixa também de ser assinalado por Isabela Figueiredo que, apesar de afirmar que no Sul não haveria grande consciência dos conflitos que aconteceriam no Norte da colónia, notou também uma preocupação por parte das autoridades em fazer com que os colonos modificassem os comportamentos para com as populações negras. No entanto, estes

estariam já demasiado enraizados no estilo de vida dos brancos, conforme se pode verificar no excerto seguinte:

Matar um preto, no Marcelismo, começava a ser chato; a polícia, se descobrisse, vinha fazer perguntas. “Então, ó Rebelo, não viu o peão e matou-o?”  
“Eu não, agente Pacheco, era noite, não havia luzes na picada, o gajo ia bêbado, e atirou-se-me para cima da carrinha, o que é que você queria que eu fizesse?” (...)  
“Vou fechar os olhos desta vez, mas veja se não repete, ó Rebelo, que agora temos ordens da metrópole...”  
Matar um preto, a partir de certa altura, começou a dar chatice. (Figueiredo, 2009: 67-68)

O contraste entre a sociedade mais liberal moçambicana e um ambiente retrógrado e culturalmente atrasado que se faria viver ainda em Portugal, já abordado em *A Árvore das Palavras*, é confirmado por esta narrativa memorialista de Isabela Figueiredo. A sua transição para Portugal é devida à independência de Moçambique que teve como consequência a perda da maioria das regalias até então concedidas aos colonos brancos, tendo estes sido obrigados a regressar em massa a Portugal. A autora não foge à regra, foi enviada ainda em adolescente pelos pais para Portugal para sua protecção. Retrata aqui o país que a acolhe após a guerra colonial como um local que em nada se assemelha ao seu espaço de origem. A sociedade fechada e preconceituosa com que se depara é desde logo anunciada como primeira impressão nos primeiros tempos de residência em terras portuguesas:

Em Portugal, habituei-me desde cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou por me vestir de vermelho ou lilás. Mas o meu sentido de justiça era um Pai-Nosso. Se me absolvía de culpa, eu podia atravessar, impassível, multidões de acusadores. Nada me deitava abaixo. No entanto, o meu peito foi pactuando com o ridículo a que me expunha, e abriu-se a ele totalmente. (*idem*: 119)

As vestimentas coloridas, características dos povos africanos são, logo à partida, factor considerado ridículo pelos habitantes de Portugal e motivo de crítica, o que parece coadunar-se com as referências que parecem exageradas em *A Árvore das Palavras*, anteriormente transcritas, sobre o facto de neste país tudo “parecer mal”.

A metrópole era feia, suja, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo rebentadas de frio e excesso de toucinho com couves. Que triste gente! (*idem*: 123)

A impressão negativa de Isabela Figueiredo sobre o país que a acolhe resulta sobretudo da comparação que automaticamente faz com o ambiente de onde provém. A mesquinhez da mentalidade do povo português sentida pela autora como característica que o define é motivada essencialmente pelo choque causado pela transição de uma sociedade mais liberal e aproximada aos tempos modernos para outra em que os comportamentos e atitudes são associados a comunidades retrógradas, tradicionalistas e impeditivas do progresso. Os portugueses são

representados como opondo-se a tudo o que considerem diferente e inovador, começando pelas roupas e continuando em factores que já não respeitam ao aspecto físico.

Os textos de Isabela Figueiredo registam na primeira pessoa as suas experiências em território Moçambicano, fazendo uma análise subjectiva da sociedade em que cresceu, sendo notória a sua intenção de emitir juízos de valor sobre os factos observados, distanciando-se, por este facto, do discurso histórico. Contudo, consideramos que estes textos fazem a ponte entre Ficção e História ao terem por base um testemunho verdadeiro. Os estudos históricos e sociológicos sobre esta época permitem uma leitura diferente do ambiente da altura, dado que a emissão de juízos de valor lhes está vedada. Com a análise de algumas investigações feitas sobre a sociedade moçambicana na época colonial, pretendemos fazer o paralelismo entre o exposto pelas autoras nos livros aqui abordados e o discurso histórico e sociológico, de forma a sustentar a nossa convicção de que ficção e história são discursos complementares, dado que fornecem abordagens distintas da mesma realidade. A abordagem ficcional é mais aproximada ao leitor e de cariz mais emocional, mas não é por este facto menos válida - quando escrita com base em acontecimentos históricos, pode permitir, até, um aprofundamento maior dos factos, resultante da transmissão dos acontecimentos sob a perspectiva dos que os viveram, algo que está vedado a um discurso objectivo e factual.

### **3. Cruzamentos História / Ficção**

A época colonial portuguesa é um período sobre o qual, até aos dias de hoje, no dizer de Cláudia Castelo, “a historiografia esteve mais preocupada em estudar a estrutura e os efeitos do sistema colonial, por um lado, e as resistências e as lutas de libertação nacional, por outro” (Castelo, 2007: 16), não dando a devida importância ao estudo da migração com carácter definitivo de naturais de Portugal para África vivida por centenas de milhar de portugueses ao longo do período colonial africano. Esta autora cita Jill Dias que, a propósito da historiografia portuguesa sobre África produzida entre 1972 e 1992, reconhecia que “a história da colonização branca nas colónias africanas portuguesas continua a ser um dos temas menos explorados da história colonial, apesar da sua importância para a própria história de Portugal” (J. Dias *apud* Castelo, 2007: 16), considerando que nos tempos actuais esta afirmação se mantém válida. Afirma ainda que durante muito tempo considerava-se que, mesmo no campo científico, estudos sobre a colonização branca corriam o risco de serem entendidos como provocações, manobras revisionistas ou sintomas de saudosismo do império, sendo os colonos



vistos apenas como agentes *in loco* do colonialismo, tendo ficado, portanto, por estudar este vasto campo da diáspora das populações portuguesas. É precisamente a socióloga Cláudia Castelo quem detém o único estudo aprofundado sobre o povoamento branco de Angola e Moçambique por naturais da metrópole:

A decisão de investigar o povoamento de Angola e Moçambique com portugueses da metrópole prende-se não só com a constatação de que este tema ainda não tinha sido tratado na perspectiva das ciências sociais, como com a noção de que as memórias sobre África veiculadas sob as mais variadas formas não se preocupam em indagar, problematizar, contextualizar, interpretar, mas apenas convocar um lugar de saudade. (...)

Antes de mais, este trabalho pretende contribuir para o avanço do estado actual do conhecimento sobre a história colonial portuguesa. Isto porque eleger um problema presente no discurso político português e na imprensa desde, pelo menos, o último quartel do século XIX. Em traços gerais, argumentava-se que os colonos garantiriam a ocupação efectiva dos territórios, isto é, a soberania portuguesa, e seria um factor de civilização dos nativos e de progresso económico. (...) Apesar das intenções, sucederam-se projectos falhados e o verdadeiro arranque do povoamento só veio a ocorrer em meados do século XX. (...)

Assim, a minha primeira hipótese de trabalho resulta da noção de que o povoamento branco das colónias portuguesas não correspondeu, na prática, a toda a carga retórica e ideológica em torno da vocação imperial do povo português (primeiro) e da constituição na África portuguesa de sociedades multirraciais harmoniosamente integradas na unidade nacional (mais tarde). (Castelo, 2007: 17-18)

Verificamos através deste excerto que a autora afirma desde logo a existência de um fosso entre o discurso em circulação e o que efectivamente terá acontecido quanto ao povoamento das ex-colónias portuguesas e no que respeita à real miscigenação cultural e racial então pretendidas como forma de conseguir o progresso civilizacional das sociedades envolvidas. A autora propõe-se debater na sua obra questões referentes a quatro vectores fundamentais sobre a colonização branca: as políticas e os projectos de povoamento, a caracterização social dos colonos, o relacionamento dos colonos com o meio e as populações de África e as relações dos colonos com o poder colonial. (*idem*: 31). Com este propósito, repare-se nas suas palavras:

Em termos metodológicos, a presente investigação assenta na recolha (tanto quanto possível exaustiva) e na crítica de fontes primárias, bem como na contextualização diacrónica, bases do labor historiográfico. Além disso, procurámos tratar o tema de forma interdisciplinar, recorrendo, em vários momentos, aos contributos da demografia, da sociologia, da antropologia, da psicologia social e dos estudos literários. (...) Recorremos a textos literários para descortinar que representações dos colonos, dos africanos e da situação colonial povoam a literatura. (...)

Finalmente, com o objectivo de compreender o pensamento e o comportamento dos migrantes no destino, nomeadamente o tipo de relações que estabeleceram com o novo meio físico e humano, procedemos a uma leitura crítica de fontes de diversa natureza – memórias, crónicas de viagem, ficção – com informação (subjectiva) sobre histórias de vida, ideias, comportamentos e emoções dos colonos. (Castelo, 2007: 32-33)

O recurso ao texto literário a que Cláudia Castelo alude está de acordo com o papel importante que a historiografia moderna atribui à literatura de ficção baseada em acontecimentos históricos como forma de expandir o conhecimento dos que protagonizaram os

factos considerados relevantes ao progresso das nações, na linha do que Linda Hutcheon apelida de “metaficção historiográfica”:

Historiographic metafiction refutes the natural or common-sense methods of distinguishing between historical fact and fiction. It refuses the view that only history has a truth claim, both by questioning the ground of that claim in historiography and by asserting that both history and fiction are discourses, human constructs, signifying systems, and both derive their major claim to truth from that identity. This kind of postmodern fiction also refuses the relegation of extratextual past to the domain of historiography in the name of the autonomy of art. (Hutcheon, 1988: 93)

A importância da ficção é, assim, hoje em dia reconhecida como contribuindo para o conhecimento mais aprofundado de períodos históricos, dado que fornece a aproximação emotiva na representação dos acontecimentos, ausente no distanciamento exigido ao discurso histórico. Com efeito, o discurso histórico e a ficção podem complementar-se na medida em que um e outro desempenham diferentes papéis no relato de acontecimentos passados, são duas formas distintas de narrativa; enquanto se pode considerar que o discurso histórico tem como função a explicação objectiva dos acontecimentos, só através da ficção é possível a rememoração dos factos com a carga emotiva que eventualmente tenham tido. Assim, torna-se possível ver realismo na fantasia, ou seja, na ficção construída com base na verosimilhança, pois mesmo que a história seja totalmente inventada sem nenhuma base histórica, ela pode tornar-se verosímil desde que fundamentada na recriação do real, algo que ainda é mais flagrante quando a história ficcional tem por base fundamentos históricos que fazem parte da memória colectiva de um povo. Conforme afirma ainda Michele Beraldo Matter:

A arte é criação, imitação, como mostrara Aristóteles, mas possui a capacidade de desdobrar a realidade e enriquecer a vida. “Uma obra de ficção é, pois, além de um espelho, de uma interpretação ou de uma correcção da vida, um prolongamento dela”, diz Mário Dionísio. A obra de arte negocia com dois critérios, a verdade da vida e verdade da arte: “O propósito da arte é descobrir e transmitir a verdade da vida. A arte é contudo autónoma, diferente da vida e por isso tem uma verdade própria. (Matter, s.d.: 11)

Além do mais, a historiografia moderna revela a consciência de que o verdadeiro resgate da História consiste no voltar o olhar para os pequenos e vencidos que, ainda de acordo com a mesma autora, “nunca puderam figurar no palco da História Oficial, essa que é produzida por uma historiografia que valoriza apenas os factos ligados à história dos vencedores.” (Matter, s.d.: 2), sendo hoje em dia consensual a opinião sobre a existência de uma diferença alargada entre o discurso histórico contaminado pela ideologia dominante e a realidade acontecida. Maria Manuela L. Cabral afirma por sua vez:

Como afirma Paul Ricoeur, é no caso particular da vitimização que a ficção dá um contributo notável à historiografia. Como esta não está dispensada da regra da abstinência emocional, mesmo na narrativa de factos capazes de gerar sentimentos intensos tais como a indignação, o autor considera que, no capítulo do horror, é à ficção que melhor compete dar o seu contributo à memória dos homens, pois tal capítulo de modo algum dispensa a

emoção, antes clama à execração. (...) Se a memória do horrível tem como legitimação profunda impedir que os factos se repitam e se, portanto, importa manter a individuação de tais factos, só a ficção se mostra capaz de preservar essa individuação, que isola, e é ameaçada pela explicação histórica, que liga. (Cabral, 1997: 285-286)

Esta autora refere o caso específico da vitimização como sendo o que mais pode beneficiar com o cruzamento dos discursos histórico e ficcional, pela dimensão particular que este último lhe proporciona, permitindo que não seja rememorada como mera curiosidade científica, mas constitua antes uma verdadeira memória do ser humano, dado que é agora sabido que a História tradicional durante muito tempo terá enaltecido apenas os grandes e vitoriosos, esquecendo que, por detrás deles, estaria o trabalho e o esforço de muitos outros sem os quais a História considerada “grande” não poderia acontecer.

Cláudia Castelo, na introdução ao seu estudo sobre a época a que nos reportamos neste trabalho, informa também:

Para contrapor a uma produção ideológica das elites sobre a África, os africanos e o colonizador português, recheada de constrangimentos e convenções, interessou-nos a história “vista de baixo”, na perspectiva das “pessoas comuns”, ou aquilo a que Geertz chamou “descrição densa”. (Castelo, 2007: 33)

manifestando-se também consciente da importância que os antigamente ignorados pelo discurso histórico detêm na explanação e análise dos acontecimentos considerados marcantes da História de um povo. O distanciamento exigido ao discurso histórico é contrariado pelo discurso ficcional que permite a aproximação entre as diferentes épocas, a passada e a presente, na medida em que possibilita ao leitor a identificação com personagens e acontecimentos pertencentes à memória colectiva da humanidade, individualizando-os e transportando-os para os diversos presentes do receptor. Esta memória colectiva corresponde, por seu turno, muitas vezes à memória presente na chamada cultura popular que se opõe na maioria dos casos à ideologia dos dominadores representada pela historiografia tradicional. No caso da narrativa de ficção contemporânea, “a intromissão do passado” revela-se “através dos interstícios do presente” (Marinho, 2004: 362), e citando Maria de Fátima Marinho,

Nas palavras de Wenche Ommundsen, o narrador não está a recordar a história, mas a inventar o passado, uma vez que nunca se acede ao real, antes se constrói esse real por meio da própria narração, dado que qualquer tentativa de representação se depara com o fantasma da sua impossibilidade, como diria Hayden White. Na medida em que nos casos que nos interessam o passado fornece duplos para o presente, esses duplos, segundo Pierre Jourde e Paolo Tortonese, não representam só o passado, a memória recalçada do sujeito, mas também o futuro, pois que aquele fica obrigatoriamente condicionado pelos seus homólogos anteriores. (*ibidem*)

O discurso ficcional ou literário pode ter em muitos casos a função de contrariar a história dos dominadores tradicionalmente celebrados, ao colocar em destaque os dominados, os oprimidos cuja história nunca foi ouvida, tendo por vezes a função de recuperar o que é tido

como mentira pelo discurso oficial e não estando contaminado pela ideologia do poder. Os factos históricos são, assim, na literatura moderna, recontados muitas vezes pela ficção sob o ponto de vista do vencido em exemplos variados, mas onde se destaca a prosa de José Saramago, fornecendo informações adicionais importantes ao historiador moderno. Como afirma Maria de Fátima Marinho, estes romances são um tipo de narrativa em que “a modificação do passado, a percepção do mesmo em termos mais de espaço do que de tempo (como em *O Memorial do Convento*), contribuem para o aparecimento de um tipo de textos que modifica radicalmente a escrita sobre o passado” (*idem*: 360) e cujo relato consiste “um exemplo privilegiado de como se podem alterar os factos conhecidos descobrindo-lhes potencialidades escondidas e não exploradas.” (*ibidem*).

Repare-se ainda nas palavras de Maria Manuela Lacerda Cabral no que diz respeito à época colonial:

Ouvir a voz de outras raças e de outras culturas que não a europeia é certamente reconhecer a relatividade desta última. E o reconhecimento das “racionalidades locais” dos povos colonizados contribuiu fortemente, tanto quanto as transformações teóricas decorrentes das críticas ao historicismo novecentista, para a crise da concepção unitária da história, cuja crítica talvez mais veemente é feita por Walter Benjamin. (...) Mas, como mostra Benjamin, para conceber a história como realização progressiva da humanidade, é necessário vê-la como um processo unitário, o que só acontece porque, segundo o autor, a representação do passado foi sempre construída a partir dos pontos de vista das classes dominantes e à custa do esquecimento dos pobres e dos vencidos. Por outro lado, como salienta Vattimo, a finalidade que a modernidade concebia para a história era também resultante de uma determinada representação do homem ideal em que necessariamente se projectava o homem europeu. (Cabral, 1997: 278-279)

Por todos estes factores, hoje em dia relativiza-se a centralização dos discursos de temática colonial nas classes dominantes realizadoras de grandes feitos, cedendo-se protagonismo aos que foram sendo sistematicamente ignorados porque considerados insignificantes quando comparados ao protagonismo conferido ao europeu acima designado por “homem ideal”. Por outro lado, Cláudia Castelo, no capítulo referente a “Percepções de si e do meio físico e humano envolvente” do já referido estudo sobre a migração dos portugueses para as colónias africanas, sustenta ainda:

Interessa-nos, portanto, cruzar o discurso normativo sobre as práticas culturais (fabricado no exterior do grupo e difundido de cima para baixo) com o discurso dos próprios colonos (criado no interior do grupo reproduzindo-se de forma mais horizontal) sobre as suas práticas. (Castelo, 2007: 247)

Reconhece-se, assim, hoje em dia, a importância de confrontar o discurso normativo oficial com a realidade vivida pelos colonos no seu dia-a-dia - ponto central da literatura portuguesa sobre a época colonial de Moçambique produzida por mulheres, dado que os seus protagonistas não cometem grandes feitos históricos, antes vivem o dia-a-dia numa sociedade de

características particulares porque constituída pela mistura de raças e culturas diferentes, sendo o seu objectivo dar conta dessas mesmas particularidades, conforme já vimos.

As obras literárias respeitantes à época colonial portuguesa em Moçambique, escritas por mulheres, têm vários pontos de aproximação: as protagonistas são personagens femininas com vivências comuns, ou seja, que não têm papéis interventivos em acontecimentos históricos considerados marcantes, que se movimentam em espaços domésticos que podem ser vistos como simbólicos da sociedade moçambicana como um todo e que são responsáveis por narrativas de tom memorialista que denotam particular atenção em relação às populações nativas de forma geral, revelando, através da subjectividade dos seus discursos, uma faceta solidária para com a população negra moçambicana e opondo-se de forma declarada à imposição dos valores ocidentais naquela sociedade africana por parte dos colonos brancos portugueses. Os representantes da população negra nas suas obras literárias são personagens cuja importância é apenas relativa à casa, são os chamados “mainatos” que desempenhavam a maioria das tarefas domésticas e que, por isso, se movimentavam nos mesmos espaços que a população colona branca, contrariamente à restante população negra que viveria em espaços separados dos colonos. A casa e os ambientes restritos onde as mulheres circulam funcionam, assim, como microcosmos da sociedade colonial moçambicana como um todo, já que, através do funcionamento das relações formais e informais entre os vários elementos que neles convivem diariamente, é possível inferir a estratificação social que se viveria na sociedade moçambicana de forma mais alargada. Como se verá a seguir, são obras que dão conta de factos sociológicos recentemente comprovados e que têm por objectivo desmontar e contrariar alguns mitos difundidos pelo discurso oficial relativo a esta época cujo objectivo teria aparentemente sido o de fundamentar de forma altruísta a colonização em África, encobrindo os verdadeiros motivos da presença portuguesa nestes territórios.

Teolinda Gersão, Lídia Jorge e Isabela Figueiredo parecem ter a mesma preocupação: a de representar uma sociedade espartilhada por motivos raciais ou económicos, extremamente injusta particularmente no que diz respeito às populações nativas, que serviria apenas uma minoria privilegiada detentora do poder económico e político. As classes sociais dominadas detêm todo o protagonismo nestas obras, quer os seus elementos pertençam ao mundo dos colonos, quer ao dos colonizados, sendo possível estabelecer como vector comum entre elas o olhar compassivo e solidário das narradoras para com as vítimas de opressão. Os motivos originadores da revolta das populações nativas e dos dez anos de guerra pela independência de Moçambique, que fazem parte da história recente de Portugal, estão aqui subentendidos, podendo-se depreender que também justificados, conforme oportunamente se referirá.

Em *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão verifica-se o que Isabel Ferreira Gould considera ser uma tendência do novo romance português de revisitação africana: a “preferência nítida pelas temáticas da família e da mulher colonial” que, deste modo, “se propõe examinar a identidade do Portugal colonial e pós-imperial” (Gould, 2007: 65). Neste romance explora-se a experiência colonial feminina a partir da perspectiva da mulher pobre, mais concretamente na figura de Amélia, sendo o romance “que mais incisivamente explora a experiência colonial feminina” (idem: 69), “colocando a questão se a mulher plebeia e órfã, oriunda de um Portugal rural e salazarista, teve de facto oportunidade em África de ascender socialmente” (idem: 70), segundo a mesma autora. Consideramos nós que este romance não questiona apenas a oportunidade de ascensão social das mulheres, mas dos colonos pobres de origens humildes que, conforme é demonstrado por Cláudia Castelo, a partir dos anos 40 da época colonial, começam a procurar em cada vez maior número as ex-colónias como último recurso para melhorar as suas condições de vida já que em Portugal essa oportunidade lhes seria negada:

A partir de meados dos anos 40 começam a afluir ao Ministério das Colónias pedidos de passagens gratuitas para Angola e Moçambique e de colocação profissional nestas províncias. Regra geral são cartas de gente simples e pouco letrada, que se queixa das dificuldades da vida, do desemprego, da miséria e mesmo da fome. (...) Acreditam que lá poderão viver melhor, como dizem os jornais e os conhecidos ou familiares que já foram e mandaram notícias animadoras. (Castelo, 2007: 126)

No entanto, o governo só muito lentamente irá levantar os entraves à entrada de colonos sem capital, formação superior ou capacidades técnicas pois durante muitos anos considerava-se que “Às colónias devem dirigir-se apenas indivíduos com conhecimentos técnicos, quadros da indústria, do comércio e, sobretudo, da agricultura: técnicos que dirijam grandes empresas, técnicos que tomem conta de pequenas e médias explorações agrícolas.” (idem: 76). Armindo Monteiro, à frente da pasta das colónias entre 1931 e 1934, assume esta posição, apoiado por Oliveira Salazar, e afirma mesmo: “Gente que chegue desprovida de saber e de capital não faz falta em África: dessa temos lá milhões. Não estamos em situação de gastar dinheiro a transportá-la – e depois, por força das coisas, a repatriá-la.” (Monteiro *apud* Castelo, 2007: 76), o que teve como consequência principal que, durante todos estes anos de restrições à entrada de colonos pobres, a colonização dos territórios africanos se tenha feito essencialmente através da tentativa de atracção de brancos da metrópole que iriam para África para recorrer à mão-de-obra negra, já que iriam sempre em posições de chefia.

Mais uma vez, repare-se nas palavras de Armindo Monteiro:

Colonizar é fundamentalmente tratar do negro. O branco, por agora pelo menos, está destinado a ser o dirigente, o técnico, o responsável. Nos Trópicos faria triste figura a trabalhar com o seu braço, ao lado do nativo. Este é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece (...) (ibidem)

Só a partir de 1947 são tomadas medidas que contribuem para um acelerado crescimento da emigração livre para as colónias, mas ainda com muitas reservas que apenas serão levantadas em 1956 com a publicação de um decreto-lei que torna possível “a entrada e fixação em qualquer dos territórios nacionais de todos aqueles que possam integrar-se utilmente na comunidade local” (Castelo, 2007: 134), mantendo-se algumas restrições para evitar que se deslocassem para os territórios ultramarinos pessoas sem profissão ou meios de sustento no destino que se considera que “em nada contribuiriam para o progresso das províncias” (*ibidem*).

Os maiores incentivos à migração para as ex-colónias decorrem tardiamente, já durante a Guerra Colonial, conforme é referido por Margarida Calafate Ribeiro:

Relembre-se que, ao mesmo tempo que decorria a Guerra Colonial, o regime estimulava a ida de famílias para colonizar as terras africanas, oferecendo passagens, concedendo empréstimos para explorações agrícolas através das Juntas Provinciais de Povoamento e outras facilidades.

Nos jornais da época e na revista *Permanência* – publicada pela Agência Geral do Ultramar, dedicada ao Portugal além-mar e cujo nome não nos deixa dúvidas sobre as intenções desta publicação – é dada notícia deste movimento, estimulado pelo regime através de uma legislação que apontava o Ultramar como o destino de emigração dos portugueses europeus, assim tentando contrariar o fluxo migratório para a Europa, que ia minando a opção ultramarina. (Ribeiro, 2007: 25)

Quanto às motivações principais dos colonos, é reconhecido agora que a ascensão a um estatuto social superior àquele em que estariam integrados na metrópole seria um factor a ter em conta como uma das causas para a deslocação para África, conforme é referido por Cláudia Castelo:

Nos guias do colono, em artigos publicados nas revistas coloniais e em discursos oficiais é frequente associar-se a decisão de migrar para as colónias ao desejo nacionalista de engrandecer o império. (...) Por seu turno, na literatura colonial, o gosto de aventura emerge como um dos principais móbeis da partida. Na realidade, coexistiam diversas e complexas motivações (...)

No caso específico dos fluxos migratórios da metrópole para o ultramar, há que ter em conta que o migrante tem a percepção de que no destino se irá enquadrar no estrato dominante da sociedade, independentemente da sua posição social e económica, tanto à partida como no seio da própria comunidade colona. De facto, os territórios coloniais ofereciam oportunidades acrescidas aos naturais da metrópole, devido ao seu modelo económico (assente na exploração de mão-de-obra local, abundante e barata) e à própria estrutura social construída com base em fortes barreiras raciais que protegiam os colonos das ameaças exteriores e lhes garantiam um estatuto e um prestígio inquestionáveis. (Castelo, 2007: 203)

Esta percepção de ascensão a um estatuto social superior em Moçambique de que Amélia se revela consciente é a causadora de toda a frustração manifestada pela personagem ao longo do romance de Teolinda Gersão. A visão de Amélia relativamente ao espaço em que se movimenta, transmitida ao leitor, é deturpada no sentido em que esta personagem é representativa dos migrantes portugueses pobres que elegem como destino África por não terem encontrado na sua própria terra, Portugal, horizontes para uma vida melhor, sendo seduzidos pela propaganda governamental que teria por objectivo convencer a população

portuguesa de que a migração para as províncias ultramarinas faria parte de um desígnio nacional de fortalecer o império, tornando civilizados estes territórios com o auxílio dos europeus. Os brancos eram instados a considerarem-se superiores e o seu percurso em África seria sempre ascendente, devido à disposição que teriam de mão-de-obra indígena barata. A frustração de Amélia resulta do facto de o seu marido pertencer a um grupo restrito de colonos brancos que, em vez de explorarem os negros, se identificam com eles, sendo, por isso, ignorados e desdenhados pelas classes privilegiadas por considerarem que os brancos como Laureano denegriam a imagem do colono branco português em geral, rebaixando-se ao nível dos indígenas. Amélia denuncia o sentimento generalizado por parte do colono branco em África de superioridade em relação à população negra que teria como função apenas servir como mão-de-obra barata e acessível para a restante população. A mistura entre raças não é admissível segundo o ponto de vista desta personagem pois constituiria factor de diminuição de prestígio social por contrariar a divisão racial tacitamente aceite no seio da comunidade branca entre brancos-superiores e negros-inferiores. Isabela Figueiredo afirma o mesmo de forma bastante directa:

Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo. (Figueiredo, 2009:25)

Estudando os censos de Moçambique realizados em 1940, 1945 e 1950, Cláudia Castelo verificou também que “havia poucos mestiços com um progenitor branco (a maioria era o resultado da união de homens negros, mestiços ou indianos com mulheres indianas, mestiças ou negras” (Castelo, 2007: 234), considerando assim que “nas entrelinhas percebemos que a mestiçagem estava sujeita a uma reprovação social (...). A realidade permanecia longe do elogio da miscigenação inscrito no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.<sup>6</sup>” (*ibidem*).

Mas na época haveria já vozes discordantes desta linha política, conforme se verifica na transcrição de um excerto de uma tese de Simão Saportes, que considerava a mestiçagem um facto natural em todas as colonizações, apresentada no I Congresso da Colonização em 1934:

Mesmo modernamente, não consta que a América do Norte, a África do Sul, a Austrália e mesmo o Brasil, etc., se tivessem feito com pessoas escolhidas, com técnicos, com catedráticos, com literatos, com poetas. Nada disso. O que consta é que se fizeram com condenados, párias, desesperados da vida, aventureiros, desgraçados, toda a chicória das sociedades. (Saportes *apud* Castelo, 2007: 78)

Contudo, o considerado “colono perfeito” pelo governo português devia saber ler e escrever e ter um ofício, doutro modo não teria vantagens sobre os indígenas. As mulheres

---

<sup>6</sup> Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo, antropólogo, escritor e pintor brasileiro atacou em *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, os preconceitos sobre a inferioridade dos negros, índios e mestiços, considerando a mestiçagem uma fusão harmoniosa de raças e culturas e valor a ser preservado. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u469488.shtml>)



eram vistas como essenciais à colonização, desde que possuíssem boa resistência física, de forma a possibilitar ao colono “o afastamento de todas as tentações e vícios imorais, a reprodução da família cristã. Os filhos mestiços eram encarados como a causa de muitas perturbações sociais a evitar escrupulosamente.” (Castelo, 2007: 249).

Quanto ao tratamento aconselhado a dar aos indígenas, o método sugerido era o paternalismo já que a principal função do colono branco seria o de educar o nativo de raça negra: “recomenda-se a tolerância, mas sem comprometer a educação que se lhe deve ministrar. Tanto a violência como a fraqueza não são métodos civilizadores: os povos atrasados, tal como as crianças, devem ser educados através de uma conduta firme, justa e protectora (...)” (*idem*: 250), já que a percepção generalizada do nativo feita pelo colono era ditada por preconceitos vários sobre a sua personalidade, sustentados pela convicção geral de que a sua cor de pele e constituição física lhes garantiam uma maior resistência ao clima, ao esforço físico e à dor, crenças estas que não passariam de subterfúgios usados com o objectivo de sustentar os interesses próprios do sistema colonial que “pretendia compeli-los ao trabalho, integrá-los no mercado, criar-lhes necessidades de consumo, convertê-los ao catolicismo, afastá-los de práticas consideradas imorais ou desumanas, numa palavra: civilizá-los.” (*idem*: 268): O indígena era, assim, considerado à partida:

(...) indolente, preguiçoso, sem preocupações de consumo e poupança, sem interesse pelo trabalho, capaz de explorar o trabalho das mulheres e das crianças, com propensão para o alcoolismo, mentiroso, vaidoso, supersticioso, primitivo em termos culturais; dominado pelos instintos, sobretudo pelo instinto sexual e ainda não totalmente liberto da condição selvagem ou animal. (*idem*: 268-269)

Pelo que, entre as causas de conflitos e de mal-estar sentidas entre a população africana, a par de outras como a ocupação das terras, o comércio de permuta explorando o indígena, a cobrança de impostos e a falta de respeito pelas autoridades gentílicas, estaria o facto de serem, na maioria das vezes, recrutados à força para o trabalho (tipo de recrutamento este denominado de “*chibalo*” em Moçambique), cujo objectivo era o de colocar à disposição dos colonos mão-de-obra barata em nome da suposta educação dos negros e da correcção dos vícios acima enumerados. O relato de Isabela Figueiredo nas suas memórias sobre a sociedade colonial de Lourenço Marques aparece, assim, confirmado pelo exposto no estudo de Cláudia Castelo: o pai de Isabela Figueiredo mais não faria do que seguir a tendência geral, aconselhada pelas próprias autoridades, de tratamento dos negros, forçando-os ao trabalho como sendo para seu próprio bem. A ordem considerada natural das coisas era o negro a servir e o branco a mandar, conforme é referido também no livro de memórias de Isabela Figueiredo:

Os criados eram pretos e nós deixávamos-lhes gorjeta se tivessem mostrado os dentes, sido rápidos no serviço e chamado patrão. Digo nós, porque eu estava lá. Nenhum branco gostava

de ser servido por outro branco, até porque ambos antecipavam maior gorjeta. (Figueiredo, 2009:23)

O objectivo geral da presença dos colonos portugueses em África, difundido pela maioria, seria o de educar o negro segundo os parâmetros de civilização ocidental, contrariando a sua indolência natural, de forma a melhorar o seu nível de vida. A utilização desta força de trabalho forçada e mal remunerada seria generalizada, assim como os preconceitos sobre a personalidade dos negros denunciada pela autora como fazendo parte da mentalidade dos colonos brancos e condicionadora do tratamento dado aos negros nas relações laborais. O pai de Isabela Figueiredo parece ser um espelho da convicção geral de que o trabalho dos negros não deveria ser bem remunerado e a exploração da sua força laboral faria parte das relações normais de trabalho, dado que, no dizer de Cláudia Castelo:

No sector privado, houve sempre uma enorme diferença salarial entre brancos, por um lado, e negros e mestiços, por outro. (...) Além dos salários serem extremamente baixos, eram frequentes os despedimentos sem justa causa, por faltas insignificantes ou por capricho do empregador (responder à “senhora”, fugir para não levar mais “porrada”, queimar umas calças com o ferro de engomar, andar a estudar); atrasos no pagamento; e corrupção na admissão do pessoal. (...) Havia a ideia corrente de que os africanos não precisavam de grandes ordenados porque não sabiam ganhar o dinheiro: era todo gasto em bebidas.” (Capela e Macedo *apud* Castelo, 2007: 330).

Conforme refere ainda Cláudia Castelo, “Nas colónias, só muito tardiamente se começou a investir na escolarização dos africanos. Não havia qualquer interesse em fornecer oportunidades de ascensão social aos nativos: o trabalho indiferenciado era a sua única utilidade.” (Castelo, 2007: 286). Em *A Árvore das Palavras*, a personagem Roberto, amigo de Gita, reflecte essa escolarização tardia, as restantes personagens representativas dos nativos espelham a falta de instrução generalizada neste sector populacional.

Faria parte também das políticas governamentais de colonização o fornecimento de instruções e conselhos aos colonos com o objectivo de enquadrar o seu comportamento nas províncias ultramarinas, contribuindo para reforçar a coesão racial da comunidade colona num ambiente considerado potencialmente hostil:

No ultramar, a solidariedade racial deveria sobrepor-se às divisões sociais e a quaisquer conflitos internos da comunidade colona, dando para o exterior uma imagem de unidade a toda a prova. Disso dependia a perpetuação do domínio colonial. (...) **Para um branco, o único trajecto possível (aceitável e expectável) na sociedade colonial era ascendente. Condutas ou situações consideradas divergentes ou imorais que pudessem rebaixar o colono aos olhos do indígena, como a miscigenação, a cafrealização, o convívio igualitário com os africanos, o desemprego, a mendicidade eram particularmente temidas, pois, nesses casos, a ameaça ao prestígio e à unidade da comunidade colona partia de dentro.**<sup>7</sup> (Castelo, 2007: 251)

---

<sup>7</sup> Sublinhado nosso

A própria sociedade colonial resistiria à entrada de indivíduos provenientes da metrópole sem habilitações para que não houvesse o perigo de rebaixamento dos europeus aos olhos dos indígenas. No entanto, os colonos sem qualificações escolares ou profissionais que conseguiram entrar “sentiam-se particularmente coagidos a adoptar uma postura de superioridade e distância face aos africanos” (*idem*: 287), por receio de “serem postos à margem da sociedade colonial” (*ibidem*), resistindo a desempenhar as mesmas tarefas que estes. A divisão racial que se faria sentir nas sociedades coloniais africanas portuguesas, incentivada pelas instâncias superiores, far-se-ia sentir não apenas nos relacionamentos entre os grupos, mas teria também reflexos ao nível do próprio meio físico envolvente:

À medida que aumentava o povoamento branco, aumentava a necessidade de tornar o espaço doméstico familiar e reconhecível aos olhos dos outros colonos, dissociá-lo claramente das sanzalas e do mato circunvizinhos, imunizá-lo a qualquer ameaça de desregramento. (*idem*: 261)

Pelo que, nos colonatos, se poderia verificar uma preocupação geral em recriar aldeias “em tudo semelhantes às aldeias portuguesas, desde os nomes, às casas, às igrejas, aos cruzeiros, aos fontanários, aos quintais e aos pomares.” (*ibidem*), preocupação esta extensiva aos espaços urbanos, onde a arquitectura das zonas residenciais dos colonos reflectiria a sua proveniência, mas onde “era mais forte a estratificação social no seio da população europeia.” (*idem*: 264). O ambiente citadino, ao contrário do que se passava nas povoações do interior de Angola e Moçambique, estaria dividido não apenas consoante o grupo racial dos seus habitantes, mas também de acordo com o nível social das populações:

Morais Martins afirma que “nas cidades o núcleo europeu ou de ascendência europeia já estava nitidamente compartimentado em classes de contornos bem definidos e baseados, essencialmente, na ocupação profissional, na instrução e nos rendimentos.” (Martins *apud* Castelo, 2007: 264-265)

Esta estratificação é ainda confirmada pelo próprio governador-geral de Moçambique, José Tristão de Bettencourt, no início dos anos 40:

Nas pequenas cidades e vilas, nota-se ainda um quase completo nivelamento social, sem distinções de hierarquia social, de classe, de meios de vida, de nome ou de educação. Em Lourenço Marques, porém, e na Beira, existe já uma estratificação, e pode falar-se duma “sociedade” e duma “classe média”. Infelizmente, de há poucos anos para cá começou a formar-se, também, uma “classe pobre”. (Bettencourt *apud* Castelo, 2007: 265)

Isabela Figueiredo confirma também esta separação na entrevista ao jornal *Público*, reconhecendo que a sua família fazia parte do estrato de colonos considerados menos favorecidos economicamente:

A diferença de classes entre portugueses não é uma coisa que me preocupe, é uma coisa que para mim era normal. Eu era a filha do electricista, e gosto dessa ideia. Ouvia o meu pai falar sobre as casas dos senhores da alta, onde ele ia fazer as instalações. O meu pai era um

homem pobre, foi para África porque precisava de ganhar dinheiro, estava sempre a dizer-nos que não éramos ricos, éramos remediados. Eu sabia o meu lugar no esquema da sociedade colonial. (Figueiredo *in* *Jornal Público*, Dezembro 2009)

Em *A Árvore das Palavras*, esta divisão de classes no seio dos colonos é evidente e constitui temática central do romance: os conflitos no interior da família de Gita são consequência da sensação de pertença a um estrato social inferior por parte de Amélia, devido aos fracos recursos económicos e ao baixo nível de instrução dela e do seu marido, quando comparada a sua situação à dos colonos de estatuto elevado também residentes em Lourenço Marques; o desfecho do relacionamento de Gita e Rodrigo espelha também esta diferenciação.

A sociedade urbana é descrita por Cláudia Castelo como dividida não só em termos raciais, mas também em termos económicos, confirmando-se assim o perfil considerado ideal do colono: “homens previdentes, morigerados, moderados, com qualificações escolares e profissionais, que não se deixam cafrealizar, resistem às influências degradantes do meio e, de preferência, chegam acompanhados ou mandam vir da metrópole mulheres brancas (...)” (Castelo, 2007: 250). Por sua vez, o branco, por mais humilde que fosse, era sempre superior ao indígena e em nenhuma circunstância o deveria esquecer. A miscigenação, quer em termos biológicos, quer culturais seria mal aceite e encarada como um problema porque encarada sob o prisma da degeneração da raça branca que, a longo prazo, poderia mesmo resultar no seu desaparecimento no mundo colonial. Ana Cristina N. Silva, no seu estudo sobre o registo fotográfico do mundo colonial africano, afirma o seguinte:

Esse problema [da miscigenação] incluía, por sua vez, a preocupação com fenómenos de “regressão civilizacional” de “europeus brancos” que, sob o efeito das condições ambientais e culturais das colónias, adoptavam modos de vida mais próximos das populações nativas do que das metropolitanas, contrariando, com isso, o objectivo moral da colonização, que era o de transformar nativos “primitivos” em gente “civilizada” e pondo também em causa o prestígio da presença europeia e a ideia da sua superioridade económica, cultural e racial. (Silva, 2009: 109)

Nos ambientes rurais, este problema colocava-se essencialmente entre os grupos dos chamados brancos internados no sertão, que perdia em pouco tempo a sua superioridade e caía numa espécie de marasmo moral e intelectual. Em espaços urbanos, a ameaça à suposta primazia da raça estaria no grupo dos brancos economicamente menos favorecidos:

Problemáticos, do ponto de vista da vigilância das fronteiras raciais e culturais e da preservação do prestígio do colonizador podiam também ser os brancos pobres (...) cujo modo de vida podia aproximar-se perigosamente dos modos de vida nativos. (*idem*: 110)

Continuando a fazer o paralelismo com o romance de Teolinda Gersão, verifica-se que a personagem de Laureano é uma ilustração das considerações destas autoras ao pôr em causa a separação racial que se reflectiria nos modos de vida distintos. A forma de estar de Laureano

em Lourenço Marques é mais aproximada ao estilo de vida da população negra e, por isso, impeditiva da tão ambicionada ascensão social, sendo vista por Amélia como pondo em causa o prestígio dos colonos brancos em geral e da sua família em particular. Amélia, por seu turno, tenta desesperadamente contrariar a miscigenação estimulada no seu ambiente familiar pelo marido e pela filha, impondo a separação Casa Branca / Casa Preta sentida por Gita, como forma de desincentivar a mistura que sabe ser objecto de censura por parte das classes mais favorecidas com as quais convive no seu dia-a-dia profissional. Já o pai de Isabela Figueiredo seguiria a tendência geral de separação racial e colocaria as devidas barreiras impeditivas de qualquer aproximação entre o grupo dos colonos e o dos colonizados ao lidar no seu dia-a-dia a nível unicamente profissional com os negros.

Por seu turno, os africanos que adoptavam aspectos do modo de vida europeu eram sujeitos à depreciação dos colonos. As suas indumentárias, que teriam por objectivo imitar os trajes ocidentais, eram objecto de troça, assim como o seu português incorrecto que mal saberiam falar ou escrever, questionando-se, assim, a sua capacidade de assimilação da cultura europeia (Castelo, 2007: 270). Os únicos “assimilados” que ganhariam algum nome e respeito entre a comunidade branca eram os trabalhadores domésticos, mainatos, cozinheiros, amas, etc., no entanto, estes relacionamentos eram também “sujeitos a regras profundamente hierárquicas e desequilibradas.” (*idem*: 276), e mesmo estes seriam vítimas de estereótipos, eram considerados bêbedos e ladrões, estando, por isso, geralmente a despensa e o armário de bebidas a eles trancados:

O Padre Daniel da Cruz, referindo-se aos serviços domésticos de Moçambique, assim trata do assunto: “se não andarem bem vigiados, embebedam-se sempre que podem e não teem o menor escrúpulo de roubar quantas coisas encontram, principalmente de comer e de beber. O ponto é poder fazê-lo impunemente.” (Cruz *apud* Zamparoni, 1999: 170)

Só depois do início da guerra colonial, sentindo-se a necessidade de conquistar as populações, o poder político procedeu à tentativa de alterar a imagem que circulava entre os metropolitanos sobre os africanos, desde logo com a abolição do estatuto do indigenato (“indivíduos de raça negra ou deles descendentes que, pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça” (Silva, 2009: 111) que teria mais obrigações que direitos e aos quais não era concedida a cidadania portuguesa) e a concessão da cidadania portuguesa a todos os habitantes das províncias ultramarinas, desenvolvendo-se, durante a guerra colonial uma acção psicossocial que tinha por objectivo promover a aproximação entre negros e brancos, contudo a política de integração e harmonia multirracial entrava em choque com práticas culturais dos colonos reproduzidas há décadas:

Era difícil convencer indivíduos que cresceram ouvindo que os ‘pretos’ eram inferiores, serviam apenas para trabalhar, era necessário coagi-los ao trabalho, porque eram por natureza ociosos, a conviverem de igual para igual com os africanos, precisamente no momento em que alguns deles contestavam o domínio português. (Castelo, 2007: 275).

Ana Cristina Silva, analisando as fotografias de finais da década de 20 do período colonial em Moçambique, confirma o cepticismo generalizado no que à suposta “civilização” dos negros diz respeito:

Sob a acção civilizadora da presença europeia os indígenas transformavam-se, como as fotografias pretendiam mostrar, mas a linguagem na qual se exprimia essa transformação continuava a ser a linguagem da diferença. Os lugares (por vezes ambivalentes) onde o conjunto das populações nativas foi arrumado nos álbuns, o modo de fotografar essas populações bem como as legendas que acompanham as suas fotografias convergem num só objectivo: o de demonstrar o sucesso mas também a lentidão do processo de transformação e a sua superficialidade; ou, até, o de sugerir que só muito dificilmente o indígena se poderia converter num genuíno cidadão português/europeu. (Silva, 2009: 112)

A vida dos colonos, por seu turno, pautava-se por um certo desafio entre uma minoria privilegiada detentora do poderio económico, entre o colono “ideal” ao qual as políticas neste campo durante anos se dirigiram e que ocupava os cargos de chefia. Se nos anos 20 e 30 as principais cidades eram apenas pequenas vilas provincianas sem condições básicas de saneamento ou electricidade, a partir dos anos 50 “tornaram-se meios progressivos, modernos, com uma vida social, cultural e recreativa dinâmica, relativamente liberais em termos de opinião pública e de costumes, ainda que no quadro prévio da censura e das barreiras raciais” (Castelo, 2007: 266-267), conforme o exposto em *A Árvore das Palavras* através da vivência de Gita enquanto adolescente.

Quanto aos negros, segundo Valdemiro Zamparoni, as suas condições de vida seriam totalmente opostas: “Suas casas eram de barro e varas, cobertas de caniço e de chão batido, com poucos móveis: camas, bancos, eventualmente uma mesa. A comida era preparada em fogo de lenha, em panelas de barro assentes sobre pedras.” (Zamparoni, 1999: 163)

Nomeadamente no que diz respeito à situação das mulheres brancas, verifica-se que, nesta altura, já era bastante elevado o número das que trabalhavam fora de casa e frequentavam os locais de lazer tal como os homens, dado que, na sua maioria, estariam libertas dos afazeres domésticos graças à abundância de criados a baixo custo (Castelo, 2007: 267). Apesar disto, era uma sociedade de valores tradicionais e patriarcais em que as mulheres estariam sempre em posição de submissão em relação aos homens, sendo o seu estatuto totalmente dependente da posição social do marido. As tarefas domésticas e a educação dos filhos seriam a sua principal ocupação que se sobreporia a todas as outras. No entanto, a maioria das colonas confiava as tarefas domésticas aos nativos africanos por serem consideradas inferiores. Em Lourenço Marques e segundo os Censos, “95% de toda a força de trabalho assalariada em tarefas domésticas era composta por homens e mulheres africanos, tornando claro o carácter

subordinado atribuído, na mentalidade dos empregadores, a este tipo de trabalho, que reservava ao segmento racial tido como inferior as tarefas reputadas como degradantes e indignas.” (Zamparoni, 1999: 151).

No que concerne ao confronto social entre as mulheres pertencentes às duas raças em questão, constata-se que na sociedade de colonos, por seu turno, a mulher europeia seria colocada num plano muito superior ao da mulher africana, dado que esta última era reputada como tentadora, encarnando instintos selvagens como a sensualidade e a luxúria, sendo o objecto de desejos secretos por parte dos homens brancos. Assim:

(...) as mulheres europeias agiam como guardiãs da civilização e dos privilégios das pessoas de pele branca e assumiam a responsabilidade primordial de defender a dignidade e o prestígio do Império, mantendo a necessária distância social entre governantes e governados. (*idem*: 161)

Por este motivo, a maioria dos trabalhadores domésticos eram homens, os “mainatos” eram preferidos pela maior parte das colónias. Segundo Valdemiro Zamparoni, “embora, a partir dos anos quarenta, as “senhoras” brancas buscassem mulheres negras para atender a si e às suas crianças, elas temiam que seus maridos também quisessem ser servidos sexualmente (...) este ciúme sexual contribuiu para as divisões de raça e classe presentes no mercado assalariado de serviços domésticos” (*idem*: 152). Não é, portanto, de estranhar que a condenação das relações entre homens brancos e mulheres negras tenha conhecido um acentuado fortalecimento a partir do momento em que se verifica um aumento considerável de entradas de mulheres brancas nas colónias portuguesas de África, tendo-se reduzido, conseqüentemente, o número de uniões mistas e filhos mestiços devido ao reforço do estigma social sobre a miscigenação. O aumento do racismo nas colónias parece ter começado a acentuar-se com a ida da mulher branca nos anos 50, já que, até então, nos anos 30 e 40, há vários relatos que dão conta da aproximação entre colonos e nativos: “Até aos anos 30, 40, o racismo não era muito acentuado. Havia mais aproximação daqueles primeiros colonos; tinham mulheres negras, filhos mestiços. O racismo começou a acentuar-se com a ida da mulher branca.” (Fonseca do Amaral *apud* Cláudia Castelo, 2007: 289). Racismo e condenação da miscigenação parecem estar associados à entrada da mulher branca, pois após o seu aumento nas colónias, o registo de uniões mistas sofreu uma diminuição considerável: “Com o aumento da entrada de mulheres brancas nas colónias ter-se-á atravessado um período em que o número de novas uniões mistas e filhos mestiços foi muito reduzido” (Castelo, 2007: 291).

Na relação das donas de casa com os seus criados, segundo Cláudia Castelo, “havia barreiras simbólicas que não deveriam ser quebradas, sob pena de as senhoras alienarem o seu prestígio aos olhos dos nativos.” (*idem*: 286), razão pela qual o ambiente doméstico seria, de

acordo com Valdemiro Zamparoni, o que melhor reflectiria a estratificação social geral, o que está de acordo com a visão da casa que nos é dada no romance de Teolinda Gersão:

Talvez fosse no interior das casas dos colonos que factores como a raça, classe e sexo estivessem melhor delineados do que em qualquer outro espaço da vida colonial. Como essa relação entre patrões e empregados era, na prática, *majoritariamente* estabelecida entre as patroas brancas e os empregados negros, uma forma de convivência baseada no distanciamento e na rígida hierarquia era construída. As mulheres brancas que, na sociedade colonial patriarcal e machista, se encontravam numa posição de subordinação em relação aos homens brancos, procuravam inverter este exercício de poder sobre outros homens: seus empregados negros. (...) O exercício do poder, portanto, no universo doméstico, mas não só, se dava em dois níveis: primeiro, entre membros da mesma raça, onde o critério de subordinação era a pretensa inferioridade do sexo feminino e, num segundo momento, no relacionamento entre raças diferentes, o critério de género perdia importância e era substituído pelo de raça/classe. (Zamparoni, 1999: 168)

A mulher colona tenderia, portanto, a exercer o poder sobre os nativos seus subordinados como forma de represália relativamente à opressão que por sua vez sofreria por parte do homem numa sociedade de regras profundamente machistas e de estrutura patriarcal. A estratificação dos grupos baseada em critérios raciais sobrepunha-se à normalmente existente por critérios de género. É este o aspecto principal focado por Lídia Jorge em *A Costa dos Murmúrios* através da personagem de Helena. O tratamento dado por Helena aos seus mainatos, especialmente no que diz respeito a Odília, sua mainata particular, mais não é que a assunção de uma superioridade baseada em critérios raciais, exercendo sobre eles o poder que lhe é negado relativamente ao marido. Embora em circunstâncias diferentes, já que não se verifica o caso de opressão do marido relativamente à mulher, o mesmo aspecto da superioridade racial é focado em *A Árvore das Palavras* nas considerações de Amélia em relação aos negros em geral e, particularmente, à sua empregada negra, Lóia. No caso de Amélia, contudo, a opressão de que se sente vítima é por parte da sociedade em geral que não lhe permite a tão ambicionada ascensão social: tenta fazer a sua empregada sentir a inferioridade que ela própria sente em relação aos colonos economicamente privilegiados. As relações domésticas entre patroas brancas e empregadas negras são descritas como espelhando a divisão racial da sociedade como um todo, em ambas as narrativas; em ambos os romances a importância atribuída ao espaço doméstico não é neutra: este é considerado como o reflexo da estratificação social da sociedade envolvente, podendo ser, por este facto, considerado simbólico do ambiente colonial vivido em Moçambique.

A raça negra surge, na sociedade colonial da África portuguesa, na base da pirâmide social, abaixo das mulheres e do colono pobre. O colono branco, de sexo masculino, detentor de qualificações escolares e profissionais, ocupando posições de chefia e de elevadas posses económicas e financeiras, por sua vez surge no topo da estratificação social, sendo detentor de privilégios vários e olhado como superior pelos outros membros da sociedade. As divisões que



se fazem sentir na sociedade da época baseiam-se em três factores essenciais: raça, género e nível económico, sendo estes três factores considerados barreiras impeditivas de mobilidade social. A sociedade de Moçambique espelha, por sua vez, as divisões sociais do país de origem dos colonos, da sociedade machista e patriarcal de Portugal, em que os detentores de fracos recursos económicos seriam também eles postos de parte por uma elite centralizadora do poder político e financeiro. A diferença fundamental estaria relacionada com o factor racial que, então, pouco ou nada se faria sentir em Portugal, contrariamente ao que se verificava nas suas colónias, dado que nesta altura Portugal seria essencialmente um país de partida para a emigração e não de acolhimento de outras raças e culturas devido ao fraco desenvolvimento económico que caracteriza a época do Estado Novo. O factor racial só entraria em linha de conta nas províncias ultramarinas, devido a preconceitos vários inculcados à partida nas mentes dos novos colonos que se instalavam em África, incentivados, como já foi referido, pelas próprias autoridades.

No entanto, repare-se nas palavras de Cláudia Castelo no que diz respeito a um “sub-grupo” social do qual ninguém parece lembrar-se:

Há ainda a considerar o caso específico, que as ciências sociais ainda não exploraram, dos meninos filhos de colonos que, na rua, na escola, em casa (com os filhos dos criados), anulavam as diferenças da cor e construía a fraternidade, através de jogos, brincadeiras e cumplicidades. (...) À medida que cresciam ou só na idade adulta, os “brancos de segunda”, que tinham sido aqueles meninos, apercebiam-se com amargura que, pela estratificação do sistema colonial, eram afastados dos antigos companheiros, sem que lhes fosse dada oportunidade de se aproximarem (em termos económicos, sociais e simbólicos) dos novos colonos chegados da metrópole. Porém, dificilmente os brancos naturais das colónias (ou que lá viveram a infância) poderiam comungar das visões estereotipadas do africano, quando na sua experiência pessoal e emocional não viam “raças” mas pessoas concretas. (Castelo, 2007: 277)

Este grupo social está representado pela figura de Gita em *A Árvore das Palavras* e a ele qual pertence também Isabela Figueiredo, autora de *Caderno de Memórias Coloniais* que, por nascerem e crescerem nesta sociedade caracterizada pela mistura de raças e culturas, poderiam ter feito toda a diferença se, noutras circunstâncias, pudessem ter permanecido nos seus territórios natais. Estes filhos de colonos já não viam as raças dos que os rodeavam mas antes as pessoas e personalidades por detrás da cor da pele, conforme se pode verificar através das narrativas de dois dos seus elementos, de sexo feminino, já aqui analisadas. Os relatos destas duas brancas filhas de colonos portugueses dão atenção redobrada não aos outros colonos de cujo grupo é suposto fazerem parte, mas antes aos nativos negros, colocando-se do seu lado na denúncia das injustiças de que seriam alvo por parte da população branca. Identificam-se mais com a população nativa, apesar de negra, porque são elas mesmas também nativas africanas, sendo a cor da pele um mero pormenor superficial ao qual pouca ou nenhuma importância atribuem.

#### 4. Conclusão

Nas palavras de Homi Bhabha, os discursos das minorias étnicas ou culturais, que se verificam no pós-colonialismo, implicam o emergir de um outro espaço no contexto da história da humanidade, ocorrendo o que anteriormente não acontecia: o reconhecimento das marcas da diferença como pontos de convergência para a formação das identidades dos povos:

O discurso da minoria radica no acto do aparecimento no espaço *intermédio* entre imagem e signo, o cumulativo e o acessório, a presença e o representante. Ele contesta as genealogias da “origem” que conduzem à exigência de supremacia cultural e prioridade histórica. O discurso da minoria reconhece o estatuto da cultura nacional – e do povo – como o espaço conflitual e performativo da perplexidade do viver no meio das representações pedagógicas da plenitude da vida. Já não há razões para pensar que essas marcas da diferença – o tempo incomensurável do sujeito da cultura – não podem inscrever a “história” do povo ou tornar-se nos pontos de convergência da solidariedade política. (Bhabha, 2001: 554)

Em nosso entender, as obras de autoria feminina aqui trabalhadas conseguem relevar perante o leitor a diferença cultural como aspecto a ter em conta no que se refere à época colonial de Moçambique, representando uma sociedade injustamente espartilhada com base em critérios que teriam essencialmente a ver com a não-aceitação dessa diferença.

O primeiro dos romances abordados neste trabalho, de Teolinda Gersão, recorre à memória colectiva da época da colonização portuguesa para, através de vários planos narrativos fictícios de memórias individuais, estabelecer um diálogo entre ficção e História, problematizando a realidade colonial moçambicana. A variedade de pontos de vista de colonos de baixo estrato social no seu quotidiano comum é algo que distingue esta narrativa da maioria das obras literárias de temática colonial, ao posicionar-se do lado dos que permaneceram na retaguarda dos acontecimentos por não serem protagonistas de feitos considerados marcantes para a História, ou seja, os colonos pobres e subordinados às classes privilegiadas detentoras do poder económico, os nativos negros moçambicanos e as mulheres. O dia-a-dia de uma família comum de colonos portugueses em Lourenço Marques, antes e durante a guerra colonial, é o tema central deste romance, sendo posta em destaque uma faceta menos conhecida da colonização: a migração para as ex-colónias de portugueses de fracos recursos económicos, como forma de fugir à miséria em que viviam em Portugal.

Por seu lado, *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge, cuja acção decorre em plena guerra pela independência de Moçambique, é escrito com base numa oposição central: a diferença entre o discurso formal dos acontecimentos, exposto logo no início da obra através do relato de “Os Gafanhotos” e a progressiva desconstrução desta narrativa introdutória ao longo de toda a segunda parte do romance, através das rememoração dos acontecimentos por parte da narradora, desfazendo o mito do herói guerreiro da guerra colonial, concedendo também protagonismo aos que se quedavam nos bastidores dos acontecimentos: os nativos moçambicanos e as mulheres, ambos subordinados a uma lógica machista da sociedade

patriarcal de influência ocidental retratada de forma crítica, irónica e satírica. A guerra em si mesma perde a importância para o quotidiano vivido na cidade da Beira na época do conflito, através do qual é espelhada uma sociedade injusta em que os negros e as mulheres são desdenhados pelos supostos heróis da guerra colonial que mais não são que personagens ridículas desprovidas de qualquer superioridade humana ou cultural, contrariamente ao que foi amplamente divulgado por discursos dos quais “Os Gafanhotos” é apenas um exemplo. A este propósito, Isabel Allegro de Magalhães, referindo-se apenas a este livro, afirma:

[Em *A Costa dos Murmúrios*], Estas cenas, retiradas do dia-a-dia – bem como as emblemáticas conexões implícitas ou explícitas entre elas -, revelam uma atitude profundamente crítica por parte da narradora diante de coisas tão importantes como o brio profissional dos militares, insensíveis a valores humanos mais importantes; o comportamento racista do exército, e de todos em geral, visível não só nos actos de guerra como numa quantidade de pequenos gestos; o papel dos jornalistas que, fiéis à ideologia do regime, mantêm silêncio sobre os factos (...) (Magalhães, 1995: 35)

Em *Cadernos de Memórias Coloniais*, Isabela Figueiredo concede todo o relevo do seu relato de memórias sobre os momentos vividos ao longo da sua infância em Lourenço Marques, durante e após a guerra colonial, aos negros que, segundo a própria autora eram desprezados na sua terra e aos quais não era atribuída qualquer importância como factor contributivo para o desenvolvimento daquela sociedade, sendo simplesmente postos de parte e usados com o único objectivo de servir os colonos brancos. Segundo a escritora, este facto verificar-se-ia nas relações quotidianas normais estabelecidas entre os membros dos diferentes estratos populacionais, pelo que seriam apreendidas facilmente por qualquer membro da comunidade que dela fizesse parte, mesmo que fosse ainda criança e, por isso, de vivência muito limitada. Na sua família, a separação racial far-se-ia sentir particularmente através da figura do seu pai, representativo dos brancos portugueses instalados em Moçambique, nomeadamente pela forma como este elemento da comunidade moçambicana encararia o seu papel enquanto colono em África como sendo de superioridade inquestionável em relação aos negros a ele subordinados. A intenção do relato é expressamente transmitida ao leitor: são postos em destaque os que a escritora considera vítimas de opressão por parte dos brancos, colocando-se contra a figura do pai e tudo o que ele representava.

Estas obras de autoria feminina, ao retratarem a sociedade de Moçambique na época da colonização portuguesa, sublinham o ponto de vista dos acontecimentos por parte dos naturais africanos, conduzindo os leitores a colocarem-se na sua posição, acabando por salientar os motivos de descontentamento que estes muito possivelmente teriam em relação à presença dos portugueses em África. As autoras colocam, nos seus discursos sobre esta realidade, a tónica sobre a questão da tentativa de eliminação da diferença cultural dos povos colonizados pelos naturais da metrópole, responsáveis pelo povoamento, questionando as premissas anteriormente

aceites de supremacia das culturas ocidentais sobre as africanas, durante muito tempo consideradas inferiores por não seguirem as normas convencionadas do que se consideraria “civilização”. Ao relevar a diferença cultural nas suas obras, estas autoras surgem no seguimento do que Homi Bhabha afirma, referindo-se à expressão desta diversidade no pós-colonialismo, sendo produtoras de discursos que consistem em espaços de intersecção de culturas e pontos de vista que podem ser encarados como transformadores de toda uma realidade:

Ao eliminar as totalidades harmónicas da Cultura, a diferença cultural exprime a diferença entre representações da vida social sem exceder o espaço de significados e juízos incomensuráveis que são produzidos dentro do processo de negociação transcultural. O efeito dessa secundarização não é apenas a mudança do “objecto” de análise – por exemplo concentrar a atenção na raça e não na identidade sexual, nos saberes nativos e não nos mitos da metrópole; nem inverter o eixo de discriminação política, instalando no centro o termo excluído. A analítica da diferença cultural intervém para transformar o cenário da articulação – não apenas para perturbar a lógica da discriminação. Muda a posição da enunciação e as relações de discurso dentro dela; não só o que é dito, mas donde é dito; não apenas a lógica da articulação, mas o *topos* da enunciação. (Bhabha: 2001: 560)

Conforme verificámos, não é apenas a questão da discriminação racial que surge destacada nos livros aqui trabalhados, a divisão da sociedade com base em questões de género ou de nível económico é também salientada nas obras analisadas, como sendo factores impeditivos de mobilidade social impostos por uma minoria detentora do poder económico e político e como meio de garantir a manutenção de privilégios e ela exclusivos. Os pontos de vista dos estratos populacionais de fraco poder interventivo a nível social resultantes destas discriminações são expostos nos três livros, constituindo temática comum aos referidos relatos.

Quanto à situação das mulheres na época, Margarida Calafate Ribeiro, no seu trabalho de recolha de testemunhos verdadeiros de mulheres que acompanharam os maridos em África durante a guerra colonial, refere-se ao facto de os seus desempenhos terem sido sistematicamente ignorados nos grandes feitos ainda hoje assinalados como fazendo parte da História de Portugal, não sendo excepção o caso particular da expansão portuguesa em territórios ultramarinos, por serem vistas como pouco significativas pois a sua importância resumir-se-ia ao espaço doméstico. Referindo-se aos versos de Camões em *Os Lusíadas* que precedem a fala do Velho do Restelo, enaltecendo não só a aventura masculina de partida, mas também a aventura feminina das mulheres que ficavam e definindo, assim, “os papéis a desempenhar por cada sexo na construção da nação a vir” (Ribeiro, 2007: 20), esta autora acrescenta:

Viajar, construir, guerrear e governar, contra ficar, assistir, acompanhar, amar – seriam estes os papéis dos dois sexos na construção da nação e do império. E o império se cumpriu pela via masculina, invisibilizando as mulheres. Teríamos de esperar cinco séculos para que

estudos, ficções, filmes e séries televisivas começassem a revelar o rosto feminino da expansão, pois sabemos que desde cedo elas viajaram nas carreiras marítimas. (*ibidem*)

As figuras femininas dos romances de Teolinda Gersão e de Lídia Jorge dão visibilidade às mulheres no espaço colonial português; elas não desempenham grandes feitos de valor histórico, mas surgem como essenciais à sustentação de uma organização social que funcionaria como suporte para a expansão do império português. O ambiente doméstico em que elas se movimentam espelha a realidade social vivida na época pois estas mulheres seriam fundamentais para a preservação e manutenção das normas sociais ocidentais que se pretendiam transpor para o espaço africano, implicitamente aceites pela maioria das populações - quer se tratassem de colonos ou de colonizados - e seria desde logo no espaço doméstico que essa preservação se faria notar, mesmo que a transposição desses valores implicasse também a menorização do seu papel naquela sociedade.

É ainda nossa convicção que os três livros aqui trabalhados fornecem informações importantes relativas ao ambiente que se vivia em Moçambique durante a época colonial, por fazerem uma abordagem mais emocional dos factos. Os dois romances conseguem essa abordagem através da criação de personagens verosímeis e sustentadas por vivências hoje em dia comprovados e o relato de memórias de Isabela Figueiredo, devido à exposição explícita do seu ponto de vista em relação à sua experiência em terras africanas, confirma a representação social das narrativas de ficção. Esta faceta emocional é recusada aos discursos histórico e sociológico, pois a estes é exigido o distanciamento racional e supostamente neutro ou isento e, por isso, impeditivo da vivência aproximada das situações por parte do receptor. Contudo, e como já foi anteriormente referido, estes últimos são também linguagem produzida por e para alguém com um objectivo, não podendo ser considerados como totalmente desprovidos de uma perspectiva, conforme é sustentado nos dias de hoje. Assim, a literatura baseada em factos verídicos pode ser vista como outra forma de relatar a mesma realidade, constituindo outro discurso sobre a essa realidade, permitindo uma melhor compreensão de factos e emoções que terão sido vividos pelos nossos antepassados ao fornecer ao receptor a oportunidade de se posicionar perante as situações e ao proporcionar o transporte dos acontecimentos para o seu presente, através da vivência ficcionada de experiências passadas.

A tomada de posição explícita ou implícita é permitida ao narrador de textos literários, contrariamente ao que se verifica em discursos objectivos e factuais. Conforme vimos, a crítica às classes de colonos brancos dominantes por oposição à opressão de que eram vítimas os negros na sociedade colonial de Moçambique é feita expressamente nos livros de Lídia Jorge e de Isabela Figueiredo, contudo em *A Árvore das Palavras* está implícita na técnica discursiva eleita pela escritora; o seu posicionamento do lado dos mais fracos é visível em subterfúgios narrativos utilizados ao longo do romance que, apesar disso, não tornam menos notória a

solidariedade da autora não só em relação às populações nativas mas também aos colonos de fracos recursos económicos. Compete ao receptor fazer o processamento da informação.

O registo eleito pelas três autoras é o tom memorialista, ou seja, a exposição ficcional ou verídica de experiências passadas é a técnica narrativa escolhida para as obras aqui abordadas, sendo a conseqüente fragmentação das narrativas característica comum, parecendo seguir a tendência aludida por Isabel Allegro de Magalhães sobre os textos fragmentados verificados em larga escala nas escritas de responsabilidade feminina:

A sensação que nos dão muitos destes textos é a de um constante vaivém entre múltiplas coisas ao mesmo tempo, paralelo sem dúvida à forma como as mulheres vivem o seu quotidiano, respondendo a um sem-número de solicitações em simultâneo, uma escrita, esta, homóloga do policentrado viver feminino. Estamos perante narrativas que, na sua fragmentação, na sua errância e aparente desordem, manifestam a associação constante de várias redes semânticas não hierarquizadas na memória. (...) Apresenta, esta escrita, uma ruptura subterrânea com o símbolo do calendário e também com o do tempo da realidade social que mutila a interioridade do seu tempo, o que significa a ruptura com a ordem simbólica dominante. É que, se a tendência para “descronologizar” a narrativa parece ser hoje geral em homens e mulheres, é seguramente na prosa feminina que ela surge com mais nitidez. (Magalhães, 1995: 43)

Registo memorialista este que se faz sentir em duas vertentes: a inscrição de uma memória individual e particular de cada responsável pelas narrativas específicas de cada obra, por um lado, e de uma memória comum e colectiva de uma época histórica significativa do passado recente de Portugal, por outro. Esta escrita de memórias, preferida pelas três escritoras nos livros aqui abordados, corresponde ao que Isabel Allegro de Magalhães afirma ser a “atração palpável” (*idem*: 41) das autoras femininas por formas pessoais de expressão, ou seja,

“ (...) por um registo quase confessional, na figura de um diário ou não, que aponta para o efeito de uma vida experimentada como arte e de uma arte experimentada como forma de vida. (A insistência na realidade doméstica como realidade artística é disso certamente um sinal, e vemo-lo em diversos textos.) (*ibidem*)

Considera esta autora que as escritoras revelam uma tendência comum para olharem a vida normal e quotidiana sob uma perspectiva artística, o que explicaria a importância concedida na maioria das suas narrativas aos ambientes domésticos. Teolinda Gersão, Lídia Jorge e Isabela Figueiredo escolhem como objecto de produção artística relatos de vivências normais, nas respectivas épocas e nas respectivas circunstâncias, decorridas em território moçambicano, e os intervenientes nos acontecimentos narrados são pessoas com as quais as narradoras lidavam no seu dia-a-dia. Contudo, essas vivências dão conta de facetas menos conhecidas da colonização portuguesa, desconstruindo discursos em circulação sobre a presença portuguesa em territórios africanos.

Refere a este propósito Maria Manuela L. Cabral sobre *A Costa dos Murmúrios* em particular e sobre outros romances portugueses de temática colonial:

O romance de Lídia Jorge, como outros que, no pós 25 de Abril, se debruçam sobre esse período da nossa história, é a tentativa de conscientização de um povo sobre um passado recente, em geral ignorado ou vagamente conhecido, que é preciso assumir em todas as suas feridas e em todos os crimes que em nome delas se cometeram. Calar, esquecer é ainda a demissão e o risco de continuarmos a não saber quem somos, o que só pode gerar incapacidade de projectar o futuro. O silêncio sobre os erros do passado e a ruptura total com ele é, como afirma Lyotard, uma maneira de o reprimir “ou seja, de o repetir, mais do que o ultrapassar”. (...) A anamnese apresenta-se, pois, na pós-modernidade, como condição vital de sobrevivência, sobretudo quando está em causa a defesa dos mais elementares direitos humanos. (Cabral, 1997: 284-285)

O relato individual de acontecimentos que dizem respeito à memória colectiva de um povo pode ser visto como forma de assumir o passado tal como ele aconteceu, incluindo as facetas positivas e negativas, transmitindo as experiências passadas às gerações seguintes com o objectivo de superar os aspectos negativos e de evitar a sua repetição, particularmente quando se trata da questão dos direitos humanos como acontece nestas obras.

Repare-se, por fim, nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro na introdução ao seu livro *África no Feminino* que consiste numa recolha de testemunhos verídicos de mulheres portuguesas que acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial, deslocando-se com eles para os vários territórios ultramarinos:

A produção da memória pública de um acontecimento resulta da interacção comprometida entre aquilo que devemos recordar e aquilo que devemos esquecer. Desta interacção sai o consenso que estabelece o que *jamais poderemos esquecer*, sobre o qual se tece a memória pública. A produção do esquecimento público, ou seja, daquilo que devemos esquecer, resulta da interacção entre trauma, memória e imaginação. Assim sendo, o que é publicamente declarado como o que devemos esquecer passa a ser só possível recordar na esfera do privado. Deste modo, o testemunho de quem viveu o acontecimento ergue-se como o local privilegiado para captar o dinamismo do conflito entre estas memórias, a seriedade e a gravidade da fractura por ele gerada e a relação dinâmica do acontecimento recordado com o presente. (Ribeiro, 2007: 14)

Ou seja, a memória particular da época colonial portuguesa de Moçambique parece ser um registo escolhido propositadamente pelas autoras como forma de combater o que publicamente se escolheu esquecer, revelando os erros de um passado comum que ninguém parece querer lembrar.

## Bibliografia

Amaral, Ana Luísa (2010), “Ana Luísa Amaral sobre o *Caderno de Memórias Coloniais*” (<http://angnovus.wordpress.com/2010/03/18/ana-luisa-amaral-sobre-o-%c2%abccaderno-de-memorias-coloniais%c2%bb/>), disponível em 24/04/2010).

Benevenuto, Aparecida de Fátima Bosco (2007), “A *Árvore das Palavras*, romance de consciência identitária” in *Revista Crioula*, São Paulo, Univ. S. Paulo, nº2, Novembro.

Bhabha, Homi K. (2001), “Disseminação: tempo, narrativa e as margens da Nação Moderna”, trad. Alexandre Dias Pinto, in *Floresta Encantada, Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (orgs), Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 533-573.

Cabral, Maria Manuela A. Lacerda (1997), “A *Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge – Inquietação Pós-moderna” in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, XIV, pp. 265-287.

Castello Branco, Lúcia (1991), *O que é Escrita Feminina*, S. Paulo, Editora Brasiliense.

Castelo, Cláudia (2007) *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.

Coelho, Alexandra Prado (2009), “Isabela Figueiredo: O colonialismo era o meu pai.”, (entrevista) in *Jornal Público*, suplemento Ípsilon, 24 de Dezembro (<http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=247765>), disponível em 16/01/2010).

Cohn, Dorrit (1983), *Transparent Minds: Narrative Modes for Presenting Consciousness in Fiction*, New Jersey, Princeton University Press.

Cordas, Maria Júlia, “Crenças Didáticas sobre a Descrição, o caso do grupo nominal” in *Encontro sobre Terminologia Linguística: das Teorias às Práticas – Actas de Conferência*, orgs. Isabel Margarida Duarte / Olívia Maria Figueiredo, Porto, FLUP (Repositório Aberto UP, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5399.pdf>), disponível em 24/02/2010).

Edfeldt, Chararina (2006), *Uma História na História – representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo.

Faria, Ângela Beatriz de Carvalho (s.d.), “A Libertação de Corpos Sitiados: O Feminino e a Guerra Colonial”, (<http://www.letras.ufri.br/posverna/docentes/64543-2.pdf>), disponível em 12/10/2009)

Figueiredo, Isabela (2009), *Caderno de Memórias Coloniais*, Coimbra, Angelus Novus Editora.

\_\_\_\_\_ (2010), “Carta de Amor a um Pai Racista”, entrevista a Fernanda Câncio in *Diário de Notícias*, 09 de Janeiro (<http://jugular.blogs.sapo.pt/1470747.html#cutid1>), disponível em 29/01/2010).

Gersão, Teolinda (1997), *A Árvore das Palavras*, Lisboa, Publicações D. Quixote.



Guerra, Lucía (2008), *Mujer y Escritura: Fundamentos Teóricos de la Crítica Feminista*, Santiago do Chile, Editorial Cuarto Próprio.

Gould, Isabel Ferreira (2007), “Mulheres coloniais no novo romance português” in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n° 2, Jun, pp 65-74 (<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/644/1885>, disponível em 09/11/2009).

Gusmão, Manuel (2001), “Da Literatura enquanto Construção Histórica” in *Floresta Encantada, Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (orgs), Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 181-225.

<http://www.lidijorge.com>, disponível em 21/10/2009

<http://omundoperfeito.blogspot.com>, disponível em 29/12/2009

<http://www.teolinda-gersao.com>, disponível em 16/10/2009

Hutcheon, Linda (1988), *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, London, Routledge.

Jorge, Lúcia (1992), *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa, Publicações D. Quixote [1988].

Kelm, Miriam Denise (2008), “Quando a desfaçatez histórica incide sobre o texto ficcional: a denúncia das experimentações-limite expressa sob a forma literária”, XI Congresso Internacional da ABRALIC, “Tessituras, Interações, Convergências”, São Paulo, Julho ([http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/071/MIRIAM\\_KELM.pdf](http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/071/MIRIAM_KELM.pdf), disponível em 24/11/2009).

Magalhães, Isabel Allegro de (1995), *O Sexo dos Textos*, Lisboa, Editorial Caminho.

Marinho, Maria de Fátima (1999), *O Romance Histórico em Portugal*, Lisboa, Campo das Letras.

\_\_\_\_\_ (2004), “O discurso da História e da Ficção: modificação e permanência” in *Literatura e História, Actas do Colóquio Internacional de Literatura e História realizado na FLUP de 13 a 15 de Nov./2003*, Maria de Fátima Marinho e Francisco Topa (orgs.), Porto, FLUP, Departamento de Estudos Portugueses e Românicos, pp. 351-363.

Matter, Michele Beraldo (s.d.), “Entre a História e a Ficção: a escrita de um novo olhar em *Seara de Vento e Levantado do Chão*” (<http://www.msmidia.com/conexao/01/michele.pdf>, disponível em 12/02/2010).

Medeiros, Paulo de (2006), “Apontamentos para Conceptualizar uma Europa Pós-colonial” in *Portugal não é um País Pequeno: Contar o Império na Pós-colonialidade*, Maria Manuela Ribeiro Sanches (org.), Lisboa, Edições Cotovia, pp. 339-356.

Neves, Rita Ciotta (2009), “Os Estudos Pós-Coloniais: Um paradigma de globalização” in *Babilónia*, n°6/7, pp. 231-239 (<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/viewFile/912/746>, disponível em 24/10/2009).

Oliveira, Fátima (2003), “O Tempo dos Indivíduos” in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, XX, II, 2003, pp 523-537 (Repositório UP, <http://hdl.handle.net/10216/8252>, disponível em 09/01/2010).

Paiva, José Rodrigues (2008), “Revolução, Renovação: Caminhos do Romance Português no Século XX” - Conferência apresentada no II Encontro Norte/Nordeste de Professores de Literatura Portuguesa, Fortaleza, UEFT, ([http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01\\_2009/01\\_artigo\\_jose\\_rodrigues\\_de\\_paiva.pdf](http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2009/01_artigo_jose_rodrigues_de_paiva.pdf), disponível em 28/12/2009).

Reis, Carlos (1986), “Memorial do Convento ou a Emergência da História” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, pp. 91-102.

Ribeiro, Margarida Calafate (2007), *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_ (2010), “Margarida Calafate Ribeiro sobre o *Caderno de Memórias Coloniais*” (<http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%C2%ABcaderno-de-memorias-coloniais%C2%BB/>, disponível em 24/03/2010).

Rodrigues, Inara de Oliveira (2006), “O espaço do incomunicável em *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão” in *Letras de Hoje*, vol. 41, nº 3, pp 57-46, Setembro, Porto Alegre (<http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/fale/article/viewFile/615/446>, disponível em 24/11/2009).

Santos, Carina Faustino (2003), *A Escrita Feminina e a Guerra Colonial*, Lisboa, Vega Editora.

Santos, Thaís (s.d.), “O Pós-colonialismo ético de Lídia Jorge: O Imaginário Mítico Português n’*A Costa dos Murmúrios*”, UFRJ (<http://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/89.pdf>, disponível em 24/10/2009).

Senem, Márcio André (s.d.), “A Inserção da Mulher na Literatura Pós-Colonial”, Estudos Feministas e Pós-Coloniais, UFSC, ([http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcio\\_Andre\\_10\\_B.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcio_Andre_10_B.pdf), disponível em 11/11/2009).

Silva, Ana Cristina Nogueira da (2009), “Fotografando o mundo colonial africano – Moçambique, 1929” in *Revista Varia Historia*, vol 25, nº 41, Jan/Jun 2009, Belo Horizonte pp. 107-128 ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid), disponível em 15/11/2010).

Silva, Fátima (2003), “A Temporalidade em O Homem de Sophia de Mello Breyner Andresen” in *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*, org. Comissão Directiva do Centro de Linguística da Universidade do Porto – Fernanda Irene Fonseca / Ana Maria Brito / Isabel Margarida Duarte / Joana Guimarães, pp. 79-95 (Repositório UP, : <http://hdl.handle.net/10216/19669>, disponível em 07/02/2010).

Sotelino, Karen C. Sherwood (2007), “Narrator versus Character Voice: Colonial Echoes in Teolinda Gersão’s *A Árvore das Palavras*” in *Revista Hispania*, vol 90, nº 2, American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, Greeley, pp 224-233.

Zamparoni, Valdemir D. (1999), “Género e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940” in *Revista Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais*, nº 23, Salvador da Bahia, pp. 145-172 (<http://africaeafrikanidades.wordpress.com/2007/09/11/revista-afro-asia-ufba/>, disponível em 03/01/2010).